



E-book

# TJ SP 2023

**Prova comentada**

**CAPITAL**

Olá, pessoal!

É com imensa satisfação que damos continuidade a este projeto de E-book Tribunais - TJSP 2023 - Prova comentada - Capital!

Como, ao longo de sua preparação, é fundamental que vocês resolvam diversas questões de concursos passados, sabemos que esta série de e-books será de grande utilidade. Nosso objetivo é proporcionar mais uma valiosa ferramenta de estudo para deixá-los mais perto de sua aprovação.

Aproveitem muito este material! Bons estudos!

Equipe Estratégia Concursos



# SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA	4
DIREITO PENAL	35
DIREITO PROCESSUAL PENAL	44
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	57
DIREITO CONSTITUCIONAL	69
DIREITO ADMINISTRATIVO	85
NORMAS DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	98
CONHECIMENTOS GERAIS	108
MATEMÁTICA	116
INFORMÁTICA	126
RACIOCÍNIO LÓGICO	140

## LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o poema para responder às questões 1 e 2:

aqui  
nesta pedra  
alguém sentou  
olhando o mar  
o mar  
não parou  
pra ser olhado  
foi mar  
pra tudo quanto é lado

(Paulo Leminski, Caprichos e relaxos)

1. Os versos finais do poema (“foi mar / pra tudo quanto é lado”) permitem entender que o mar

- A) se espantou com os olhares ao tocar rudemente a pedra.
- B) se movimentou timidamente devido à admiração humana.
- C) se espalhou e atingiu tudo o que encontrou à sua frente.
- D) se moveu violentamente e aterrorizou as pessoas.
- E) se mostrou plácido para as pessoas que o contemplavam.

### Comentário:

---

Eis uma questão de interpretação de um texto do gênero poético. Observe o verso a ser analisado:

*foi mar / pra tudo quanto é lado...*

Não há qualquer gatilho interpretativo para que, diante desse verso, possa-se pensar em pessoas aterrorizadas ou que o mar possa ter se movido timidamente. O que se pode concluir do verso em questão é que o mar não reagiu diretamente às pessoas que o observavam (não parou pra ser olhado), mas sim continuou seu movimento natural,

espalhando-se e alcançando tudo ao seu redor. Isso sugere um sentido de expansão e presença abrangente do mar, indo além do ponto de vista humano e mostrando sua força. Com essa interpretação, o gabarito só pode ser a letra C.

**Gabarito: C**

**2. No poema, há uma relação entre passado e presente, este último marcado pelo emprego do termo**

- A) “olhado”.
- B) “lado”.
- C) “alguém”.
- D) “aqui”.
- E) “parou”.

**Comentário:**

Observe o que foi necessário para que se resolvesse essa questão de interpretação. O trecho a ser analisado era:

*aqui*

*nesta pedra*

*alguém sentou*

*olhando o mar*

O termo “aqui” faz uma conexão entre o passado e o presente, dado o emprego de duas expressões:

→ “nesta pedra”: essa expressão denota que o eu-lírico está sobre a pedra. Esse uso de pronome demonstrativo pode ser interpretado da seguinte forma: “nesta pedra aqui”. Ou seja, no ato da fala, o eu-lírico está na pedra.

→ “alguém sentou”: essa expressão denota que, no passado, houve alguém sentado sobre a pedra. Com isso, ele estabelece uma conexão do lugar onde alguém se sentou no passado com o momento presente da contemplação ou da reflexão poética.

**Gabarito: D.**

Leia o texto para responder às questões de números 3 a 6.

## Cidadania e Justiça

A cidadania, na lição do professor Dalmo de Abreu Dallari, expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo do seu povo.

Colocar o bem comum em primeiro lugar e atuar para a sua manutenção é dever de todo cidadão responsável. É por meio da cidadania que conseguimos assegurar nossos direitos civis, políticos e sociais.

Ser cidadão é pertencer a um país e exercer seus direitos e deveres.

Cidadão é, pois, o natural de uma cidade, sujeito de direitos políticos e que, ao exercê-los, intervém no governo. O fato de ser cidadão propicia a cidadania, que é a condição jurídica que podem ostentar as pessoas físicas e que, por expressar o vínculo entre o Estado e seus membros, implica submissão à autoridade e ao exercício de direito.

O cidadão é membro ativo de uma sociedade política independente. A cidadania se diferencia da nacionalidade porque esta supõe a qualidade de pertencer a uma nação, enquanto o conceito de cidadania pressupõe a condição de ser membro ativo do Estado. A nacionalidade é um fato natural e a cidadania obedece a um verdadeiro contrato.

A cidadania é qualidade e um direito do cidadão.

Na Roma Antiga, o cidadão constituía uma categoria superior à do homem livre.

(Ruy Martins Altenfelder da Silva. Em: <https://www.estadao.com.br/opiniaio>, 08.03.2023. Adaptado)

### 3. Na discussão que faz sobre o conceito de cidadania, o autor deixa claro que ela está

- A) custodiada pelo Estado que, à revelia dos anseios da população, determina quais são os direitos e os deveres que cabem aos cidadãos.
- B) relacionada à noção romana de homem livre, o que exime as pessoas da maioria das obrigações da vida social e política.
- C) organizada a partir de um ordenamento jurídico, cujo contrato social se estabelece com o fortalecimento dos interesses subjetivos.
- D) fundamentada na relação entre direitos e deveres, que podem ser usufruídos pelos cidadãos, sem intervenção do Estado.
- E) vinculada ao papel que as pessoas assumem, quando se colocam como membros ativos da sociedade em que vivem.

## Comentário:

---

Segundo o texto, cidadania não é apenas um conjunto de direitos e deveres definidos pelo Estado, mas também uma participação ativa dos indivíduos na sociedade, envolvendo engajamento e contribuição para o bem comum. Vamos aos itens:

(A) **Item incorreto** (“custodiada pelo Estado que, à revelia dos anseios da população, determina quais são os direitos e os deveres que cabem aos cidadãos”).

A cidadania não é apenas definida pelo Estado unilateralmente (como indica a expressão “à revelia dos anseios da população”, mas também envolve os direitos e deveres reconhecidos e exercidos pela população.

(B) **Item incorreto** (“relacionada à noção romana de homem livre, o que exime as pessoas da maioria das obrigações da vida social e política”).

A redação dessa opção não leva em conta a ampla gama de obrigações sociais e políticas que os cidadãos devem assumir na sociedade moderna, nem reconhece que a cidadania vai além da simples noção romana de homem livre, incluindo uma participação ativa na vida pública.

(C) **Item incorreto** (“organizada a partir de um ordenamento jurídico, cujo contrato social se estabelece com o fortalecimento dos interesses subjetivos”).

A cidadania não se restringe aos interesses individuais, mas inclui responsabilidades e obrigações que vão além dos interesses pessoais.

(D) **Item incorreto** (“fundamentada na relação entre direitos e deveres, que podem ser usufruídos pelos cidadãos, sem intervenção do Estado”).

A cidadania não se resume à relação direta entre direitos e deveres dos cidadãos. Ela também requer a organização e regulação desses direitos e deveres pelo Estado, que desempenha um papel fundamental na garantia e proteção dos direitos dos cidadãos.

A única opção que reflete de forma **correta** o conceito de cidadania como participação ativa dos indivíduos na sociedade é a alternativa E, que fala corretamente sobre a vinculação da cidadania ao papel que as pessoas assumem como membros ativos da sociedade.

**Gabarito: E**

**4. Com base na diferenciação que o autor faz entre cidadania e nacionalidade, é correto concluir que um cidadão**

- A) é um homem livre sem exercer a democracia, sendo essa um contrato social que limita os direitos do cidadão.
- B) mantém a sua nacionalidade, ainda que deixe de exercer seus direitos e deveres na sociedade.
- C) pode ser cidadão em qualquer país, desde que abra mão de sua nacionalidade, de seus direitos e deveres.
- D) vive soberanamente dentro e fora de seu país, ainda que o exercício da cidadania se limite ao seu país de origem.
- E) ganha mais notoriedade cidadã fora de seu país, onde a nacionalidade impõe excesso de deveres com poucos direitos.

## Comentário:

---

A cidadania envolve o **exercício ativo de direitos e deveres dentro de um Estado específico**, enquanto a nacionalidade é **um vínculo legal com um país que não é perdido apenas por deixar de exercer os direitos e deveres de cidadania**.

Por esse motivo, a alternativa B é a **correta** quanto às informações do texto.

Observe o erro das outras opções:

(A) **Item incorreto** (“é um homem livre sem exercer a democracia, sendo esta um contrato social que limita os direitos do cidadão”).

A democracia não limita os direitos do cidadão.

(C) **Item incorreto** (“pode ser cidadão em qualquer país, desde que abra mão de sua nacionalidade, de seus direitos e deveres”).

Não é possível simplesmente abrir mão de sua nacionalidade para se tornar cidadão de outro país. A nacionalidade é um vínculo legal e muitas vezes não é revogável de forma tão simples.

(D) **Item incorreto** (“vive soberanamente dentro e fora de seu país, ainda que o exercício da cidadania se limite ao seu país de origem”).

A cidadania envolve o exercício de direitos e deveres dentro de um Estado determinado, e não necessariamente concede soberania completa ao cidadão fora desse país.

(E) **Item incorreto** (“ganha mais notoriedade cidadã fora de seu país, onde a nacionalidade impõe excesso de deveres com poucos direitos”).

A nacionalidade confere direitos e obrigações específicos, mas não implica necessariamente em desequilíbrio entre direitos e deveres.

**Gabarito: B**

5. Considere as passagens do quarto parágrafo:

- Cidadão é, pois, o natural de uma cidade, sujeito de direitos políticos e que, ao exercê-los, intervém no governo.
- O fato de ser cidadão propicia a cidadania, que é a condição jurídica que podem ostentar as pessoas físicas e que, por expressar o vínculo entre o Estado e seus membros, implica submissão à autoridade e ao exercício de direito.

Os trechos destacados expressam, correta e respectivamente, relações de sentido de:

- A) conclusão e causa.
- B) explicação e restrição.
- C) conclusão e comparação.
- D) explicação e finalidade.
- E) adversidade e causa.

**Comentário:**

---



Muito cuidado com esse tipo de questão, que envolve o reconhecimento do valor semântico de um **conectivo** destacado.

**1º conectivo destacado:** “pois”. Esse conectivo, quando INTRODUZ a oração de que faz parte, tem valor “explicativo” ou “causal”. Contudo, há a possibilidade de tal conectivo apresentar valor conclusivo. Para isso, **basta que ele apareça deslocado** dentro de sua oração, equivalendo a “portanto”, e assim apresente o valor conclusivo em questão. Observe a oração em que esse conectivo foi empregado.

Cidadão é, **pois**, o natural de uma cidade, sujeito de direitos políticos e que, ao exercê-los, intervém no governo. O conectivo está realmente **deslocado**, entre o verbo de ligação e o predicativo. Nesse caso, ele apresenta o valor semântico de conclusão.

Cidadão é, **portanto**, o natural de uma cidade, sujeito de direitos políticos e que, ao exercê-los, intervém no governo.

**2º conectivo destacado:** “por” + verbo no infinitivo. Esse é um caso clássico de oração subordinada que é introduzida por uma preposição e surge na forma reduzida de infinitivo. Observe o exemplo abaixo:

Por estar chovendo, decidimos ficar em casa.

Nesse caso, a expressão “Por estar chovendo” apresenta valor causal e equivale, totalmente, a “Porque está chovendo”. Estar chovendo é a causa.

Nesse caso, o gabarito é a letra A: conclusão e causa.

### Gabarito: A

6. Na passagem do 4º parágrafo – O fato de ser cidadão propicia a cidadania, que é a condição jurídica que podem ostentar as pessoas físicas e que, por expressar o vínculo entre o Estado e seus membros, implica submissão à autoridade e ao exercício de direito –, os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- A) coíbe; vangloriar-se; permite.
- B) estimula; provocar; inibe.
- C) admite; reformular; acarreta.
- D) permite; exhibir; pressupõe.
- E) favorece; exigir; sugestiona.

### Comentário:

Procedendo à análise do significado dos termos destacados no contexto do parágrafo:

**Propicia:** significa "favorece" ou "facilita", ou seja, ajuda a criar ou possibilitar algo.

**Ostenta:** significa "exibir" ou "mostrar".

**Implica:** significa "pressupõe" ou "envolve como consequência".

Por esse motivo, o gabarito é a letra D: permite; exhibir; pressupõe.

### Gabarito: D

Leia o texto para responder às questões de números 7 a 11.

### Trabalho a preservar

São dignos de celebração os números que mostram a expressiva queda do desemprego no país ao longo do ano passado, divulgados pelo IBGE.

Encerrou-se 2022 com taxa de desocupação de 7,9% no quarto trimestre, ante 11,1% medidos 12 meses antes e 14,2% ao final de 2020, quando se vivia o pior do impacto da pandemia. Trata-se da melhora mais longa e aguda desde o fim da recessão de 2014-16.

Isso não quer dizer, claro, que se viva um momento brilhante de pujança econômica e ascensão social. Há senões, a começar pelo rendimento médio do trabalho de R\$ 2.808 mensais – que, embora tenha aumentado recentemente, ainda é o menor em cinco anos.

As médias, ademais, escondem desigualdades de todos os tipos. O desemprego entre as mulheres nordestinas ainda atinge alarmantes 13,2%, enquanto entre os homens do Sul não passa de 3,6%.

Nada menos que 16,4% dos jovens de 18 a 24 anos em busca de ocupação não a conseguem. Entre os que se declaram pretos, a taxa de desocupação é de 9,9%, ante 9,2% dos pardos e 6,2% dos brancos.

Pode-se constatar, de qualquer modo, que o mercado de trabalho se tornou mais favorável em todos os recortes, graças a um crescimento surpreendente da economia, em torno dos 3% no ano passado.

(Editorial. Folha de S. Paulo, 28.02.2023. Adaptado)

#### 7. Na análise que faz da situação do trabalho no Brasil, o editorial enfatiza

- A) a desvalorização excessiva do rendimento médio do trabalhador, que acompanha o recrudescimento do desemprego, como mostram dados de 2020, 2021 e 2022.
- B) o aumento das vagas de emprego nos últimos dois anos, pontuando que a participação de jovens no mercado de trabalho vem sendo maior e propiciando ascensão social.
- C) a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, ainda que a recuperação tenha sido mais difícil para elas do que para outros segmentos da sociedade.
- D) a melhora da economia brasileira nos últimos 3 anos, dando cabo ao fantasma do desemprego que rondava as famílias e à desvalorização dos salários dos trabalhadores.
- E) a queda expressiva do desemprego ao final de 2022, na comparação com os anos de 2021 e 2020, ressaltando, porém, que o cenário ainda é marcado por muitas desigualdades.

## Comentário:

---

Na análise que faz da situação do trabalho no Brasil, o editorial enfatiza

(A) **Item incorreto** *a desvalorização excessiva do rendimento médio do trabalhador, que acompanha o recrudescimento do desemprego, como mostram dados de 2020, 2021 e 2022.*

O texto menciona que o rendimento médio aumentou recentemente, embora ainda seja o menor em cinco anos.

(B) **Item incorreto** *“o aumento das vagas de emprego nos últimos dois anos, pontuando que a participação de jovens no mercado de trabalho vem sendo maior e propiciando ascensão social”.*

O texto menciona que há desigualdades significativas, como altas taxas de desemprego entre jovens e diferenças entre grupos étnico-raciais. Portanto, essa opção não está correta.

(C) **Item incorreto** *“a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, ainda que a recuperação tenha sido mais difícil para elas do que para outros segmentos da sociedade”.*

O foco do texto está na desigualdade de taxas de desemprego entre diferentes grupos demográficos e regionais, sem ênfase na questão de gêneros.

(D) **Item incorreto** *“a melhora da economia brasileira nos últimos 3 anos, dando cabo ao fantasma do desemprego que rondava as famílias e à desvalorização dos salários dos trabalhadores”.*

Olha a extrapolação aí, gente! O editorial menciona um crescimento econômico em torno de 3% no ano anterior, mas não afirma que os últimos três anos foram todos de melhoria contínua.

(E) **Item correto** *“a queda expressiva do desemprego ao final de 2022, na comparação com os anos de 2021 e 2020, ressaltando, porém, que o cenário ainda é marcado por muitas desigualdades”.*

Eis o gabarito: o texto destaca a queda significativa na taxa de desemprego ao final de 2022, comparando com anos anteriores. Além disso, faz aquela ressalva esperta de que o cenário ainda é marcado por desigualdades significativas.

**Gabarito: E**

8. Nas passagens “a expressiva queda do desemprego...” (1º parágrafo) e “Isso não quer dizer...” (3º parágrafo), os termos destacados pertencem, correta e respectivamente, às mesmas classes de palavras daqueles destacados em:

- A) ... graças a um **crescimento** surpreendente da economia... / Pode-se constatar, de **qualquer** modo, que o mercado de trabalho...
- B) ... o mercado de trabalho se tornou mais favorável em **todos** os recortes... /... graças a um crescimento **surpreendente** da economia...
- C) ... a começar pelo rendimento **médio** do trabalho... / As médias, ademais, escondem desigualdades de **todos** os tipos.
- D) ... um momento brilhante de **pujança** econômica... / Trata-se da melhora mais longa e aguda **desde** o fim da recessão de 2014-16.
- E) Trata-se da **melhora** mais longa e aguda desde o fim da recessão de 2014-16 / **Entre** os que se declaram pretos, a taxa de desocupação é de 9,9%...

## Comentário:



TOME  
NOTA!

Questão clássica de CLASSES GRAMATICAIS. Primeiramente, vamos analisar o enunciado da questão.

“... a **expressiva** queda do desemprego...” (1º parágrafo) e “**Isso** não quer dizer...”

O termo “expressiva” indica uma característica da “queda”. Não foi qualquer queda, foi uma queda “expressiva”. Isso nos coloca diante de um adjetivo, anteposto ao núcleo a que faz referência.

Cuidado para não pensar que o artigo “a” se refira ao termo “expressiva”, quando, na verdade, ele determina a “queda”. Temos destacado, portanto, um adjetivo.

Quanto ao termo “isso”, tranquilo, né? Esse elemento é um pronome demonstrativo famoso em provas, por fazer, normalmente, referência anafórica a algum componente textual.

É preciso buscar, dentre as opções, um adjetivo e um pronome, respectivamente. Partiu?

(A) **Item incorreto** (“... graças a um **crescimento** surpreendente da economia... / Pode-se constatar, de **qualquer** modo, que o mercado de trabalho...”).

O termo “crescimento” é um substantivo, determinado pelos termos “um” e “surpreendente”. Nesse caso, o gabarito não pode ser a letra A, embora o termo “qualquer” seja um pronome.

(B) **Item incorreto** (“ ... o mercado de trabalho se tornou mais favorável em **todos** os recortes... /... graças a um crescimento **surpreendente** da economia...”).

Aqui, a opção não respeitou o que foi solicitado: o conceito de RESPECTIVAMENTE. O termo “todos” é um pronome. O termo “surpreendente” é um adjetivo. Porém, a ordem não foi exatamente a que havia sido solicitada pela banca.

(C) **Item correto** (“ ... a começar pelo rendimento **médio** do trabalho... / As médias, ademais, escondem desigualdades de **todos** os tipos”).

Opa! Temos aqui um gabarito. O termo “médio” é um adjetivo ligado ao substantivo “rendimento”. Observe que poderia ser qualquer rendimento, mas é um rendimento “médio”. Nesse caso, temos, portanto, um adjetivo.

O termo “todos” é um pronome indefinido no nosso amado português, ligado ao substantivo “tipos”.

Temos, aqui, o gabarito!

(D) **Item incorreto** (“ ... um momento brilhante de **pujança** econômica... / Trata-se da melhora mais longa e aguda **desde** o fim da recessão de 2014-16”).

O termo “pujança” é um substantivo. Um adjetivo da mesma família lexical seria “pujante”.

O termo “desde” é uma preposição.

(E) **Item incorreto** (“Trata-se da **melhora** mais longa e aguda desde o fim da recessão de 2014-16. / **Entre** os que se declaram pretos, a taxa de desocupação é de 9,9%...”).

Observe a contração “de + a melhora”. Fica muito claro que o artigo “a” está determinando o substantivo “melhora”.

Já o termo “entre” é uma clássica preposição.

**Gabarito: C**

**9. Considere as passagens:**

- Isso não quer dizer, claro, que se viva um momento brilhante de pujança econômica e ascensão social. (3º parágrafo)
- ... embora tenha aumentado recentemente, ainda é o menor em cinco anos. (3º parágrafo)
- As médias, ademais, escondem desigualdades de todos os tipos. (4º parágrafo)

Os termos destacados expressam, correta e respectivamente, circunstâncias de

- A) intensidade; modo; tempo; concessão.
- B) afirmação; tempo; tempo; inclusão.
- C) modo; tempo; afirmação; intensidade.
- D) causa; modo; afirmação; inclusão.
- E) afirmação; tempo; modo; comparação.

## Comentário:

Como a banca solicitou a análise de quatro expressões, muitas vezes, nesse tipo de questão, o reconhecimento do valor semântico de duas delas já se mostra suficiente para se chegar ao gabarito. Por exemplo, observe que o termo “recentemente” tem claramente um valor de tempo. Isso nos permite excluir as letras A e D. Essa técnica é bastante válida para esse tipo de questão. Porém, vamos analisar item por item.

“Claro”: indica uma circunstância de **afirmação**, denotando que algo é evidente ou óbvio.

“Recentemente”: expressa uma circunstância de tempo. Cuidado, pois nem todo advérbio terminado em “mente” é de modo!

“Ainda”: indica tempo, trazendo continuidade de uma situação até o presente momento.

“Ademais”: introduz uma informação adicional.

Eis, então, a nossa resposta: afirmação; tempo; tempo; inclusão.

**Gabarito: B**

10. Assinale a alternativa em que o sinal indicativo da crase está empregado em conformidade com a norma-padrão.

- A) Devido à economia em crescimento no ano de 2022, chegou-se à uma melhora mais longa e aguda.
- B) Jovens saem de casa à procura de emprego, muitos não o encontram, o que é um ônus à Nação.
- C) Quando se referem à pandemia, é preciso lembrar que coube à ela a deterioração dos empregos.
- D) O desemprego, embora atinja à todos os segmentos sociais, agride mais às classes mais pobres.
- E) De ano à ano, calcula-se a taxa de desocupação e, em 2022, ela foi à 7,9% no quarto trimestre.

## Comentário:

---



Aquela questão que deixa nosso coração de estudante quentinho.

Nessa questão, nossa ilustre missão foi encontrar o emprego 100% correto do acento de crase, ou seja, temos quatro opções erradas.

Vamos individualmente aos itens! Ah... fique atento, pois é possível a ocorrência de dois acentos indicativos de crase em cada opção.

(A) **Item incorreto** (“Devido à economia em crescimento no ano de 2022, chegou-se à uma melhora mais longa e aguda”).

O primeiro acento de crase está correto. Contudo, observe o segundo: “Chegou-se à uma melhora...”. O termo “uma” já desempenha o papel gramatical de artigo (indefinido). Isso impossibilita a presença de outro artigo. Nesse caso, o “a” – antes do termo “uma” – é uma preposição pura, devendo ficar sem acento grave. Show!

(B) **Item correto** (“Jovens saem de casa à procura de emprego, muitos não o encontram, o que é um ônus à Nação”).

Eis o gabarito! A expressão “à procura de” é uma locução prepositiva que, por ser introduzida por preposição “a”, recebe acento grave.

Em “ônus à Nação”, o termo “ônus” exige uma preposição “a”. Além disso, o termo “Nação”, por ser feminino e singular, recebe o artigo “a”. Deu *match*! Preposição a + artigo a? Crase!

(C) **Item incorreto** Quando se referem à pandemia, é preciso lembrar que coube à ela a deterioração dos empregos.

O primeiro acento grave: correto!

O segundo apresenta incorreção. O pronome “ela”, que nesse caso é um pronome oblíquo tônico, não recebe artigo. Por não receber artigo, não se fala em crase.

(D) **Item incorreto** (“O desemprego, embora atinja à todos os segmentos sociais, agride mais às classes mais pobres”).

O termo “todos” é masculino e plural: motivo suficiente para desconsiderarmos a chance de acontecer crase.

O verbo “agredir” é transitivo direto. Nesse caso, quem agride, agride alguém. Não exigindo preposição, não se fala em crase.

(E) **Item incorreto** (“De ano à ano, calcula-se a taxa de desocupação e, em 2022, ela foi à 7,9% no quarto trimestre”).

Os dois acentos de crase estão errados. “De ano a ano”, além de ser uma expressão com palavra repetida, caso proibido de crase, é uma expressão masculina.

O outro acento de crase também está incorreto. A expressão “7,9%” não é feminina.

**Gabarito: B**

**11. Identifica-se uma expressão iniciada com artigo definido em:**

- A) **a expressiva queda** do desemprego no país (1º parágrafo).
- B) **com taxa de desocupação** de 7,9% (2º parágrafo).
- C) em busca **de ocupação** (5º parágrafo).
- D) Entre **os que se declaram pretos** (5º parágrafo).
- E) **um momento brilhante** de pujança econômica e ascensão social (3º parágrafo).

## Comentário:



Tenha muita calma ao resolver questões desse tipo, que parecem fáceis. A banca pediu a expressão que é introduzida por artigo DEFINIDO. Certo? Então... se você pensou em marcar a letra E, esqueça! O termo “um” até é um artigo, porém, é um artigo indefinido. Não podendo, portanto, a letra E ser o gabarito.

As letras B e C também podem ser prontamente descartadas, pois estão introduzidas por preposição.

Muito cuidado com a letra D! O termo “os”, da letra D, não é artigo. Primeiramente, ele não tem comportamento de artigo. Não está determinando qualquer substantivo subsequente. Além disso, ele equivale totalmente a “aquele”. Sendo, nesse caso, um pronome demonstrativo.

O gabarito, portanto, é a letra A: **a expressiva queda** do desemprego no país (1º parágrafo).

O termo “a” é um artigo definido, que determina o substantivo “queda”.

**Gabarito: A**

**Leia o texto para responder às questões de números 12 a 14.**

Em noite de chuva, o Coldplay deu início à maratona de 11 shows que fará no Brasil com uma apresentação exuberante em São Paulo nesta sexta-feira. A banda preencheu o estádio do Morumbi não só de música, mas também com feixes de luz, cores, fogos de artifício e muita gritaria.

A turnê “Music of the Spheres Tour”, que celebra o último disco da banda, resgata também seus maiores hits e músicas favoritas dos fãs. Após cerca de 15 minutos de atraso, os músicos subiram ao palco com “Higher Power” e a plateia assistiu sob uma chuva de fitas coloridas e bolas gigantes. É uma introdução apoteótica.

A grande surpresa do show foi a presença de Seu Jorge no palco com o Coldplay. O brasileiro cantou sozinho o clássico do samba “Amiga da Minha Mulher” enquanto Chris Martin e os outros integrantes tocavam os instrumentos.

(Folha de S. Paulo, 10.03.2023. Adaptado)

12. Em conformidade com a norma-padrão de pontuação e com os aspectos de coesão, um título adequado ao texto é:

- A) Em show que abre maratona no Brasil debaixo de chuva, Coldplay recebe, Seu Jorge.
- B) Debaixo de chuva, Coldplay recebe Seu Jorge em show que abre maratona no Brasil.
- C) Coldplay, recebe Seu Jorge em show debaixo de chuva, que abre maratona no Brasil.
- D) No Brasil debaixo de chuva, Coldplay, que abre maratona recebe em show, Seu Jorge.
- E) Debaixo de chuva, Seu Jorge em show no Brasil, que abre maratona, recebe Coldplay.

## Comentário:

Vamos aos itens individualmente, pois essa questão merece. Ela trata do emprego de pontuação e o seu trabalho será simples: sair em busca dos erros!

Em conformidade com a norma-padrão de pontuação e com os aspectos de coesão, um título adequado ao texto é:

(A) **Item incorreto** (“Em show que abre maratona no Brasil debaixo de chuva, Coldplay recebe, Seu Jorge”).

A vírgula após o termo “recebe” separa o verbo transitivo do seu complemento. Isso fere o preceito gramatical.

(B) **Item correto** (“Debaixo de chuva, Coldplay recebe Seu Jorge em show que abre maratona no Brasil”).

Eis o gabarito. A expressão “Debaixo de chuva” é um adjunto adverbial deslocado em relação à ordem direta. Nesse caso, o seu isolamento é perfeitamente correto.

(C) **Item incorreto** (“Coldplay, recebe Seu Jorge em show debaixo de chuva, que abre maratona no Brasil”).

A vírgula está, na letra C, separando o sujeito “Coldplay” do verbo “recebe”. *Viva La Vírgula!* Nesse caso, ela não pode ser utilizada.

(D) **Item incorreto** (“No Brasil debaixo de chuva, Coldplay, que abre maratona recebe em show, Seu Jorge”).

Diversos erros aqui! O não isolamento da expressão “debaixo de chuva” é errado. Além disso, há uma vírgula entre o “recebe” e o objeto direto “Seu Jorge”.

(E) **Item incorreto** (“ Debaixo de chuva, Seu Jorge em show no Brasil, que abre maratona, recebe Coldplay”).

A ordem dos eventos está invertida em relação ao texto original, o que pode confundir o leitor.

Tive razão... posso falar! O gabarito é a letra B, de Burguesinha.

**Gabarito: B**

13. Na passagem do primeiro parágrafo (“A banda preencheu o estádio do Morumbi não só de música, mas também com feixes de luz, cores, fogos de artifício e muita gritaria”), a relação de sentido entre as orações é a mesma que se estabelece no período:

- A) Durante a reunião, o diretor falou tanto que terminou a apresentação afônico.
- B) A casa era, de fato, muito agradável, porém o valor do aluguel era muito alto.
- C) É importante chegar cedo para que não se corra o risco de não ser atendido.
- D) Todos já estavam no aeroporto e esperavam ansiosos a chegada dos amigos.
- E) Os documentos foram devidamente organizados, conforme instruiu o chefe.

## Comentário:

Pode não parecer, mas essa é uma questão de CONJUNÇÕES e o seu valor semântico. Eu posso provar!  
Olha o enunciado:

A banda preencheu o estádio do Morumbi não só de música, mas também com feixes de luz, cores, fogos de artifício e muita gritaria.

Observe que essas expressões acima destacadas apresentam valor de ADIÇÃO.

Qual foi o seu trabalho, portanto? Buscar uma opção que apresentasse orações relacionadas por adição.  
Vamos aos itens:



(A) **Item incorreto** (“Durante a reunião, o diretor falou tanto que terminou a apresentação afônico”).

A expressão “tanto que” apresenta valor de **consequência**.

(B) **Item incorreto** (“A casa era, de fato, muito agradável, porém o valor do aluguel era muito alto”).

O conectivo “porém” apresenta valor de **adversidade**.

(C) **Item incorreto** (“É importante chegar cedo para que não se corra o risco de não ser atendido”).

A expressão “para que” tem valor de **finalidade**.

(D) **Item correto** (“Todos já estavam no aeroporto e esperavam ansiosos a chegada dos amigos”).

Opa! O conectivo “e” tem valor de adição. Então, você já sabe: EIS AQUI o gabarito!

(E) **Item incorreto** (“Os documentos foram devidamente organizados, conforme instruiu o chefe”).

O conectivo “conforme” é **conformativo**.

**Gabarito: D**

**14. A concordância verbal e a concordância nominal atendem à norma-padrão em:**

- A) Foi 15 minutos de atraso até os músicos subirem ao palco, onde se resgatou os maiores hits da banda e as músicas preferidas dos fãs, entusiasmados com o show.
- B) No Brasil, haverá 11 shows na maratona do Coldplay, e o de São Paulo deu início a ela com uma exuberante apresentação, muito bem recebida pelos fãs da banda.
- C) Em uma introdução apoteótica, apresentaram-se em São Paulo Coldplay e Seu Jorge, para celebrar o último disco da admirada banda que está em maratona pelo Brasil.
- D) A plateia acompanharam uma introdução apoteótica, pois uma chuva de fitas coloridas e bolas gigantes tinham caído no local, deixando todos eletrizados.
- E) Ouvia-se os instrumentos sendo tocado pelos integrantes da banda Coldplay, enquanto Seu Jorge cantou o clássico do samba “Amiga da Minha Mulher”.

## Comentário:

---

A clássica questão de concordância da banca VUNESP.



Precisamos, nesse tipo de questão, reconhecer as principais estratégias criadas pela banca para confundir a nossa análise. Vamos aos itens individualmente.

(A) **Item incorreto** (“Foi 15 minutos de atraso até os músicos subirem ao palco, onde se resgatou os maiores hits da banda e as músicas preferidas dos fãs, entusiasmados com o show”).

Há dois erros presentes nessa opção. O primeiro, fácil!

1º erro: “Foi 15 minutos”. Nesse caso, o verbo deveria concordar com o numeral “15”. Afinal, “Foram 15 minutos de atraso”. Com isso, já se descarta essa opção.

2º erro: você pode até não ter notado, mas a oração “onde se resgatou os maiores hits da banda” está INCORRETA!

O verbo deveria estar no plural. E o motivo é simples:

Quando a partícula “se” está associada a um verbo que **não apresenta a figura do agente expresso**, fica-se em dúvida entre **partícula apassivadora e índice de indeterminação do sujeito**. O que resolve a questão é a análise da transitividade verbal.

Com **verbo transitivo direto** (ou direto e indireto), a partícula SE é **apassivadora**. Sabe o que isso significa? Significa que a frase está na voz passiva, com presença do sujeito paciente. O “algo” é o sujeito. E o verbo precisa concordar em número e pessoa com o núcleo desse sujeito.

Se a partícula SE for índice de indeterminação (com VTI, VI ou VL), o verbo ficará no singular, pelo fato de o sujeito estar indeterminado e não haver quem faça o verbo ir para o plural.

Observe a frase:

*onde se resgatou os maiores hits da banda...*

Não se sabe quem resgatou. Nesse caso, está claro que o agente não está expresso.

Fica-se em dúvida entre partícula apassivadora e índice de indeterminação do sujeito.

O verbo “resgatar” é transitivo direto (Quem resgata, resgata algo). Ou seja, a partícula “se” é apassivadora! O que fazer? Procurar o “algo”. O “algo”, nesse caso, será o sujeito. Na voz passiva, o objeto direto se transforma em sujeito paciente.

Sujeito paciente: os maiores hits da banda

Por isso, o verbo deveria estar no plural:

*... onde se RESGATARAM os maiores hits da banda*

(B) **Item incorreto** (“No Brasil, haverão 11 shows na maratona do Coldplay, e o de São Paulo deu início a ela com uma exuberante apresentação, muito bem recebida pelos fãs da banda”).

O verbo “haver”, no sentido de existir ou acontecer, é impessoal. Não apresenta, portanto, sujeito. Nesse caso, ele deveria estar no singular. Se ele não tem sujeito, ele não tem com quem concordar. O item está incorreto!

(C) **Item correto** (“Em uma introdução apoteótica, apresentaram-se em São Paulo Coldplay e Seu Jorge, para celebrar o último disco da admirada banda que está em maratona pelo Brasil”).

Eis o gabarito. A frase não apresenta qualquer incorreção.

Observe “quem se apresentou”: Coldplay e Seu Jorge. Isso justifica o plural do verbo.

(D) **Item incorreto** (“A plateia acompanharam uma introdução apoteótica, pois uma chuva de fitas coloridas e bolas gigantes tinham caído no local, deixando todos eletrizados”).

1º erro: o verbo “acompanharam” está incorreto. O núcleo do seu sujeito é “plateia”. Nesse caso, como plateia está no singular, o correto seria “acompanhou”.

2º erro: “uma chuva de fitas... tinham caído”. O que caiu foi a chuva (singular). Nesse caso, o correto seria “tinha caído”. Lembre-se de que o verbo precisa concordar com o núcleo do sujeito em número e pessoa.

(E) **Item incorreto** (“Ouvia-se os instrumentos sendo tocado pelos integrantes da banda Coldplay, enquanto Seu Jorge cantou o clássico do samba ‘Amiga da Minha Mulher’”).

A exemplo da letra A, o verbo “ouvia” com a partícula “se” deveria estar flexionado no plural. Como, nesse caso, o “se” é apassivador, o termo “instrumentos” é o núcleo do sujeito paciente. Isso faz com que o verbo tenha que ser flexionado no plural: “Ouviam-se”.

Qualquer dúvida, volte à explicação da letra A.

### Gabarito: C

#### Leia o texto para responder às questões de números 15 a 17.

Leolinda Daltro (1859-1935) – A educadora é considerada uma das primeiras sufragistas e precursora do feminismo no Brasil. Fundou o Partido Republicano Feminino, três jornais para as mulheres e foi uma das criadoras da Linha de Tiro Feminino Orsina da Fonseca, onde elas treinavam com armas de fogo. No fim do século 19, viajou pelo Brasil divulgando ideias como a educação laica e os direitos indígenas.

(<https://www.uol.com.br/universa/reportagens-especiais>. Adaptado)

#### 15. Sabendo-se que Leolinda Daltro foi precursora do feminismo no Brasil, ao se afirmar que ela foi uma das “primeiras sufragistas”, entende-se que a educadora defendia

- A) a liberdade de vestimenta das mulheres.
- B) a equiparação de salários entre homens e mulheres.
- C) a participação das mulheres em cargos públicos.
- D) a inserção da mulher no mercado de trabalho.
- E) o direito do voto das mulheres.

## Comentário:

---

O termo “sufrágio” significa VOTO! Isso já é uma pista valiosíssima para acertar essa questão. Ao se afirmar que Leolinda Daltro foi uma das “primeiras sufragistas”, entende-se que ela defendia o direito do voto das mulheres. O sufrágio feminino refere-se especificamente à luta pelo direito das mulheres de participarem democraticamente através do voto, uma das principais bandeiras do movimento sufragista. Por isso, o gabarito é a letra E.

### Gabarito: E

16. Assinale a alternativa em que a palavra “onde” está corretamente empregada, conforme no trecho: “...foi uma das criadoras da Linha de Tiro Feminino Orsina da Fonseca, onde elas treinavam com armas de fogo”.

- A) A casa **onde** ele mora é um refúgio dentro da cidade grande, com árvores, flores, pássaros e um clima de tranquilidade.
- B) **Onde** eu me dirijo para obter mais informações turísticas? – perguntou o rapaz ansioso a um transeunte do local.
- C) O que me encantava era saber que a cidade **onde** ele foi era tão distante que a rotina dali passava longe das redes sociais.
- D) Não sabemos **onde** ele quer chegar com aquelas conclusões precipitadas em relação a um assunto tão complexo e polêmico.
- E) A discussão daquele tema **onde** eu não tinha muita familiaridade trazia um pouco de preocupação naquele momento.

## Comentário:

---



Eis duas informações muito importantes sobre o uso do termo “onde”.

- 1) Ele só pode ser empregado em referência a substantivos que expressem “lugar”. Nesse caso, jogue fora a letra E, que diz “aquele tema ONDE”. Tema não é lugar, concorda? Portanto, adeus, letra E.
- 2) Fique sempre atento ao emprego do “AONDE”. Como reconhecer a correção dele? Observe.

Visitei o parque ONDE VOCÊ CORRE. Nesse caso, quem corre, corre EM algum lugar. É exatamente esse o contexto do termo “onde”: representação do “em algum lugar”.

Observe agora:

Visitei o parque AONDE VOCÊ COSTUMA IR. Quem costuma “ir”, costuma ir A ALGUM LUGAR. Observe que, agora, não se fala mais em “em algum lugar”, e sim “a algum lugar”. Esse é o contexto ideal para o emprego do termo “aonde”.

Agora, vamos aos itens:

(A) A casa **onde** ele mora é um refúgio dentro da cidade grande, com árvores, flores, pássaros e um clima de tranquilidade.

Eis o gabarito, pois quem mora, mora EM ALGUM LUGAR!

(B) **Onde** eu me dirijo para obter mais informações turísticas? – perguntou o rapaz ansioso a um transeunte do local.

Quem se dirige, dirige-se A ALGUM LUGAR. Nesse caso, o correto seria empregar “Aonde”.

(C) O que me encantava era saber que a cidade **onde** ele foi era tão distante que a rotina dali passava longe das redes sociais.

Cidade onde ele foi. Se ele foi, meus amigos, ele foi A ALGUM lugar. O correto seria empregar “AONDE”.

(D) Não sabemos **onde** ele quer chegar com aquelas conclusões precipitadas em relação a um assunto tão complexo e polêmico.

E quem quer chegar? Quem quer chegar, quer chegar A ALGUM LUGAR. Nesse caso, o correto seria “AONDE”.

(E) A discussão daquele tema **onde** eu não tinha muita familiaridade trazia um pouco de preocupação naquele momento.

Tema não é lugar! Não se pode empregar, aqui, o pronome “onde”.

Portanto, o gabarito é realmente a letra A.

**Gabarito: A**

17. Na frase final do texto (“No fim do século 19, viajou pelo Brasil divulgando ideias como a educação laica e os direitos indígenas”), reescrevendo-se o trecho destacado e mantendo-se o sentido de finalidade, obtém-se:

- A) para divulgar ideias como a educação laica e os direitos indígenas.
- B) e divulgava ideias como a educação laica e os direitos indígenas.
- C) já que divulgava ideias como a educação laica e os direitos indígenas.
- D) caso divulgasse ideias como a educação laica e os direitos indígenas.
- E) embora divulgasse ideias como a educação laica e os direitos indígenas.

## Comentário:

Olha só! Mais uma questão, nessa prova, em que foi fundamental reconhecer o valor semântico de um conectivo para chegar ao gabarito. A banca pediu a oração que apresentasse valor de finalidade. Eu, se fosse você, já buscaria o “para” ou o “a fim de”. Vamos lá?



- (A) **Item correto** (“para divulgar ideias como a educação laica e os direitos indígenas”).  
Olha o gabarito aqui, gente! “Para divulgar” é o mesmo que “Com a finalidade de divulgar...”.
- (B) **Item incorreto** (“e divulgava ideias como a educação laica e os direitos indígenas”).  
O conectivo “e” tem valor de adição.
- (C) **Item incorreto** (“já que divulgava ideias como a educação laica e os direitos indígenas”).  
“Já que” expressa uma relação de causa, não de finalidade.
- (D) **Item incorreto** (“caso divulgasse ideias como a educação laica e os direitos indígenas”).  
“Caso” expressa uma relação de condição, não de finalidade.
- (E) **Item incorreto** (“embora divulgasse ideias como a educação laica e os direitos indígenas”).  
“Embora” expressa uma relação de concessão, não de finalidade.

**Gabarito: A**

Leia o texto para responder às questões de números 18 a 24.

### Infeliz Aniversário

A Branca de Neve de Disney fez 80 anos, com direito a chamada na primeira página de um jornalão e farta matéria crítica lá dentro. Curiosamente, as críticas não eram à versão Disney cujo aniversário se comemorava, mas à personagem em si, cuja data natalícia não se comemora porque pode estar no começo do século XVII, quando escrita pelo italiano Gianbattista Basile, ou nas versões orais que se perdem na névoa do tempo.

É um velho vício este de querer atualizar, podar, limpar, meter em moldes ideológicos as antigas narrativas que nos foram entregues pela tradição. A justificativa é sempre a mesma: proteger as inocentes criancinhas de verdades que poderiam traumatizá-las. A verdade é sempre outra, impingir às criancinhas as diretrizes sociais em voga no momento.

E no momento, a crítica mais frequente aos contos de fadas é a abundância de princesas suspirosas à espera do príncipe. Mas a que “contos de fadas” se refere? Nos 212 contos recolhidos pelos irmãos Grimm, há muito mais do que princesas suspirosas. Nos dois volumes de “The virago book on fairy tales”, em que a inglesa Angela Carter registrou contos do mundo inteiro, não se ouvem suspiros. Nem suspiram princesas entre as mulheres que correm com os lobos, de Pinkola Estés.

As princesas belas e indefesas que agora estão sendo criticadas foram uma cuidadosa e progressiva escolha social. Escolha de educadores, pais, autores de antologias, editores. Escolha doméstica, feita cada noite à beira da cama. Garimpo determinado selecionando, entre tantas narrativas, aquelas mais convenientes para firmar no imaginário infantil o modelo feminino que a sociedade queria impor.

Não por acaso Disney escolheu Branca de Neve para seu primeiro longa-metragem de animação. O custo era altíssimo, não poderia haver erro. E, para garantir açúcar e êxito, acrescentou o beijo.

Os contos maravilhosos, ou contos de fadas, atravessaram séculos, superaram inúmeras modificações sociais, venceram incontáveis ataques. Venceram justamente pela densidade do seu conteúdo, pela riqueza simbólica com que retratam nossas vidas, nossas humanas inquietações. Querer, mais uma vez, sujeitá-los aos conceitos de ensino mais rasteiros, às interpretações mais primárias, é pura manipulação, descrença no poder do imaginário.

(<https://www.marinacolasanti.com/>. Adaptado)

**18. De acordo com o texto, é correto afirmar que os contos de fadas**

- A) se configuram em textos altamente prejudiciais ao desenvolvimento cultural e social, e o ideal é que a sociedade deixe de fazê-los circular nas escolas.
- B) resultam de uma visão distorcida da sociedade, e a sua escolha é ruim por deixar de lado a visão de educadores, pais, autores de antologias e editores.
- C) formalizaram o perfil feminino que organiza a sociedade através dos tempos, e as pessoas usam-no prudentemente para resguardar a integridade psicológica das crianças.
- D) resgatam as experiências humanas altamente carregadas de simbologia, e o melhor é deixá-los livres dos conceitos de ensino inexpressivos.
- E) manipularam a sociedade ao longo da história, porém as pessoas ainda devem recorrer a eles como forma de evitar problemas na formação dos jovens.

**Comentário:**

De acordo com tudo o que é veiculado no texto, a opção **correta** é a letra D, “resgatam as experiências humanas altamente carregadas de simbologia, e o melhor é deixá-los livres dos conceitos de ensino inexpressivos”.

O texto trabalha o fato de que os contos de fadas possuem uma riqueza simbólica e cultural significativa, capaz de abordar experiências humanas profundas.

Além disso, acontece a crítica sobre a tentativa de sujeitar os contos a interpretações simplistas ou ideologicamente motivadas, sugerindo que devem ser apreciados por seu simbolismo e pela sua capacidade de representar inquietações humanas universais.

**Gabarito: D****19. De acordo com a autora, o perfil das princesas que atualmente é alvo de críticas construiu-se, ao longo dos tempos,**

- A) à revelia da cultura dominante.
- B) de forma intencional e deliberada.
- C) sem preocupação com a ordem social.
- D) com oposição à sociedade patriarcal.
- E) sob tensões quase incontornáveis.

## Comentário:

---

O texto, de maneira bem inteligente, permitiu, por meio das ideias veiculadas, a conclusão de que a construção do perfil das princesas fora realizada de maneira intencional. O texto menciona que a escolha de tal perfil foi cuidadosamente feita por educadores, pais, autores de antologias e editores. Isso sugere que a construção do perfil das princesas foi realizada de maneira intencional e deliberada ao longo do tempo.

### Gabarito: B

**20. Na frase que inicia o texto (“A Branca de Neve de Disney fez 80 anos, com direito a chamada na primeira página de um jornalão e farta matéria crítica lá dentro”), o emprego do substantivo destacado reforça**

- A) a irrelevância do tema e do meio de comunicação.
- B) o desprezo das pessoas pelo jornal referido.
- C) a importância do veículo de comunicação.
- D) o exagero da matéria no jornal em questão.
- E) a grande repercussão atingida pela matéria.

## Comentário:

---

Observe que o termo “jornalão” está no aumentativo, e esse emprego não foi feito por acaso. É fundamental interpretar a intenção do autor do texto com isso.

O aumentativo, no português, tem diversas nuances: pode indicar o tamanho de algo (que seria seu uso mais literal), mas também pode indicar outros aspectos:

“Ela é um mulherão”. Observe que, nessa frase, o emprego do aumentativo se deu para valorizar uma pessoa.

No texto em que foi empregado, o termo “jornalão” poderia deixar sobre dois aspectos: a importância do jornal e a sua repercussão. Porém, analisando-se o contexto cuidadosamente, conclui-se que o termo “jornalão” sugere que o jornal em questão é um veículo de comunicação de grande relevância e influência, capaz de atrair atenção significativa ao tema tratado na matéria sobre os 80 anos da Branca de Neve da Disney.

### Gabarito: C

**21. Identifica-se termo empregado em sentido figurado em:**

- A) ... as críticas não eram à versão Disney cujo aniversário se comemorava...
- B) ...impingir às criancinhas as diretrizes sociais em voga no momento.
- C) O custo era altíssimo, não poderia haver erro.
- D) Escolha de educadores, pais, autores de antologias, editores.
- E) E, para garantir açúcar e êxito, acrescentou o beijo.

**Comentário:**

Observe – com cuidado – o emprego do termo “açúcar” na letra E. Ele não foi utilizado para fazer referência ao açúcar que colocamos no café, mas sim a algo que é agradável e atraente, de maneira figurada. A essa figura de linguagem, dá-se o nome de metáfora.

**Gabarito: E****22. Assinale a alternativa em que o enunciado, reescrito a partir das informações do texto, atende à norma-padrão de colocação pronominal.**

- A) Escolheu-se Branca de Neve para ser o primeiro longa-metragem de animação da Disney, sabendo-se que não poderia haver erro.
- B) Crê-se que o aniversário de Branca de Neve seria no começo do século XVII, ou nas versões orais, que teriam perdido-se na névoa do tempo.
- C) Me pergunto a que contos de fadas refere-se a crítica mais frequente, que fala da abundância de princesas suspirosas à espera do príncipe.
- D) Quem atrevera-se a desdizer que os contos de fadas que disseminaram-se no cotidiano social visam manter as diretrizes sociais em voga no momento?
- E) Os contos maravilhosos se impuseram por séculos, e isso certamente deu-se justamente pela densidade do seu conteúdo e pela sua riqueza simbólica.

## Comentário:

---



Uma questão clássica de colocação pronominal, em que o conhecimento necessário para garantir o ponto está no reconhecimento de palavras atrativas, ou seja, que PUXAM o pronome para antes do verbo, provocando a próclise.



Casos de próclise obrigatória: advérbios em geral; a palavra “que”; os pronomes que não são retos e nem demonstrativos; as palavras negativas; as orações subordinadas com conectivos expressos; as frases que apresentam “em + gerúndio”; frases optativas, exclamativas e interrogativas.

Casos de próclise facultativa: substantivo núcleo expresso; pronomes retos; verbos no infinitivo.

Com locuções verbais, a VUNESP SEMPRE cobra um caso em que o verbo principal está no particípio. Nesse caso, não se emprega a ênclise, ou seja, depois de um verbo no particípio, não se emprega pronome oblíquo átono.

Vamos às alternativas!

(A) **Item correto** (“Escolheu-se Branca de Neve para ser o primeiro longa-metragem de animação da Disney, sabendo-se que não poderia haver erro”).

No início de frases, com verbo que não esteja no futuro, emprega-se a ênclise. Por isso, os dois empregos acima estão corretos. Eis, então, o gabarito.

(B) **Item incorreto** (“Crê-se que o aniversário de Branca de Neve seria no começo do século XVII, ou nas versões orais, que teriam perdido-se na névoa do tempo”).

Cuidado com a expressão “teriam perdido-se”, pois ela representa o erro. O emprego de “Crê-se” está correto. Porém, em “teriam perdido-se”, temos a ênclise em locução verbal com verbo no particípio, o que é condenado pela gramática.

(C) **Item incorreto** (“Me pergunto a que contos de fadas refere-se a crítica mais frequente, que fala da abundância de princesas suspirosas à espera do príncipe”).

Não se inicia uma frase com pronome átono, por isso “Me pergunto” já está errado.

O segundo erro está em “a que contos de fadas refere-se”. Nesse caso, tem-se uma oração subordinada, que é um caso clássico de próclise também. O correto seria: “a que contos de fadas se refere...”

(D) **Item incorreto** (“Quem atreveria-se a desdizer que os contos de fadas que disseminaram-se no cotidiano social visam manter as diretrizes sociais em voga no momento?”)

O primeiro erro: “Quem atreveria-se”. Nesse caso, o pronome relativo “Quem” é um fator obrigatório de próclise. O segundo erro: “que disseminaram-se”. O termo “que” promove também a próclise obrigatória.

(E) **Item incorreto** (“Os contos maravilhosos se impuseram por séculos, e isso certamente deu-se justamente pela densidade do seu conteúdo e pela sua riqueza simbólica”).

Observe a expressão “certamente deu-se”. O termo “certamente” é um advérbio: um caso de próclise obrigatória.

**Gabarito: A**

### 23. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de regência nominal e verbal.

- A) A imposição a um modelo feminino veio sendo construído ao longo do tempo, visando pela dominância de um comportamento.
- B) A crítica que se faz às princesas suspirosas provavelmente se respalda no anseio das pessoas pela oposição a um comportamento.
- C) Os contos de fadas que nos referimos continuamente vieram em nossas vidas pela tradição, que a origem foge de nosso conhecimento.
- D) Educadores, pais, autores de antologias e editores são responsáveis das escolhas das histórias que hoje se fazem críticas.
- E) As pessoas têm a pretensão que os contos sejam atualizados e colocados em moldes, pois aspiram por limpeza ideológica.

## Comentário:

---

Vamos proceder aos comentários de cada item individualmente.

(A) **Item incorreto** (“A imposição a um modelo feminino veio sendo construído ao longo do tempo, visando pela dominância de um comportamento”).

O erro da letra A está na expressão “visando pelo”. Quem visa, visa A ALGO.

(B) **Item correto** (“A crítica que se faz às princesas suspirosas provavelmente se respalda no anseio das pessoas pela oposição a um comportamento”).

Eis o gabarito! O termo “anseio”, perigoso, está corretamente empregado: anseio DE alguém POR algo.

(C) **Item incorreto** (“Os contos de fadas que nos referimos continuamente vieram em nossas vidas pela tradição, que a origem foge de nosso conhecimento”).

1º erro: “Os contos de fadas que nos referimos...”.

Na frase acima, o correto seria “Os contos de fadas A QUE nos referimos”. O verbo “referir-se” projeta a preposição “a”, que deveria ser empregada antes do pronome relativo.

2º erro: “continuamente vieram em nossas vidas pela tradição...”.

Se vieram, vieram A nossas vidas. O verbo “vir” não projeta a preposição “em”, e sim a preposição “a”.

(D) **Item incorreto** (“Educadores, pais, autores de antologias e editores são responsáveis das escolhas das histórias que hoje se fazem críticas”).

1º erro: “responsáveis DAS escolhas”. Quem é responsável, é responsável POR ALGO.

2º erro: “histórias que hoje se fazem críticas”. Quem faz críticas, faz críticas a algo. Nesse caso, o termo “críticas” projeta a preposição “a”, que deveria ter sido empregada antes do relativo: histórias A que hoje se fazem críticas”.

(E) **Item incorreto** (“As pessoas têm a pretensão que os contos sejam atualizados e colocados em moldes, pois aspiram por limpeza ideológica”).

Quem tem pretensão, tem pretensão de ALGO.

Quem aspira, aspira A ALGO.

Eis os dois erros da letra E.

**Gabarito: B**

24. Assinale a alternativa em que, na reescrita da passagem “Curiosamente, as críticas não eram à versão Disney cujo aniversário se comemorava, mas à personagem em si...” (1º parágrafo), a forma verbal destacada confere sentido de conjectura ao enunciado.

- A) Curiosamente, as críticas não **têm sido** à versão Disney cujo aniversário se comemorava, mas à personagem em si.
- B) Curiosamente, as críticas não **são** à versão Disney cujo aniversário se comemorava, mas à personagem em si.
- C) Curiosamente, as críticas não **foram** à versão Disney cujo aniversário se comemorava, mas à personagem em si.
- D) Curiosamente, as críticas não **seriam** à versão Disney cujo aniversário se comemorava, mas à personagem em si.
- E) Curiosamente, as críticas não **tinham sido** à versão Disney cujo aniversário se comemorava, mas à personagem em si.

## Comentário:

---

Em primeiro lugar, conferir conjectura é o mesmo que “dar ideia de hipótese”. Daí, o seu trabalho será analisar cada verbo empregado e buscar o que porta tal valor semântico. O uso do verbo "seriam" indica uma suposição ou conjectura sobre as críticas, sugerindo que há uma **possibilidade** de que as críticas não fossem direcionadas à versão Disney, mas sim à personagem em si. Todos os outros verbos trabalham com a ideia de certeza.

**Gabarito: D**

## DIREITO PENAL

**25. Com relação aos Crimes contra a Fé Pública, previstos no Capítulo II e III, do Título X, do Código Penal, assinale a alternativa correta.**

- A) Nos crimes de falsificação de documento público e falsificação de documento particular, a falsidade recai sobre a própria autenticidade do documento; no crime de falsidade ideológica, a falsidade recai sobre o conteúdo do documento.
- B) Os crimes de falsificação de papéis públicos, petrechos de falsificação e falsificação de selo ou sinal público são próprios de funcionários públicos, praticados no exercício do cargo.
- C) O crime de falsidade de atestado médico é um crime comum, podendo ser praticado por qualquer pessoa, não sendo necessário ser médico.
- D) Se o sujeito, além de falsificar o documento, também o utiliza, incorrerá nas penas do crime de falsificação e do crime de uso.
- E) O crime de falso reconhecimento de firma ou letra somente se caracteriza em documento público.

### Comentário:

O assunto da nossa questão é Crimes contra a Fé Pública, previstos no Capítulo II e III, do Título X, do Código Penal. Analisemos cada uma das alternativas:

(A) *Nos crimes de falsificação de documento público e falsificação de documento particular, a falsidade recai sobre a própria autenticidade do documento; no crime de falsidade ideológica, a falsidade recai sobre o conteúdo do documento.*

Perfeita. Em outras palavras, nos primeiros crimes citados (arts. 297 e 298, CP), a falsidade recai sobre a forma, afetando a autenticidade do documento, no todo ou em parte. No caso de falsidade ideológica (art. 299, CP), a forma do documento é verdadeira, mas o conteúdo (a informação veiculada) é falso.

(B) *Os crimes de falsificação de papéis públicos, petrechos de falsificação e falsificação de selo ou sinal público são próprios de funcionários públicos, praticados no exercício do cargo.*

Crimes próprios são aqueles que somente se configuram se a conduta for praticada por sujeito(s) específico(s), e essa condição deve ser evidenciada na Lei. No caso, os crimes de falsificação de papéis públicos (art. 293, CP), petrechos de falsificação (arts. 294 e 295, CP) e falsificação de selo ou sinal público (art. 296, CP) NÃO são próprios de funcionários públicos, pois podem ser praticados por particulares. Cuidado, pois nos dois últimos crimes mencionados, a condição de funcionário público, prevalecendo-se do cargo para cometer o crime, é causa de aumento da pena.

(C) O crime de falsidade de atestado médico é um crime comum, podendo ser praticado por qualquer pessoa, não sendo necessário ser médico.

**Errada**, pois somente o médico pode praticar o crime de falsidade de atestado médico, logo, é crime próprio:

*Art. 302 - Dar o médico, no exercício da sua profissão, atestado falso:*

*Pena - detenção, de um mês a um ano. - grifei*

(D) Se o sujeito, além de falsificar o documento, também o utiliza, incorrerá nas penas do crime de falsificação e do crime de uso.

**Errado**. A jurisprudência do STJ e do STF já definiu que uma pessoa que pratica as condutas de falsificar e de usar o documento falsificado deve responder por apenas um dos dois delitos, pois o uso seria mero exaurimento da falsificação.

(E) O crime de falso reconhecimento de firma ou letra somente se caracteriza em documento público.

**Errada**. O documento pode ser público ou particular. O art. 300, CP, deixa isso claro:

*Falso reconhecimento de firma ou letra*

*Art. 300 - Reconhecer, como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que o não seja:*

*Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público; e de um a três anos, e multa, se o documento é particular. - grifei.*

**Gabarito: A**

26. Tendo em conta os Crimes contra a Administração Pública, previstos no Código Penal, assinale a alternativa correta.

- A) O crime de abandono de função somente se caracteriza se ocorrer prejuízo público, tratando-se, assim, de crime material.
- B) O crime de corrupção passiva é formal, consumando-se ainda que o funcionário público não receba vantagem indevida.
- C) Para a caracterização do crime de prevaricação, é necessário que o funcionário público retarde ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, cedendo a pedido ou influência de outro.
- D) O crime de advocacia administrativa se consuma quando o advogado privado, para defender interesse de seu cliente, junto à Administração Pública, oferece vantagem a funcionário público, para o influenciar na prática de ato.
- E) O crime de peculato é praticado por funcionário público, exigindo que o bem ou valor apropriado seja público.

### Comentário:

a) **ERRADA**: item errado, pois o crime de abandono de função caracteriza-se independentemente da ocorrência de ocorrer prejuízo público, sendo crime formal. Caso, em razão do abandono, ocorra prejuízo público, teremos forma qualificada do delito:

*Art. 323 - Abandonar cargo público, fora dos casos permitidos em lei: Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa. § 1º - Se do fato resulta prejuízo público: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.*

b) **CORRETA**: item correto, pois o crime de corrupção passiva é formal, consumando-se ainda que o funcionário público não receba vantagem indevida, bastando a mera solicitação da vantagem indevida ou aceitação de promessa de vantagem indevida em razão da função, nos termos do art. 317 do CP.

c) **ERRADA**: item errado, pois, se o funcionário público retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, cedendo a pedido ou influência de outro, haverá crime de corrupção passiva privilegiada, previsto no art. 317, §2º do CP:

*Art. 317 – (...) § 2º - Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem: Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.*

d) **ERRADA:** item errado, pois o crime de advocacia administrativa verifica-se quando o funcionário público patrocina interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário, nos termos do art. 321 do CP:

*Art. 321 - Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário: Pena - detenção, de um a três meses, ou multa.*

e) **ERRADA:** item errado, pois o objeto material do crime de peculato (art. 312 do CP) pode ser dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, do qual o funcionário público tenha a posse em razão do cargo:

*Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio: Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.*

## Gabarito: B

### 27. A respeito dos Crimes contra a Administração da Justiça, previstos no Código Penal, é correto afirmar que

- A) o crime de coação no curso do processo será qualificado se praticado em processo que envolva crime contra a dignidade sexual.
- B) a imputação de prática de contravenção penal que sabe ser inverídica não configura o crime de denúncia caluniosa, pois o tipo penal fala apenas em crime, ato improbo e infração ética-disciplinar.
- C) o crime de fraude processual será qualificado se a inovação tiver como objetivo produzir efeito em processo penal.
- D) a retração ou declaração da verdade pelo agente, antes de proferida a sentença no processo em que se deu o falso testemunho, é causa de diminuição de pena do crime de falso testemunho e falsa perícia.
- E) o crime de exercício arbitrário das próprias razões é de ação penal privada, excetuando os casos em que há emprego de violência.

## Comentário:

a) **ERRADA:** item errado, pois o crime de coação no curso do processo será majorado se praticado em processo que envolva crime contra a dignidade sexual, nos termos do art. 344, parágrafo único, do CP:

*Art. 344 - Usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa, além da pena correspondente à violência. Parágrafo único. A pena aumenta-se de 1/3 (um terço) até a metade se o processo envolver crime contra a dignidade sexual. (Incluído pela Lei nº 14.245, de 2021)*

b) **ERRADA:** item errado, pois a imputação de prática de contravenção penal que sabe ser inverídica também configura o crime de denunciação caluniosa, em sua forma privilegiada, nos termos do art. 339, §2º do CP:

*Art. 339. Dar causa à instauração de inquérito policial, de procedimento investigatório criminal, de processo judicial, de processo administrativo disciplinar, de inquérito civil ou de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime, infração ético-disciplinar ou ato ímprobo de que o sabe inocente: (Redação dada pela Lei nº 14.110, de 2020) Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa. (...) § 2º - A pena é diminuída de metade, se a imputação é de prática de contravenção.*

c) **ERRADA:** Item errado, pois o crime de fraude processual será majorado (pena em dobro) se a inovação tiver como objetivo produzir efeito em processo penal:

*Art. 347 - Inovar artificialmente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito: Pena - detenção, de três meses a dois anos, e multa. Parágrafo único - Se a inovação se destina a produzir efeito em processo penal, ainda que não iniciado, as penas aplicam-se em dobro.*

d) **ERRADA:** item errado, pois a retração ou declaração da verdade pelo agente, antes de proferida a sentença no processo em que se deu o falso testemunho é causa de extinção da punibilidade no crime de falso testemunho ou falsa perícia, nos termos do art. 342, §2º do CP:

*Falso testemunho ou falsa perícia Art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral: (Redação dada pela Lei nº 10.268, de 28.8.2001) Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 12.850, de 2013) (Vigência) (...) § 2º O fato deixa de ser punível se, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade. (Redação dada pela Lei nº 10.268, de 28.8.2001.*

e) **CORRETA:** Item correto, pois o crime de exercício arbitrário das próprias razões é de ação penal privada, excetuando os casos em que há emprego de violência, nos termos do art. 345, parágrafo único, do CP:

*Art. 345 - Fazer justiça pelas próprias mãos, para satisfazer pretensão, embora legítima, salvo quando a lei o permite: Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa, além da pena correspondente à violência. Parágrafo único - Se não há emprego de violência, somente se procede mediante queixa.*

### **Gabarito: E**

**28. No crime de fraude em certames de interesse público, previsto no artigo 311-A, do Código Penal, é correto afirmar que**

- A) o bem jurídico violado é a fé pública, e para restar caracterizado exige-se efetivo prejuízo.
- B) há a previsão da modalidade culposa, inadmitindo-se a forma tentada.
- C) embora para a caracterização não se exija a ocorrência de dano patrimonial à Administração Pública, exige-se a finalidade de beneficiar a si próprio ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame.
- D) é crime comum, podendo ser praticado por qualquer pessoa, mas, se praticado por funcionário público, a pena aplicar-se-á em dobro.
- E) a ocorrência de prejuízo à Administração Pública é causa de aumento da pena.

## Comentário:

O assunto da nossa questão é DAS FRAUDES EM CERTAMES DE INTERESSE PÚBLICO, art. 311-A do Código Penal. Para responder corretamente à questão, basta ao candidato conhecer a redação do *caput* do artigo 311-A do Código Penal, uma vez que esse dispositivo estatui a regra trazida na alternativa C, nosso gabarito.

Vejamos:

Art. 311-A. Utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, conteúdo sigiloso de: (grifei)

I - concurso público; (Incluído pela Lei 12.550. de 2011)

II - avaliação ou exame públicos; (Incluído pela Lei 12.550. de 2011)

III - processo seletivo para ingresso no ensino superior; ou (Incluído pela Lei 12.550. de 2011)

IV - exame ou processo seletivo previstos em lei: (Incluído pela Lei 12.550. de 2011)

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Percebam que o tipo penal requer dolo com finalidade especial, conforme grifos. Reparem também que o tipo penal trazido pelo *caput* do 311-A não exige a ocorrência de dano patrimonial à Administração Pública. Caso esse dano ocorra, incorrer-se-á na hipótese do §2º, na forma qualificada do crime:

§ 2º Se da ação ou omissão resulta dano à administração pública:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

Destaquemos os erros das demais:

(A) o bem jurídico violado é **a fé pública**, e para restar caracterizado **exige-se** efetivo prejuízo.

**Errada.** O bem violado é a credibilidade do certame público e a ocorrência do efetivo prejuízo não é necessária, conforme visto anteriormente. Caso ocorra dano à AP, o crime será qualificado, nos termos do §2º.

(B) há a previsão da modalidade culposa, **inadmitindo-se** a forma tentada.

**Errada.** Não há previsão da modalidade culposa. No entanto, a forma tentada é possível, uma vez que é possível fracionar a conduta.

(D) é crime comum, podendo ser praticado por qualquer pessoa, mas, se praticado por funcionário público, a **pena aplicar-se-á em dobro.**

**Errada.** O correto seria aumento da pena de 1/3, conforme §3º:

§ 3º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) se o fato é cometido por funcionário público.

(E) a ocorrência de prejuízo à Administração Pública é **causa de aumento da pena.**

**Errada.** Trata-se de qualificadora.

### Gabarito: C

**29. Tendo em conta o crime de inutilização de edital ou de sinal, previsto no artigo 336, do Código Penal, e o crime de subtração ou inutilização de livro ou documento, previsto no artigo 337, do Código Penal, assinale a alternativa correta.**

- A) São crimes próprios de funcionários públicos, só podendo ser por eles praticados.
- B) O crime de inutilização de edital ou sinal será qualificado quando há violação de sinal empregado para cerrar objeto de interesse da justiça.
- C) São crimes que inadmitem tentativa.
- D) O crime de subtração ou inutilização de livro ou documento restará caracterizado ainda que o documento inutilizado estiver confiado a particular, desde que em serviço público.
- E) O crime de subtração ou inutilização de livro ou documento, se parcial a inutilização do documento, será punido de forma diminuída.

### Comentário:

a) **ERRADA:** item errado, pois são crimes comuns, podendo ser praticados por qualquer pessoa.

- b) **ERRADA:** item errado, pois não há previsão de qualificadoras ou majorantes para o crime de inutilização de edital ou sinal, nos termos do art. 336 do CP.
- c) **ERRADA:** item errado, pois a tentativa é perfeitamente admissível em relação a ambos os delitos, já que são crimes plurissubsistentes, ou seja, é possível que o agente inicie a execução, mas o crime não venha a se consumir por fatores estranhos à sua vontade.
- d) **CORRETA:** item correto, pois o crime de subtração ou inutilização de livro ou documento restará caracterizado ainda que o documento inutilizado esteja confiado a particular, desde que em serviço público, nos termos do art. 337 do CP: “

Art. 337 - Subtrair, ou inutilizar, total ou parcialmente, livro oficial, processo ou documento confiado à custódia de funcionário, em razão de ofício, ou de particular em serviço público: Pena - reclusão, de dois a cinco anos, se o fato não constitui crime mais grave”.

- e) **ERRADA:** item errado, pois o crime de subtração ou inutilização de livro ou documento será punido igualmente ainda que se trate de inutilização meramente parcial: “Art. 337 - Subtrair, ou inutilizar, total ou parcialmente, livro oficial, processo ou documento confiado à custódia de funcionário, em razão de ofício, ou de particular em serviço público: Pena - reclusão, de dois a cinco anos, se o fato não constitui crime mais grave”.

### Gabarito: D

**30. Mévio, administrador, por decisão judicial, em ação penal, foi afastado do conselho deliberativo da empresa da qual é sócio. Não obstante a decisão, Mévio continua participando das reuniões do conselho, fazendo uso da palavra, tomando parte nas deliberações e assinando documentos. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.**

- A) Mévio não incorreu em qualquer crime, haja vista a conduta imputada ser atípica penalmente.
- B) Mévio incorreu no crime de fraude processual, previsto no artigo 347, do Código Penal.
- C) Mévio, em tese, praticou o crime de desobediência à decisão judicial sobre perda e suspensão de direito, previsto no artigo 359, do Código Penal.
- D) Mévio, em tese, praticou o crime de desobediência, previsto no artigo 330, do Código Penal.
- E) Mévio, em tese, praticou o crime de usurpação de função pública, previsto no artigo 328, do Código Penal.

## Comentário:

---

Mévio, em tese, praticou o crime de desobediência à decisão judicial sobre perda e suspensão de direito, previsto no artigo 359, do Código Penal, pois exerceu atividade da qual havia sido afastado por decisão judicial, nos termos do art. 359 do CP:

*Art. 359 - Exercer função, atividade, direito, autoridade ou múnus, de que foi suspenso ou privado por decisão judicial: Pena - detenção, de três meses a dois anos, ou multa.*

**Gabarito: C**

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

**31. Tendo em conta as regras de impedimento e suspensão, previstas nos artigos 252 a 258 do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.**

- A) O promotor de justiça não poderá atuar em processos em que tenha figurado como advogado de qualquer das partes, podendo, no entanto, atuar naqueles em que figurou como testemunha ou informante.
- B) O juiz dar-se-á por suspeito e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes, se parente seu, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, estiver respondendo a processo análogo.
- C) O juiz não poderá atuar em processo em que ele próprio tenha figurado como advogado de qualquer das partes, não se aplicando o impedimento, no entanto, se a atuação como advogado é de parentes seus, por afinidade.
- D) As causas de impedimento e suspensão decorrentes do parentesco por afinidade não cessarão com a dissolução do casamento, se houver filhos menores, cessando, no entanto, se inexistir filhos ou, se existir, já tenham atingido a idade adulta.
- E) Não poderão figurar no mesmo processo, em juízos coletivos, juízes que sejam parentes entre si, ainda que afins, em linha reta ou colateral, inclusive até o terceiro grau.

## Comentário:

---

a) **ERRADA**: item errado, pois aplicam-se aos membros do MP as mesmas hipóteses de impedimento e suspeição previstas para os Juízes, nos termos do art. 258 do CPP: “

Art. 258. Os órgãos do Ministério Público não funcionarão nos processos em que o juiz ou qualquer das partes for seu cônjuge, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, e a eles se estendem, no que lhes for aplicável, as prescrições relativas à suspeição e aos impedimentos dos juízes.

O fato de o Juiz já ter atuado no caso como testemunha ou informante (testemunha não compromissada), é causa de impedimento”. Logo, o mesmo se aplica aos membros do MP: “

Art. 252. O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que: I - tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito; II - ele próprio houver desempenhado qualquer dessas funções ou servido como testemunha”.

b) **ERRADA**: item errado. Vejamos o art. 254, II do CPP: “

Art. 254. O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes: (...) II - se ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia”..

Como se vê, o juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes, apenas se ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.

c) **ERRADA**: item errado, pois o juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito, nos termos do art. 252, I do CPP: “

Art. 252. O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que: I - tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito”.

d) **ERRADA:** item errado, pois as causas de impedimento e suspensão decorrentes do parentesco por afinidade cessarão com a dissolução do casamento que gerou o parentesco, salvo se houver filhos, sejam eles menores ou maiores de idade, nos termos do art. 255 do CPP: “Art. 255. O impedimento ou suspeição decorrente de parentesco por afinidade cessará pela dissolução do casamento que lhe tiver dado causa, salvo sobrevivendo descendentes; mas, ainda que dissolvido o casamento sem descendentes, não funcionará como juiz o sogro, o padrasto, o cunhado, o genro ou enteado de quem for parte no processo”.

e) **CORRETA:** item correto, pois não poderão figurar no mesmo processo, em juízos coletivos, juízes que sejam parentes entre si, ainda que afins, em linha reta ou colateral, inclusive até o terceiro grau, nos termos do art. 253 do CPP, sendo isso o que a doutrina chama de “hipótese de incompatibilidade”: “Art. 253. Nos juízos coletivos, não poderão servir no mesmo processo os juízes que forem entre si parentes, consangüíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive”.

### Gabarito: E

**32. Tício, estudante de Direito, é réu em ação penal, tendo sido assistido por defensor público, ao longo de toda a instrução. Absolvido pelo Juízo de Primeiro Grau, o Ministério Público recorreu. Tício, nessa ocasião, já era advogado, devidamente habilitado junto ao órgão de classe, tendo ele próprio apresentado as contrarrazões ao recurso do Ministério Público, para a manutenção da sentença absolutória. Diante da situação hipotética e nos termos dos artigos 261 a 267 do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.**

- A) Ainda que Tício tenha sido assistido por defensor público, não há qualquer vedação legal para que ocorra a substituição por defensor particular, sendo ainda permitido que ele mesmo exerça a própria defesa, já que habilitado.
- B) Embora seja permitido ao acusado, se habilitado, exercer a própria defesa, tendo Tício sido assistido por defensor público ao longo do processo, é vedada a substituição por defensor particular, na fase recursal.
- C) Ainda que advogado, devidamente habilitado, por expressa vedação legal, Tício não pode exercer a própria defesa.
- D) Tendo sido a defesa de Tício exercida por defensor público, ao longo do processo, por expressa disposição legal, vedada é a substituição por defensor particular, na fase recursal.
- E) Tício, ainda que advogado, não pode exercer a própria defesa; ademais, tendo sido defendido por defensor público ao longo do processo, vedada é a substituição por defensor particular, na fase recursal.

## Comentário:

---

Nesse caso, ainda que Tício tenha sido assistido por defensor público, não há qualquer vedação legal para que ocorra a substituição por defensor particular, sendo ainda permitido que ele mesmo exerça a própria defesa, já que habilitado, nos exatos termos do art. 263 do CPP:

*Art. 263. Se o acusado não o tiver, ser-lhe-á nomeado defensor pelo juiz, ressalvado o seu direito de, a todo tempo, nomear outro de sua confiança, ou a si mesmo defender-se, caso tenha habilitação.*

### Gabarito: A

**33. Tendo em conta as disposições constantes do Código de Processo Penal, a respeito das citações e intimações, assinale a alternativa correta.**

- A) Estando o réu no estrangeiro, será ele citado por carta precatória, suspendendo o processo e o curso do prazo prescricional até o efetivo cumprimento.
- B) A citação por edital dar-se-á quando o réu não é localizado nos endereços tidos como os de sua residência ou domicílio, estando, assim, em local desconhecido; ou quando há indícios de que o réu oculta-se do Oficial de Justiça.
- C) Expedida carta precatória para citação do réu, verificado que ele se encontra em local sujeito à jurisdição de outro Juiz, o Juiz deprecado devolverá a precatória, sem cumprimento, ao Juiz deprecante, para expedição de nova precatória.
- D) Não intimado o réu, por não ter sido localizado no endereço por ele informado e constante dos autos, em razão de ter se mudado e deixado de informar o endereço atual, o processo prosseguirá sem sua participação.
- E) A citação por mandado, por Oficial de Justiça, dar-se-á preferencialmente em dias úteis, no horário das 06 às 17h e, por expressa vedação legal, não se realizará aos Domingos.

## Comentário:

a) **ERRADA**: item errado, pois, estando o réu no estrangeiro, em lugar sabido, será ele citado por carta rogatória, suspendendo-se apenas o curso do prazo prescricional até o efetivo cumprimento (não há suspensão do processo), nos termos do art. 368 do CPP: “

Art. 368. Estando o acusado no estrangeiro em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento. (Redação dada pela Lei nº 9.271, de 17.4.1996)”

b) **ERRADA**: item errado, pois nesse caso caberá citação por hora certa, nos termos do art. 362 do CPP.

c) **ERRADA**: item errado, pois nesse caso o Juízo deprecado remeterá os autos ao Juízo do lugar onde o réu efetivamente estiver residindo, para efetivação da diligência, desde que haja tempo para fazer-se a citação, na forma do art. 355, §1º do CPP.

d) **CORRETA**: item correto, pois essa é a previsão contida no art. 367 do CPP: “

Art. 367. O processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao juízo. (Redação dada pela Lei nº 9.271, de 17.4.1996)”.

e) **ERRADA**: item errado, pois, nos termos do art. 212, §2º do NCPC, independentemente de autorização judicial, as citações e intimações poderão realizar-se em feriados ou dias úteis fora do horário padrão (que é entre 6h e 20h), ressalvada a inviolabilidade do domicílio. Igualmente, o art. 797 do CPP assim estabelece: “

Art. 797. Excetuadas as sessões de julgamento, que não serão marcadas para domingo ou dia feriado, os demais atos do processo poderão ser praticados em período de férias, em domingos e dias feriados. Todavia, os julgamentos iniciados em dia útil não se interromperão pela superveniência de feriado ou domingo”.

**Gabarito: D**

**34. Tício foi denunciado por crime cuja pena máxima não ultrapassa dois anos de reclusão. Diante dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.**

- A) O processo seguirá pelo rito sumário, com a resposta à acusação apresentada em audiência, oralmente, ocasião em que se inquirirão as testemunhas de defesa, no máximo 03 (três), apresentadas no dia e independentemente de intimação.
- B) O processo seguirá pelo rito do juizado especial criminal e, não sendo Tício localizado para ser pessoalmente citado, haverá remessa ao Juízo Comum, para prosseguir sob o rito sumário.
- C) O processo seguirá pelo rito sumário e, após a resposta à acusação, apresentada por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, Tício será sumariamente absolvido se comprovar ter praticado o fato em estado de necessidade.
- D) O processo seguirá pelo rito ordinário e, uma vez citado, deverá apresentar resposta à acusação no prazo de 10 (dez) dias, podendo arrolar até 08 (oito) testemunhas.
- E) O processo seguirá pelo rito sumário e, uma vez citado, deverá apresentar resposta à acusação no prazo de 10 (dez) dias, podendo arrolar até 05 (cinco) testemunhas.

## Comentário:

O tema da nossa questão é procedimentos em matéria penal.

Para responder corretamente, é necessário inicialmente que o candidato conheça as hipóteses de aplicação de cada um dos tipos de procedimentos previstos no art. 394 Código de Processo Penal:

Art. 394. O procedimento será comum ou especial.

§ 1º O procedimento comum será ordinário, sumário ou sumaríssimo:

I - ordinário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade;

II - sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade;

III - sumaríssimo, para as infrações penais de menor potencial ofensivo, na forma da lei.

§ 2º Aplica-se a todos os processos o procedimento comum, salvo disposições em contrário deste Código ou de lei especial.

Logo, o procedimento poderá ser comum - ordinário, sumário e sumaríssimo (§1º, supra) ou especial - hipóteses do CPP ou lei especial (§2º, supra).

O procedimento comum subdivide-se em:

1. ordinário - pena privativa de liberdade máxima igual ou superior a 4 anos;
2. sumário - pena privativa de liberdade máxima inferior a 4 anos;
3. sumaríssimo - infrações penais de menor potencial ofensivo, na forma da lei.

As infrações penais de menor potencial ofensivo são definidas pelo art. 62 da Lei 9.099/1995, que trata da competência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências:

Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa. (grifei)

Isso já bastaria para marcarmos o gabarito na alternativa B, pois o caso do enunciado - crime cuja pena máxima não ultrapassa dois anos de reclusão - atrai a competência dos Juizados Especiais criminais, rito previsto somente nessa assertiva.

No entanto, a assertiva fala também a respeito da citação. Para julgarmos esse segmento, vejamos o art. 66 da mesma Lei:

Art. 66. A citação será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, ou por mandado.

Parágrafo único. Não encontrado o acusado para ser citado, o Juiz encaminhará as peças existentes ao Juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei. (grifei)

Portanto, a citação deve ser pessoal como regra. Caso não encontrado o acusado, o Juiz encaminhará as peças existentes ao Juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei, que é o rito sumário.

Confirmamos, assim, o gabarito na alternativa B. As demais apontam outros ritos como aplicáveis ao caso, por isso estão erradas.

**Gabarito: B**

35. Mévia foi denunciada pela prática de crime de homicídio doloso. A denúncia foi recebida pelo Juiz da Vara do Tribunal do Júri, sendo apresentada por Mévia resposta à acusação, seguindo-se a instrução processual com a oitiva das testemunhas de acusação e defesa. Encerrada a instrução, apresentadas as alegações finais, o processo encontra-se com o Juiz da Vara do Tribunal do Júri, para sentença. Em vista do caso hipotético, assinale a alternativa correta.

- A) Se a decisão do Juiz for pela ocorrência de prática de crime não sujeito à competência do Tribunal do Júri, proferirá, desde logo, sentença condenatória.
- B) Se a decisão do Juiz for pelo reconhecimento de que Mévia agiu em legítima defesa, circunstância que exclui o crime, por ausência de ilicitude, ainda assim será ela pronunciada, competindo a decisão ao Júri, podendo, contudo, interpor apelação.
- C) Se a decisão do Juiz for pela impronúncia de Mévia, ainda que preclusa, enquanto não extinta a punibilidade, surgindo prova nova, poderá ser formulada nova denúncia contra ela.
- D) Se a decisão do Juiz for pela impronúncia de Mévia, poderá o Ministério Público interpor recurso em sentido estrito, estendendo tal legitimidade ao assistente de acusação, se habilitado.
- E) Se a decisão do Juiz for pela pronúncia de Mévia, será ela intimada, através de seu advogado constituído ou defensor público nomeado.

## Comentário:

a) **ERRADA:** item errado, pois se a decisão do Juiz for pela ocorrência de prática de crime não sujeito à competência do Tribunal do Júri (desclassificação), deverá remeter os autos ao Juízo competente, na forma do art. 419 do CPP:

Art. 419. Quando o juiz se convencer, em discordância com a acusação, da existência de crime diverso dos referidos no § 1o do art. 74 deste Código e não for competente para o julgamento, remeterá os autos ao juiz que o seja. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)

b) **ERRADA:** item errado, pois, se a decisão do Juiz for pelo reconhecimento de que Mévia agiu em legítima defesa (excludente de ilicitude), deverá absolvê-la sumariamente, nos termos do art. 415, IV do CPP:

Art. 415. O juiz, fundamentadamente, absolverá desde logo o acusado, quando: (...) IV – demonstrada causa de isenção de pena ou de exclusão do crime. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)

c) **CORRETA**: item correto, pois se a decisão do Juiz for pela impronúncia de Mévia, ainda que preclusa, enquanto não extinta a punibilidade, surgindo prova nova, poderá ser formulada nova denúncia contra ela. Eis que a sentença de impronúncia não faz coisa julgada material, nos termos do art. 414, parágrafo único, do CPP:

Art. 414 (...) Parágrafo único. Enquanto não ocorrer a extinção da punibilidade, poderá ser formulada nova denúncia ou queixa se houver prova nova. (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)

d) **ERRADA**: item errado, pois se a decisão do Juiz for pela impronúncia de Mévia, caberá recurso de apelação, não RESE, nos termos do art. 416 do CPP:

Art. 416. Contra a sentença de impronúncia ou de absolvição sumária caberá apelação. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)

e) **ERRADA**: item errado, pois o acusado deve ser intimado pessoalmente acerca da decisão de pronúncia:

Art. 420. A intimação da decisão de pronúncia será feita: I – pessoalmente ao acusado, ao defensor nomeado e ao Ministério Público (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)

**Gabarito: C**

**36. A respeito do processo de restauração de autos extraviados ou destruídos, previsto no Código de Processo Penal, é correto afirmar que**

- A) mesmo pendente decisão que julgue restaurados os autos, a sentença condenatória em execução continuará a produzir efeito, se houver guia arquivada no estabelecimento prisional onde o réu cumpre pena ou, registro que torne inequívoca a sua existência.
- B) poderão ser inquiridos sobre os atos do processo as autoridades, os serventuários, os peritos e as demais pessoas que tenham nele atuado, inexistindo previsão, contudo, de oitiva de testemunhas e outras provas o teor do processo extraviado ou destruído.
- C) se extraviados os autos em segunda instância, nela tramitará o processo de restauração.
- D) no caso de processo em que ainda não foi proferida sentença, as testemunhas serão reinquiridas, inexistindo possibilidade de substituição das que não sejam localizadas.
- E) os exames periciais serão obrigatoriamente repetidos e realizados, também obrigatoriamente, pelos mesmos peritos, exceto no caso de já ter falecido.

## Comentário:

O tema da nossa questão é DO PROCESSO DE RESTAURAÇÃO DE AUTOS EXTRAVIADOS OU DESTRUÍDOS, previsto nos artigos 541 a 548 do CPP.

Para responder corretamente, o candidato precisa conhecer o teor do art. 548, CPP, a saber:

Art. 548. Até à decisão que julgue restaurados os autos, a sentença condenatória em execução continuará a produzir efeito, desde que conste da respectiva guia arquivada na cadeia ou na penitenciária, onde o réu estiver cumprindo a pena, ou de registro que torne a sua existência inequívoca.

Percebam que a regra contida no dispositivo colacionado é replicada na alternativa A, que é o nosso gabarito.

Vejamos os erros das demais, em destaque, à luz do CPP:

(B) poderão ser inquiridos sobre os atos do processo as autoridades, os serventuários, os peritos e as demais pessoas que tenham nele atuado, ~~inexistindo previsão, contudo,~~ de oitiva de testemunhas e outras provas o teor do processo extraviado ou destruído.

**Errada.** Conforme o art. 543, CPP, será possível reinquiri-se as testemunhas e a reconstituição de outras provas, como a pericial e a documental:

Art. 543. O juiz determinará as diligências necessárias para a restauração, observando-se o seguinte:

I - caso ainda não tenha sido proferida a sentença, reinquirir-se-ão as testemunhas podendo ser substituídas as que tiverem falecido ou se encontrarem em lugar não sabido;

II - os exames periciais, quando possível, serão repetidos, e de preferência pelos mesmos peritos;

III - a prova documental será reproduzida por meio de cópia autêntica ou, quando impossível, por meio de testemunhas;

IV - poderão também ser inquiridas sobre os atos do processo, que deverá ser restaurado, as autoridades, os serventuários, os peritos e mais pessoas que tenham nele funcionado;

V - o Ministério Público e as partes poderão oferecer testemunhas e produzir documentos, para provar o teor do processo extraviado ou destruído.

(C) se extraviados os autos em segunda instância, ~~nela tramitará~~ o processo de restauração.

**Errada.** Nos termos do § 3º do art. 541, CPP, o processo tramitará na primeira instância:

§ 3º Proceder-se-á à restauração na primeira instância, ainda que os autos se tenham extraviado na segunda.

(D) no caso de processo em que ainda não foi proferida sentença, as testemunhas serão reinquiridas, ~~inexistindo possibilidade~~ de substituição das que não sejam localizadas.

**Errada.** Conforme o art. 543, CPP, será possível reinquirir-se as testemunhas e substituídas as falecidas ou que se encontrarem em lugar não sabido:

Art. 543. O juiz determinará as diligências necessárias para a restauração, observando-se o seguinte:

I - caso ainda não tenha sido proferida a sentença, reinquirir-se-ão as testemunhas podendo ser substituídas as que tiverem falecido ou se encontrarem em lugar não sabido;

(E) os exames periciais serão obrigatoriamente repetidos e realizados, também obrigatoriamente, pelos mesmos peritos, exceto no caso de já ter falecido.

**Errada.** Como visto acima, o art. 543, II, CPP, fala “preferencialmente”, não “obrigatoriamente”.

### Gabarito: A

**37. Tendo em conta as previsões a respeito da revisão criminal, constantes do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.**

- A) Pode ser requerida a qualquer tempo, desde que antes de extinta a pena.
- B) Tem por finalidade anular a condenação ou provar a inocência do condenado, não se prestando à diminuição da pena.
- C) A ação de revisão não poderá ser liminarmente indeferida pelo Relator a quem for distribuída, devendo abrir-se vista ao Procurador-Geral, para parecer, após o que os autos seguirão para exame do Revisor, para julgamento na sessão designada.
- D) É personalíssima, extinguindo-se com a morte do autor, no caso, o condenado.
- E) Julgada procedente a revisão, na sentença poderá ser reconhecido o direito à justa reparação, pelos prejuízos decorrentes do erro ou da injustiça da condenação, desde que requerido pelo interessado.

### Comentário:

O tema da nossa questão é DA REVISÃO, previsto nos artigos 621 a 631 do CPP.

A banca quer a assertiva correta acerca da revisão criminal. Analisemos alternativa por alternativa, à luz do CPP:

(A) Pode ser requerida a qualquer tempo, desde que antes de extinta a pena:

**Errada.** Pode ser requerida antes ou após a extinção da pena, conforme art. 622:

Art. 622. A revisão poderá ser requerida em qualquer tempo, antes da extinção da pena ou após.

(B) Tem por finalidade anular a condenação ou provar a inocência do condenado, não se prestando à diminuição da pena:

**Errada.** Pode haver, em suma, alteração da classificação da infração, absolvição, modificação da pena (para diminuir) ou anulação, conforme art. 626. Não será possível a agravação (parágrafo único):

Art. 626. Julgando procedente a revisão, o tribunal poderá alterar a classificação da infração, absolver o réu, modificar a pena ou anular o processo.

Parágrafo único. De qualquer maneira, não poderá ser agravada a pena imposta pela decisão revista.

(C) A ação de revisão ~~não~~ poderá ser liminarmente indeferida pelo Relator a quem for distribuída, ~~devendo abrir-se vista ao Procurador Geral, para parecer, após o que os autos seguirão para exame do Revisor, para julgamento na sessão designada.~~

**Errada.** O §3º do art. 625 traz a possibilidade de indeferimento liminar pelo Relator, caso ele julgue insuficientemente instruído o pedido e inconveniente ao interesse da justiça que se apensem os autos originais:

§ 3º Se o relator julgar insuficientemente instruído o pedido e inconveniente ao interesse da justiça que se apensem os autos originais, indeferi-lo-á in limine, dando recurso para as câmaras reunidas ou para o tribunal, conforme o caso

A última parte da assertiva faz alusão ao §5º, que define a sequência de atos caso o requerimento **não** seja indeferido liminarmente, mas ainda assim contenha erros. Vejamos:

§ 5º Se o requerimento não for indeferido in limine, abrir-se-á vista dos autos ao procurador-geral, que dará parecer no prazo de dez dias. Em seguida, examinados os autos, sucessivamente, em igual prazo, pelo relator e revisor, julgar-se-á o pedido na sessão que o presidente designar.

(D) ~~É personalíssima, extinguindo-se~~ com a morte do autor, no caso, o condenado.

**Errada.** Nesse caso, conforme o art. 631, será nomeado curador pelo presidente do Tribunal para a defesa:

Art. 631. Quando, no curso da revisão, falecer a pessoa, cuja condenação tiver de ser revista, o presidente do tribunal nomeará curador para a defesa.

(E) Julgada procedente a revisão, na sentença poderá ser reconhecido o direito à justa reparação, pelos prejuízos decorrentes do erro ou da injustiça da condenação, desde que requerido pelo interessado.

**Correta**, conforme art. 630:

Art. 630. O tribunal, se o interessado o requerer, poderá reconhecer o direito a uma justa indenização pelos prejuízos sofridos.

**Gabarito: E.**

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**38. A empresa X, representada pelo escritório de advocacia Y, propôs ação de obrigação de fazer em face do Município de Vila Verde. A ação foi distribuída por sorteio para a 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Vila Verde, que tem como escrivão Eduardo. O Município foi devidamente citado e na contestação apresentou a alegação de que, dez dias após a propositura da petição inicial, um primo distante de Eduardo foi contratado, como advogado, pelo escritório de advocacia Y, fazendo com que Eduardo seja impedido de exercer suas funções no processo. Diante da situação hipotética, é correto afirmar que a alegação apresentada em contestação está**

- A) incorreta, uma vez que não se trata de impedimento, e sim de suspeição.
- B) correta, desde que o primo de Eduardo intervenha diretamente no processo.
- C) incorreta, uma vez que não há qualquer tipo de impedimento na atuação de Eduardo como escrivão em um processo no qual seu primo seja advogado.
- D) incorreta, uma vez que os motivos de impedimento e suspeição se aplicam apenas aos Juízes, membros do Ministério Público e demais sujeitos imparciais do processo.
- E) incorreta, uma vez que o impedimento só se verificaria se o primo de Eduardo já integrasse o processo antes do início da atividade de Eduardo.

## Comentário:

---

As alternativas A, B e E estão **incorretas**, pois seria hipótese de impedimento se o primo de Eduardo fosse parente até o terceiro grau, inclusive, de acordo com o art. 144, III, do CPC. A alternativa C está **correta** e é o gabarito da questão. Da leitura do enunciado, depreende-se que Eduardo é auxiliar da justiça, pois exerce a função de escrivão. Sabendo que primos são parentes em quarto grau, não há que falar em hipótese de impedimento do primo distante de Eduardo, tendo em vista que só se aplica a parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive. Vejamos os dispositivos pertinentes do CPC:

Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: III - quando nele estiver postulando, como defensor público, advogado ou membro do Ministério Público, seu cônjuge ou companheiro, ou qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive;

Art. 148. Aplicam-se os motivos de impedimento e de suspeição: II - aos auxiliares da justiça;

Art. 149. São auxiliares da Justiça, além de outros cujas atribuições sejam determinadas pelas normas de organização judiciária, o escrivão, o chefe de secretaria, o oficial de justiça, o perito, o depositário, o administrador, o intérprete, o tradutor, o mediador, o conciliador judicial, o partidor, o distribuidor, o contabilista e o regulador de avarias.

A alternativa D está **incorreta**, pois as hipóteses de impedimento também se aplicam aos auxiliares da justiça, de acordo com o art. 149 do CPC. Vide comentário à alternativa C acima.

**Gabarito: C.**

**39. Quando a citação for realizada por meio eletrônico em um processo no qual não se admite a autocomposição, considera-se dia do começo do prazo:**

- A) o dia útil seguinte ao da data de ocorrência da citação.
- B) o quinto dia útil seguinte à confirmação do seu recebimento, na forma prevista na mensagem de citação.
- C) a data de juntada aos autos do mandado cumprido.
- D) a data de juntada aos autos do aviso de recebimento.
- E) o dia útil seguinte ao da data de juntada aos autos do mandado cumprido.

## Comentário:

---

A alternativa B está **correta** e é o gabarito da questão. A citação, a notificação ou a intimação podem ocorrer de diversas formas no processo; em razão disso, temos momentos distintos para que o prazo se inicie. Esses momentos podem ser vistos nos incisos do art. 231, dentre eles o inciso IX, de onde pode ser extraída a fundamentação para validar a alternativa:

Art. 231. Salvo disposição em sentido diverso, considera-se dia do começo do prazo:

I - a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a citação ou a intimação for pelo correio;

II - a data de juntada aos autos do mandado cumprido, quando a citação ou a intimação for por oficial de justiça;

III - a data de ocorrência da citação ou da intimação, quando ela se der por ato do escrivão ou do chefe de secretaria;

IV - o dia útil seguinte ao fim da dilação assinada pelo juiz, quando a citação ou a intimação for por edital;

V - o dia útil seguinte à consulta ao teor da citação ou da intimação ou ao término do prazo para que a consulta se dê, quando a citação ou a intimação for eletrônica;

VI - a data de juntada do comunicado de que trata o art. 232 ou, não havendo esse, a data de juntada da carta aos autos de origem devidamente cumprida, quando a citação ou a intimação se realizar em cumprimento de carta;

VII - a data de publicação, quando a intimação se der pelo Diário da Justiça impresso ou eletrônico;

VIII - o dia da carga, quando a intimação se der por meio da retirada dos autos, em carga, do cartório ou da secretaria.

IX - o quinto dia útil seguinte à confirmação, na forma prevista na mensagem de citação, do recebimento da citação realizada por meio eletrônico.

As alternativas A, C, D e E estão **incorretas**, uma vez que não dispõem corretamente sobre o momento em que o prazo se inicia para as citações realizadas pela via eletrônica, como é o caso do enunciado.

**Gabarito: B.**

**40. Juliete propôs ação de indenização por danos morais, alegando que sofreu ofensas verbais e constrangimento em razão da conduta de um funcionário da loja Z. Considerando a situação hipotética, assinale a alternativa correta acerca da possibilidade de concessão de tutela provisória para o caso.**

- A) A tutela provisória só pode ser concedida após a apresentação de contestação pela loja Z, para que essa seja ouvida antes da decisão.
- B) A tutela provisória de urgência pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental, desde que presentes os requisitos legais, podendo ser exigida ainda caução real ou fidejussória idônea.
- C) A tutela de urgência só pode ser concedida se Juliete demonstrar que há risco de dano irreparável ou de difícil reparação.
- D) O pedido de tutela provisória só pode ser deferido se Juliete apresentar prova documental que comprove os danos sofridos.
- E) Não é possível conceder tutela antecipada antecedente em ações de indenização por danos morais, pois não há urgência que justifique a medida.

## Comentário:

---

A alternativa A está **incorreta**, pois a tutela provisória pode ser concedida inclusive liminarmente, de acordo com o art. 300, §2º, do CPC: “Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem

a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia”.

A alternativa B está **correta** e é o gabarito da questão, pois reproduz o previsto no art. 300, §1º, do CPC: “

§ 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la”.

A alternativa C está **incorreta**. Com base no art. 300, do CPC, a tutela de urgência pode ser requerida em qualquer tipo de demanda, desde que seja demonstrada a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Assim, não está prevista a necessidade de demonstrar que há risco de dano irreparável ou de difícil reparação.

A alternativa D está **incorreta**, pois, conforme visto no comentário à alternativa C, a tutela provisória somente será deferida se demonstrada prova da probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, de acordo com o art. 300 do CPC. Assim, não se exige prova documental comprovando os danos morais.

A alternativa E está **incorreta**. Vejamos os art. 294 e 299 do CPC: “

Art. 294. A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. Parágrafo único. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental. (...)

Art. 299. A tutela provisória será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, ao juízo competente para conhecer do pedido principal”. A tutela de urgência pode ser requerida em caráter antecedente, ou seja, antes de se iniciar o processo propriamente dito.

Assim, o erro da questão está em mencionar que não é possível a concessão de tutela antecipada antecedente, pois tal medida é possível se demonstrada a urgência que a justifique.

**Gabarito: B.**

**41. A produção antecipada de provas será admitida nos casos em que haja fundado receio de que venha a se tornar impossível ou muito difícil a verificação de certos fatos na pendência da ação. Acerca do tema, assinale a alternativa correta.**

- A) Os interessados poderão requerer a produção de qualquer prova no mesmo procedimento, relacionada ao mesmo fato ou a outro desse decorrente, desde que a sua produção conjunta não acarrete excessiva demora.
- B) A produção antecipada da prova previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.
- C) No procedimento de produção antecipada de provas, admite-se defesa ou recurso contra decisão que indeferir total ou parcialmente a produção de prova pleiteada pelo requerente originário.
- D) O juiz não se pronunciará sobre a ocorrência ou a inoocorrência do fato, nem sobre as respectivas consequências jurídicas.
- E) O juiz determinará, de ofício ou a requerimento da parte, a citação de interessados na produção da prova ou no fato a ser provado, salvo se existente caráter contencioso.

## Comentário:

A alternativa A está **incorreta**, pois afronta o disposto no §3º do art. 382 do CPC: “

Art. 382. § 3º Os interessados poderão requerer a produção de qualquer prova no mesmo procedimento, desde que relacionada ao mesmo fato, salvo se a sua produção conjunta acarretar excessiva demora”.

A alternativa B está **incorreta**. O § 3º do art. 381 do CPC consagra entendimento doutrinário e jurisprudencial no sentido de a produção antecipada de provas não prevenir a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta. Neste sentido, o art. 381, §3º, do CPC: “

Art. 381. [...] § 3º A produção antecipada da prova não previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta”.

A alternativa C está **incorreta**, pois no rito de produção antecipada da prova não se admitirá defesa ou recurso, salvo contra decisão que indeferir totalmente a produção da prova, nos termos do art. 382, § 4º, do CPC: “§4º Neste procedimento, não se admitirá defesa ou recurso, salvo contra decisão que indeferir totalmente a produção da prova pleiteada pelo requerente originário”.

A alternativa D está **correta** e é o gabarito da questão, porque ao final do procedimento da produção antecipada de provas, o juiz não pode se pronunciar sobre a ocorrência ou a inoocorrência do fato, nem sobre suas respectivas consequências jurídicas, devendo se limitar a certificar a ocorrência da realização das provas e a regularidade na sua produção. Neste sentido, o art. 382, §2º, do CPC: “

Art. 382. [...] § 2º O juiz não se pronunciará sobre a ocorrência ou a inoocorrência do fato, nem sobre as respectivas consequências jurídicas”.

A alternativa E está **incorreta**. Com base no §1º, do art. 282, do CPC, o juiz determinará, de ofício ou a requerimento da parte, a citação de interessados na produção da prova ou no fato a ser provado, salvo se inexistente caráter contencioso. “

Art. 382. [...] 45. § 1º O juiz determinará, de ofício ou a requerimento da parte, a citação de interessados na produção da prova ou no fato a ser provado, SALVO se inexistente caráter contencioso” (grifei).

**Gabarito: D.**

42. Caio, motorista de transporte por aplicativo, estava voltando para casa após um dia de trabalho quando, aguardando o semáforo ficar verde, teve seu veículo atingido por Antônio. Após frustradas as tentativas amigáveis de solucionar o caso, propôs ação de reparação de danos em face de Antônio, exigindo o pagamento dos danos emergentes e dos lucros cessantes. Em primeira instância, a ação foi julgada parcialmente procedente, condenando Antônio apenas ao pagamento dos danos emergentes. Diante da situação hipotética, tendo em vista que ainda não transcorreu o prazo para apresentação do recurso de apelação, e inexistente qualquer omissão, contradição ou obscuridade na decisão, é correto afirmar que

- A) Antônio pode apresentar renúncia ao direito de recorrer, desde que mediante aceitação de Caio.
- B) caso Antônio aceite tacitamente a decisão e pague os danos emergentes e os lucros cessantes, ainda assim poderá apresentar apelação.
- C) o recurso adesivo apresentado por Caio não será conhecido se houver desistência do recurso apresentado por Antônio.
- D) caso Antônio decida recorrer, ele poderá desistir do recurso a qualquer tempo, desde que mediante anuência de Caio.
- E) se Antônio apresentar apelação, Caio poderá aderir ao recurso, desde que mediante autorização de Antônio.

## Comentário: Concursos

A alternativa A está **incorreta**, pois a renúncia ao direito de recorrer independe de aceitação, como previsto no art. 999 do CPC: “

Art. 999. A renúncia ao direito de recorrer independe da aceitação da outra parte”.

A alternativa B está **incorreta**. A aceitação, expressa ou tácita, da decisão pelas partes impede o direito de recorrer, segundo prevê o *caput* do art. 1.000, do CPC. A aceitação expressa é aquela manifestada por escrito ou oralmente em audiência. A aceitação tácita, por sua vez, é aquela na qual a parte pratica determinado ato incompatível com a vontade de recorrer. Veja:“

Art. 1.000. A parte que aceitar expressa ou tacitamente a decisão NÃO poderá recorrer. Parágrafo único. Considera-se aceitação tácita a prática, sem nenhuma reserva, de ato incompatível com a vontade de recorrer” (grifei).

A alternativa C está **correta** e é o gabarito da questão. O art. 997, §2º do CPC versa sobre o recurso adesivo e apresenta a sua subordinação ao recurso independente. Por esse motivo, havendo desistência do recurso principal ou sendo inadmissível, o recurso adesivo não será conhecido. “

Art. 997. § 2º O recurso adesivo fica subordinado ao recurso independente, sendo-lhe aplicáveis as mesmas regras deste quanto aos requisitos de admissibilidade e julgamento no tribunal, salvo disposição legal diversa, observado, ainda, o seguinte: I - será dirigido ao órgão perante o qual o recurso independente fora interposto, no prazo de que a parte dispõe para responder; II - será admissível na apelação, no recurso extraordinário e no recurso especial; III - não será conhecido, se houver desistência do recurso principal ou se for ele considerado inadmissível”.

A alternativa D está **incorreta**. Prevê o art. 998 do CPC que o recorrente poderá, a qualquer tempo, sem anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso: “

Art. 998. O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso. Parágrafo único. A desistência do recurso NÃO impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquela objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos” (grifei).

A alternativa E está **incorreta**. Cada parte pode interpor seu recurso ou aderir ao recurso da outra parte. Para propor o recurso original ou o recurso adesivo, é pressuposto que a parte tenha sucumbido em algum ponto. Entretanto, não há previsão de necessidade de anuência da parte contrária. Veja o art. 997, § 1º, CPC: “

Art. 997. Cada parte interporá o recurso independentemente, no prazo e com observância das exigências legais. § 1º Sendo vencidos autor e réu, ao recurso interposto por qualquer deles poderá aderir o outro”.

**Gabarito: C.**

### 43. Compete ao Juizado Especial Cível

- A) realizar a conciliação e o julgamento das ações relativas ao estado e à capacidade das pessoas, desde que o valor da causa não exceda a quarenta vezes o salário-mínimo.
- B) a conciliação, o processo e o julgamento das causas cíveis de menor complexidade de interesse da Fazenda Pública, desde que na comarca não tenha sido instalado Juizado Especial da Fazenda Pública.
- C) promover a execução dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até quarenta vezes o salário-mínimo relativos a microempresa, empresa de pequeno e médio porte.
- D) promover a conciliação e o julgamento das causas cíveis de menor complexidade, tal como a ação de despejo, desde que para uso próprio.
- E) processar e julgar as causas de natureza alimentar, com valor acima de quarenta vezes o salário-mínimo, desde que haja renúncia quanto ao crédito excedente.

### Comentário:

A alternativa A é **incorreta**. São excluídas da competência do Juizado as causas sobre o estado ou sobre a capacidade das pessoas, conforme o § 2º do art. 3º da Lei n. 9.099/1995: “

Art. 3º. § 2º Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial”.

A alternativa B é **incorreta**. As causas de interesse da Fazenda Pública não são julgadas pelos Juizados Especiais Cíveis, mas apenas pelos Juizados Especiais da Fazenda, se houver, de acordo com o dispositivo acima transcrito.

A alternativa C é **incorreta**. Empresas de médio porte não estão autorizadas a propor execução em Juizado Especial, de acordo com o art. 8º, § 1º, II, da Lei n. 9.099/1995: “

Art 8º, §1º II – as pessoas enquadradas como microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte na forma da LC 123/06”.

A alternativa D é **correta** e é o gabarito da questão. É admissível o julgamento de ação de despejo para uso próprio pelos Juizados Especiais Cíveis: “Art. 3º. O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas: III - a ação de despejo para uso próprio”.

A alternativa E é **incorreta**. Os Juizados não julgam causas de natureza alimentar.

### **Gabarito: D.**

**44. André propôs ação de reparação de danos materiais em face do Município de Lago Azul. Na petição inicial, André alegou que o carro oficial do Prefeito colidiu com o muro de sua casa, causando um prejuízo no valor de vinte salários-mínimos. Foi apresentada contestação e o juiz deferiu providências antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação. Por fim, a ação foi julgada procedente, condenando o Município ao pagamento no valor solicitado por André na petição inicial. O Município deixou de apresentar recurso contra a sentença. Diante da situação hipotética e considerando que o Município de Lago Azul não editou lei municipal alterando o valor das obrigações consideradas como de pequeno valor, assinale a alternativa correta.**

- A)** O valor deverá ser pago por meio de precatório, que poderá ser fracionado, considerando a providência antecipatória concedida pelo juiz.
- B)** Caso o valor não seja pago a André no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, o juiz imediatamente determinará o sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão, desde que após a realização de audiência com o Município de Lago Azul.
- C)** Não houve o trânsito em julgado da ação, uma vez que a sentença, por ter sido proferida contra o Município de Lago Azul, está sujeita ao duplo grau de jurisdição.
- D)** O Município de Lago Azul deverá pagar o valor de vinte salários-mínimos no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- E)** Se depositado o valor por meio de obrigação de pequeno valor, André poderá realizar o saque pessoalmente, em qualquer agência do banco depositário, independentemente de alvará.

## Comentário:

---

A alternativa A é **incorreta**. Não se admite fracionamento para fins de exclusão do regime de precatório.

A alternativa B é **incorreta**. O sequestro de numerário não depende de audiência da Fazenda: “

Art. 13. § 1º Desatendida a requisição judicial, o juiz, imediatamente, determinará o sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão, dispensada a audiência da Fazenda Pública”.

A alternativa C é **incorreta**. Não se aplica a remessa necessária nos procedimentos nos Juizados da Fazenda: “

Art. 11. Nas causas de que trata esta Lei, não haverá reexame necessário”.

A alternativa D é **incorreta**. Se não houver lei específica, o teto para pagamento por meio de RTV para Municípios é de 30 salários-mínimos: “

Art. 13. § 3º Até que se dê a publicação das leis de que trata o § 2º, os valores serão: II – 30 (trinta) salários mínimos, quanto aos Municípios”.

A alternativa E é **correta** e é o gabarito da questão. O saque do valor pago mediante RPV pode ser feito diretamente pelo beneficiário, independentemente de alvará: “

Art. 13. § 6º O saque do valor depositado poderá ser feito pela parte autora, pessoalmente, em qualquer agência do banco depositário, independentemente de alvará”.

**Gabarito: E.**

## DIREITO CONSTITUCIONAL

45. Sobre as ações constitucionais previstas no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- A) Associação legalmente constituída e em funcionamento há dois anos detém legitimidade para propor mandado de segurança coletivo, em defesa dos interesses de seus associados.
- B) É admissível *habeas data* na hipótese de inviabilidade do exercício de direitos por falta de norma regulamentadora.
- C) O autor da ação popular atuando de boa-fé é isento do pagamento de custas, mas está sujeito aos ônus da sucumbência.
- D) Mostra-se cabível *habeas data* para acesso e retificação de informações contratuais do impetrante constantes em empresas privadas sem caráter público.
- E) São sempre gratuitas as ações de *habeas corpus* e mandado de segurança e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

### Comentário:

Estamos diante de uma questão clássica sobre Remédios Constitucionais. São chamados de ações constitucionais, ou seja, instrumentos processuais que o legislador Constituinte disponibilizou para a proteção de direito subjetivo contra práticas ilegais ou abusos de poder cometidos pelo Estado. São eles: *habeas corpus*, *habeas data*, mandado de segurança, mandado de segurança coletivo, mandado de injunção e ação popular. O *habeas corpus* é o remédio constitucional cuja finalidade é a proteção do direito de locomoção. Ou seja, o direito de ir, vir e permanecer. Qualquer pessoa que sofra ou se sinta ameaçado de sofrer violação em sua liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder poderá impetrá-lo.

Olha o que diz o art. 5º, inciso LXVIII: “Conceder-se-á ‘habeas-corpus’ sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder”. O *habeas data* pode ser impetrado para assegurar ou retificar informações relativas ao impetrante, constantes no banco de dados das entidades governamentais ou de caráter público. É o que dispõe o inciso LXXII, art. 5º da CF/88 transcrito abaixo:

Art. 5º. LXXII- conceder-se-á "habeas-data":

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo; A legitimidade ativa cabe a qualquer pessoa física ou jurídica, podendo ser brasileira ou estrangeira. No entanto, importa relatar que não é possível impetrar um habeas data para ter acesso a informações de terceiros. O referido remédio tem caráter personalíssimo.

O mandado de segurança é o remédio constitucional para proteger direito líquido e certo dos atos ilegais e abusivos da administração pública ou de agentes que atuam no exercício das atribuições públicas.

Vejam os: “

Art. 5º. LXIX- conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por ‘habeas-corpus’ ou ‘habeas-data’, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público”.

O mandado de segurança coletivo também é previsto constitucionalmente e tem a mesma finalidade do mandado de segurança individual. Entretanto, visa tutelar os direitos coletivos e individuais homogêneos, conforme art. 21 parágrafo único da Lei nº 12.016/2009.

Na modalidade coletiva, a Constituição (art. 5º, inciso LXX) restringiu os legitimados ativos do mandado de segurança. São eles:

- a) Partido político com representação no Congresso Nacional;
- b) Organização sindical e/ou entidade de classe;
- c) Associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

Já mandado de injunção é o remédio utilizado quando, por falta de norma regulamentadora, não for possível o exercício de direitos e liberdades constitucionais, bem como das prerrogativas que são inerentes à nacionalidade, soberania e cidadania, conforme dispõe o inciso LXXI do Art. 5º: “conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania”.

Por fim, a ação popular é um instrumento constitucional que deve ser utilizado para oportunizar a participação do cidadão na vida pública. Por meio dela, há o exercício de uma espécie de controle dos atos praticados pelo Poder Público. Importante lembrar que esse instrumento deve ser empregado para anulação de atos que causam danos ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, de acordo com o inciso LXXIII do Art. 5º: “qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência”.

O dispositivo acima deixa expresso que, se o autor estiver de boa-fé, não pagará as custas judiciais e o ônus de sucumbência.

Diante do exposto, e analisando as alternativas propostas, podemos afirmar que o nosso gabarito é a Letra A! Temos aqui um legitimado ativo para a impetração de um mandado de segurança de natureza coletiva. De fato, a associação legalmente constituída e em funcionamento há dois anos detém legitimidade para propor mandado de segurança coletivo, em defesa dos interesses de seus associados.

Portanto, de acordo com o inciso LXX do art. 5º da CRFB/88, o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano. Nesse caso, se a associação está em funcionamento há dois anos, então já cumpriu o requisito mínimo, sendo possível impetrar o referido remédio.

**Gabarito: A**

**46. Autoridade municipal, no período noturno, pretendia fazer uso temporário de propriedade particular pertencente a Joaquim, diante de uma situação real de iminente perigo público, mas Joaquim recusou, sustentando a inviolabilidade de domicílio, muito embora domiciliado em outro imóvel. Sobre a situação narrada, assinale a alternativa correta à luz da previsão da Constituição Federal de 1988.**

- A) Agiu corretamente a autoridade municipal, pois o iminente perigo público autoriza a utilização da propriedade particular, mediante indenização ulterior, se houver dano.
- B) A Constituição equipara, para fins de proteção, propriedade e casa, não admitindo o uso temporário de propriedade particular.
- C) É autorizado o uso da propriedade, mas Joaquim fará jus à indenização decorrente do uso, mesmo não ocorrendo dano à propriedade.
- D) A Constituição somente autoriza o uso de propriedade particular pelo poder público no período diurno.
- E) É permitido o uso da propriedade, e diante da situação emergencial não há a previsão de indenizabilidade ulterior.

## Comentário:

Essa questão foi feita para testar o conhecimento sobre um dos direitos e das garantias fundamentais previstos no art. 5º da CRFB/88: o chamado direito de propriedade. É válido relembrar que os direitos fundamentais são aqueles bens constitucionalmente protegidos. A Carta Magna buscou instituir valores supremos a fim de salvaguardar certos bens. Um desses bens assegurados pela Constituição é a propriedade, disposto do inciso XXII a XXV do art. 5º, objeto da nossa questão. Vejamos: “

XXII- é garantido o direito de propriedade; XXIII- a propriedade atenderá a sua função social; XXIV- a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição; XXV- no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano”. O direito de propriedade é um bem constitucionalmente protegido. No entanto, esse direito não é absoluto, devendo o referido bem cumprir a sua função social. Inclusive pode ser limitado, de acordo com as previsões dos incisos XXIV e XXV do art. 5º da Constituição.

No caso do inciso XXV, há a previsão de uma intervenção restritiva. É chamado pela doutrina também como instituto da requisição administrativa. Em caso de iminente perigo, o poder público poderá requisitar a propriedade

do particular. O detalhe é que a propriedade continua a ser do particular, acontecendo apenas a limitação do seu exercício. Assim, é constitucionalmente permitido que o Poder Público utilize da propriedade do particular diante de uma situação de iminente perigo público. Vale destacar que o particular tem sua propriedade limitada pelo Poder Público, que só indenizará o proprietário se causar dano ao seu bem.

Dessa forma, chegamos à conclusão de que o nosso gabarito é a letra A! Vamos entender o erro das demais alternativas?! (...)

Letra A. **CORRETA**. É o nosso gabarito! Em caso de perigo iminente ao Poder Público, fica autorizada a utilização de propriedade particular, mediante indenização ulterior, se houver dano. Vejamos: “Art. 5º XXV- no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano”.

Letra B. **INCORRETA**. A CRFB/88 não faz uma equiparação entre os termos propriedade e casa. Proteção à casa é tratada em inciso diverso e visa à proteção da intimidade e da vida privada do indivíduo. Vejamos: “

Art. 5º XI- a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial”.

Inclusive o legislador constituinte traz que em regra só é permitida a entrada com o consentimento do morador. As exceções são: (i) em qualquer horário, quando há flagrante delito, desastre ou para prestar socorro; e (ii) apenas durante o dia, em caso de determinação judicial. De acordo com o STF, o termo “casa” na Carta Magna compreende: “(a) qualquer compartimento habitado, (b) qualquer aposento ocupado de habitação coletiva e (c) qualquer compartimento privado não aberto ao público, onde alguém exerce profissão ou atividade”(RHC90.376/RJ, Rel. Min. CELSO DE MELLO, 2ª Turma do STF, DJ-e de 18/05/2007). Assim, a casa vai além de uma mera propriedade particular: é necessário que o local seja usado como moradia. A segunda parte da afirmativa também está errada. De acordo com os incisos XXIV e XXV do art. 5º da CRFB/88, o direito da propriedade pode ser relativizado. A Carta Magna permite, inclusive, o uso temporário pelo Poder Público. É a chamada requisição administrativa: “XXV- no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano”.

Letra C. **INCORRETA**. É devida a indenização por parte do Poder Público ao particular apenas se houver algum tipo de dano ao patrimônio do particular.

Letra D. **INCORRETA**. A Constituição, em relação à propriedade particular e à autorização para a utilização pelo Poder Público, não faz distinção entre período diurno e noturno.

Letra E. **INCORRETA**. O art. 5º, inciso XXV da CRFB/88, traz que, diante de uma situação emergencial, a autoridade pública que usar de propriedade particular deverá indenizar ao particular em caso de dano.

**Gabarito: A**

**47. Assinale a alternativa que contempla penas admitidas, nos termos da Constituição Federal de 1988.**

- A) Suspensão de direitos e pena de caráter perpétuo.
- B) Privação da liberdade e interdição de direitos.
- C) Pena de morte em caso de guerra declarada nos termos do artigo 84, XIX, e cassação de direitos políticos.
- D) Perda de bens e banimento.
- E) Prestação social alternativa e pena de trabalhos forçados em caso de guerra declarada.

## Comentário:

---

A Carta Magna, em seu art. 5º, inciso LXVI, prevê penas que poderão vir a ser aplicadas aos transgressores da legislação. Vejamos: “XLVI- a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

- a) privação ou restrição da liberdade;
- b) perda de bens;
- c) multa;
- d) prestação social alternativa
- e) suspensão ou interdição de direitos”.

A doutrina entende que esse dispositivo traz um rol exemplificativo. O texto constitucional, ao trazer a expressão “dentre outras”, permite que a lei venha estabelecer mais penas. No entanto, o legislador infraconstitucional não pode criar penas vedadas pela Constituição. Digo isso porque a CRFB/88 elencou as penas que são proibidas no nosso ordenamento jurídico, no inciso XLVII do art. 5º.

XLVII- não haverá penas:

- a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;
- b) de caráter perpétuo;
- c) de trabalhos forçados;
- d) de banimento
- e) cruéis;

Acredito que o legislador constituinte buscou fazer isso em respeito à dignidade da pessoa humana, princípio base no art. 1º da CRFB/88, já que estamos diante de um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Analisando as alternativas propostas, concluímos que as penas de privação da liberdade e interdição de direitos são possíveis em nossa ordem jurídica brasileira, nos termos do art. 5º, inciso LXV, alíneas “a” e “e” da CRFB/88. Logo, o nosso gabarito é a Letra B! (...)

Letra A. **INCORRETA**. A alternativa erra ao afirmar que é permitido no ordenamento jurídico brasileiro a aplicação de pena de caráter perpétuo. Há vedação expressa no art. 5º, inciso XLVII alínea “b” da Constituição.

Letra B. **CORRETA**. De cara é o nosso gabarito! A Constituição prevê como pena, dentre outras, as penas privativas de liberdade e restritiva de direito, conforme art. 5º, inciso XLVI.

Letra C. **INCORRETA**. O erro da alternativa está em imputar como pena a “cassação de direitos políticos”, que era um instrumento próprio dos regimes ditatoriais. Trata-se de ato unilateral do poder público, retirando os direitos políticos sem respeitar os princípios da ampla defesa e do contraditório, consagrados no art. 5º LV da CRFB/88. Hoje, a cassação é vedada expressamente em nosso ordenamento jurídico (art.15 da Carta Magna).

Letra D. **INCORRETA**. A alternativa está errada. Apesar de ser constitucional a aplicação de pena de perda de bens, é vedada a pena de banimento (alínea “d”, inciso XLVII art. 5º).

Letra E. **INCORRETA**. Está prevista na Constituição como pena permitida a chamada prestação social. No entanto, a pena de trabalho forçado está disposta no rol de penas vedadas pela nossa Carta Magna, art. 5º inciso XLVII alínea “c”.

**Gabarito: B**

**48. De acordo com a Constituição Federal de 1988, nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, o servidor público**

- A) estável poderá perder o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei ordinária, assegurada ampla defesa.
- B) adquire estabilidade após dois anos de efetivo exercício e após avaliação especial de desempenho por comissão especialmente instituída para este fim.
- C) estável ficará em disponibilidade em caso de extinção ou declaração de desnecessidade do cargo, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até o seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- D) após três anos de efetivo exercício adquire estabilidade, nada dispondo a Constituição sobre a necessidade de avaliação especial de desempenho.
- E) estável com demissão invalidada por sentença judicial será reintegrado e eventual ocupante da vaga será reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

## Comentário:

Meus amigos, questão bem interessante no tema dos servidores públicos e sua estabilidade. A leitura do art. 41 da CRFB/88 é essencial para encontrar a resposta. Os servidores que foram investidos no cargo efetivo, a contar da sua nomeação, atingem a estabilidade após três anos de efetivo exercício e a realização de avaliação especial de desempenho. Olha só: “

Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. (...) § 4º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade”.

Assim, são quatro os requisitos para a aquisição da estabilidade: (i) concurso público; (ii) nomeação para cargo público efetivo; (iii) três anos de efetivo exercício do cargo; e (iv) avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade. Por outro lado, a Carta Magna estabelece em seu art. 41, § 1º que a estabilidade do servidor apenas será perdida em três situações. São elas:

I- em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II- mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III- mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa. Caso uma sentença judicial venha a invalidar a demissão, haverá a reintegração do servidor público. Isso ocasionará para o eventual ocupante de sua vaga (§2º do art. 41 da CRFB/8):

- a) a recondução ao cargo de origem em que era estável, sem direito a indenização; ou
- b) o aproveitamento em outro cargo;
- c) ou a sua disponibilidade, recebendo remuneração proporcional ao tempo de serviço.

O §3º do mesmo dispositivo traz solução para a hipótese em que ocorre a extinção de cargo ocupado por servidor estável. Aqui, haverá a aplicação do instituto da disponibilidade. Nesse caso, a remuneração será recebida de forma proporcional ao tempo de serviço desempenhado. Entretanto, isso continuará apenas até que seja reaproveitado em cargo diverso.

Isto posto, chegamos à conclusão de que o nosso gabarito é a letra C! Trata-se da literalidade do §3º do art. 41. Caso o cargo seja declarado extinto ou ainda considerado desnecessário, o servidor público ficará disponível. Ele continuará recebendo remuneração proporcional ao tempo de serviço desempenhado, mas apenas até ser reaproveitado em cargo diverso.

### **Gabarito: C**

#### **49. Sobre o regime previdenciário dos servidores públicos conforme a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.**

- A)** Há a obrigatoriedade de fixação de critérios de idade e tempo de contribuição diferenciados para as categorias de agente penitenciário, agente socioeducativo e policiais.
- B)** Todos os servidores públicos ocupantes da categoria de magistério terão idade mínima para aposentadoria reduzida em 05 (cinco) anos.
- C)** Não há a possibilidade da percepção de mais de uma aposentadoria à conta de regime próprio de previdência social.
- D)** Há a possibilidade, mediante lei complementar, de categoria profissional de servidores públicos estar sujeita integralmente a critérios diferenciados de idade e tempo de contribuição para aposentadoria no caso de exposição a agentes químicos prejudiciais à saúde.
- E)** Há aplicabilidade do Regime Geral de Previdência Social aos agentes públicos ocupantes exclusivamente de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e aqueles ocupantes de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público.

## Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre Servidores Públicos na Constituição Federal (CF/88).

a. **ERRADO**. Cuida-se de uma faculdade, e não de uma obrigatoriedade, nos termos da CF/88.

Art. 40. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

§ 4º-B. Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de ocupantes do cargo de agente penitenciário, de agente socioeducativo ou de policial dos órgãos de que tratam o inciso IV do caput do art. 51, o inciso XIII do caput do art. 52 e os incisos I a IV do caput do art. 144. [grifou-se]

b. **ERRADO**. Não vale para todos os servidores ocupantes da categoria de magistério, mas tão somente para aqueles que atuam na educação infantil e no ensino fundamental e médio fixado em lei complementar do respectivo ente federativo.

Art. 40. (...)

§ 5º Os ocupantes do cargo de professor terão idade mínima reduzida em 5 (cinco) anos em relação às idades decorrentes da aplicação do disposto no inciso III do § 1º, desde que comprovem tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio fixado em lei complementar do respectivo ente federativo. [grifou-se]

c. **ERRADO**. Há, sim, a possibilidade da percepção de mais de uma aposentadoria à conta de regime próprio de previdência social, ainda que em caráter excepcional. Dessa forma, nos casos permitidos de cumulações de cargos públicos (dois de professor, dois de profissionais da saúde, um de professor + cargo técnico-científico), a percepção de mais uma aposentadoria é possível.

Art. 40. (...)

§ 6º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta de regime próprio de previdência social, aplicando-se outras vedações, regras e condições para a acumulação de benefícios previdenciários estabelecidas no Regime Geral de Previdência Social. [grifou-se]

d. **ERRADO**. É vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação.

Art. 40. (...)

§ 4º-C. Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação. [grifou-se]

e. **CERTO**. Perfeito, conforme informa o §13º, do Art. 40, da CF/88, a seguir.

Art. 40. (...)

§ 13. Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social.

**Gabarito: E**

50. Sobre a estrutura do Poder Judiciário e respectiva jurisdição, assinale a alternativa correta à luz da previsão expressa do artigo 92 da Constituição Federal de 1988.

- A) O Tribunal Federal de Recursos tem sede na Capital Federal e Jurisdição sobre todo o território nacional.
- B) O Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores são considerados órgãos do Judiciário e têm sede na capital federal.
- C) A Justiça de Paz está expressamente prevista como órgão do Poder Judiciário.
- D) O Conselho Nacional de Justiça é considerado órgão do Poder Judiciário, com sede e jurisdição equivalentes às dos Tribunais Regionais Federais.
- E) A Justiça Desportiva é considerada órgão do Poder Judiciário, com autonomia e âmbito nacional de jurisdição.

## Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre Órgãos do Poder Judiciário.

a. **ERRADO**. Opa! Ter sede na Capital Federal e Jurisdição sobre todo o território nacional refere-se ao Supremo Tribunal Federal, ao Conselho Nacional de Justiça e aos Tribunais Superiores, conforme disposto no art, 92, §§1º e 2º, da CF/88:

Art. 92. São órgãos do Poder Judiciário:

(...)

§ 1º O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal.

§ 2º O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm jurisdição em todo o território nacional

b. **CERTO**. Perfeitamente, nos termos da CF/88, a seguir:

Art. 92. São órgãos do Poder Judiciário:

I - o Supremo Tribunal Federal;

I-A o Conselho Nacional de Justiça;

II - o Superior Tribunal de Justiça;

II-A - o Tribunal Superior do Trabalho;

III - os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais;

IV - os Tribunais e Juízes do Trabalho;

V - os Tribunais e Juízes Eleitorais;

VI - os Tribunais e Juízes Militares;

VII - os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

§ 1º O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal. [grifou-se]

c. **ERRADO**. Você viu Justiça da Paz no rol do art. 92, supracitado? Não, né? Pois é, não se considera ela como órgão do judiciário.

d. **ERRADO**. De fato, o CNJ é órgão do Poder Judiciário, como vimos anteriormente. Todavia, veja que, de acordo com o §2º, do art. 92, da CF/88, exposto no comentário da letra A, a jurisdição não é equivalente!

e. **ERRADO**. Idem ao comentário do item C. Assim, Justiça Desportiva não é órgão do Poder Judiciário.

**Gabarito: B**

**51. Assinale a alternativa correta de acordo com a Constituição de 1988.**

- A) Brasileiro naturalizado pode ocupar o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- B) Há vedação de acesso ao cargo de Procurador-Geral da República ao brasileiro naturalizado.
- C) A vedação de acesso ao brasileiro naturalizado é restrita a cargos eletivos federais e carreira diplomática.
- D) O nascido no estrangeiro, filho de pai brasileiro que vier a residir no Brasil e optar, depois de atingir a maioridade, pela nacionalidade brasileira, é considerado brasileiro naturalizado.
- E) Brasileiro naturalizado pode ocupar o cargo de Ministro de Estado da Defesa.

## Comentário:

---

Questão clássica envolvendo o tema dos Direitos de Nacionalidade, disposto no art. 12 da CRFB/88. E para acertarmos, precisaríamos do entendimento acerca da condição dos brasileiros naturalizados. Segundo a doutrina, a nacionalidade pode ser dividida em duas espécies, quais sejam: nacionalidade primária ou originária e a nacionalidade secundária ou derivada.

A nacionalidade primária ou originária é adquirida de forma involuntária. Independentemente da vontade do indivíduo, surge com o nascimento, sendo imposta pelo Estado de forma unilateral. Existem critérios para sua atribuição como, por exemplo: sanguíneos (*jus sanguinis*), territoriais (*jus soli*) ou mistos. Independentemente de qual critério adotado, os indivíduos com nacionalidade primária são considerados brasileiros natos.

Já a nacionalidade secundária ou derivada é aquela que depende de ato de vontade do indivíduo. Sua aquisição decorre de um processo de naturalização. Por essa razão, o indivíduo é denominado de "naturalizado".

Vejamos o que dispõe o art. 12 CRFB/88:

São brasileiros: I- natos:

- a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;
- b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;
- c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;

II- naturalizados:

- a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;
- b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

Com relação aos naturalizados, a Constituição Federal veda expressamente a distinção de tratamento, salvo nos casos previstos no próprio texto constitucional. Um dos casos com vedação expressa, por exemplo, é o disposto no art. 12, § 3º do mesmo dispositivo, que trata justamente dos cargos públicos privativos dos brasileiros natos.

São eles:

I- Presidente e Vice-Presidente da República;

II- Presidente da Câmara dos Deputados;

III- Ministro do Supremo Tribunal Federal;

IV- Presidente do Senado Federal;

V- Carreira Diplomata;

VI- Oficial da Força Armada;

VII- Ministro do Estado de Defesa.

Nos incisos I, II, III e IV, o Constituinte buscou evitar que o ocupante da posição de Chefe de Estado venha a utilizar o cargo para servir aos interesses de seu Estado de origem. Por essa razão, apenas os brasileiros natos podem exercer o cargo de Presidente da República, bem como os cargos em que seus titulares podem vir a suceder o Presidente, quais sejam: Vice-Presidente da República, Presidente da Câmara, Presidente do Senado Federal e Ministros do STF. CRFB/88 Art. 80: Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.

O inciso V trouxe a carreira diplomática. Tecnicamente, a função do diplomata é representar bem o Brasil diante da comunidade de nações, defendendo sempre os interesses do país no exterior. A ideia que se tem é que o naturalizado, ao ocupar esse cargo, poderia sucumbir mais facilmente, quando a discussão girava em torno dos interesses do país da sua outra nacionalidade. Por fim, temos o oficial das Forças Armadas e o Ministro da Defesa, cargos que envolvem a segurança do Estado. Como um naturalizado pode exercer um cargo que pode o colocar, futuramente, em uma situação de ataque à sua terra natal? Dessa maneira, analisando as alternativas propostas, podemos concluir que o brasileiro naturalizado pode ocupar o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Não se trata de cargo privativo de brasileiro nato, nos termos do art. 12, § 3º da CRFB/88.

Logo, o nosso gabarito é a Letra A! Todavia, vamos analisar com cuidado as demais alternativas? Acompanhe os comentários a seguir: (...)

Letra A. **CORRETA**. É o nosso gabarito! O Ministro do Superior Tribunal de Justiça não está no rol do art. 12, §3º da CRFB/88. Assim, um brasileiro naturalizado pode vir a integrar cargo no STJ. Perceba que a vedação é apenas em relação aos cargos em que o indivíduo possa vir a ocupar a posição de Chefe do Estado, com base na leitura

conjunta do art. 80 e art. 12, §3º da CRFB/88.

Letra B. **INCORRETA**. A alternativa está errada. A Constituição não prevê vedação para ocupar cargo de Procurador-Geral da República (PGR), ou seja, os naturalizados podem vir a exercer tal função. Os cargos que possuem tal impedimento são os previstos no art. 12 §3º da CRFB/88.

Letra C. **INCORRETA**. A Constituição não veda o ingresso de brasileiro naturalizado em cargos públicos em geral. Apenas os cargos previstos no art. 12, §3º da CRFB/88 não podem ser ocupados por brasileiros naturalizados, tendo em vista que os interesses pessoais podem vir a sobressair sobre os interesses do Estado Brasileiro.

Letra D. **INCORRETA**. Que pegadinha, hein? (rs) A alternativa está errada, uma vez que o nascido no estrangeiro de pai ou mãe brasileiro que vier a residir no Brasil e optar, depois de atingir a maioridade, pela nacionalidade brasileira, é considerado brasileiro nato (art. 12 inciso I alínea c da CRFB/88).

Letra E. **INCORRETA**. Como já explicado, o cargo de Ministro de Defesa apenas pode ser exercido por brasileiro nato, tendo em vista que são funções que envolvem a segurança do Estado Nacional. Isso é o que dispõe o art. 12 §3º da CRFB/88.

**Gabarito: A**

## DIREITO ADMINISTRATIVO

52. Considere que Tício é agente público e o seu colega de trabalho, Mévio, após analisar expediente administrativo, identificou indícios de prática de ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito. Ao deparar-se com a situação, Mévio pretende reportar o caso ao seu superior hierárquico, para que a investigação seja aprofundada. Para tanto, está redigindo memorando descrevendo a denúncia.

Com base na Lei nº 8.429/92, Mévio poderá indicar no documento, de forma correta, que

- A) por se tratar de ato de improbidade, que importa em enriquecimento ilícito, haverá responsabilidade caso o ato tenha sido praticado a título de dolo ou culpa.
- B) Tício somente poderá ser responsabilizado caso o ato tenha sido praticado a título doloso, considerando-se dolo a mera voluntariedade do agente de executá-lo.
- C) o prazo de prescrição da ação de improbidade estará suspenso enquanto o processo de investigação estiver formalmente em curso.
- D) Tício estará sujeito à Lei de Improbidade, ainda que o seu vínculo com a Administração seja transitório e sem remuneração.
- E) na hipótese de a Administração identificar a prática de improbidade, não poderá ser realizado acordo judicial ou extrajudicial para solucionar o caso.

### Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92).

d. **CERTO**. Perfeitamente, conforme se depreende da leitura do *caput*, do art. 2º, da supracitada Lei.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas no art. 1º desta Lei. [grifou-se]

Vejamos os erros das demais alternativas:

a. **ERRADO**. Com a atualização da Lei nº 8.429/92, só é possível falarmos em ato de improbidade administrativa na modalidade dolosa. Assim, a assertiva está incorreta por afirmar que a culpa também caracterizaria ato de improbidade administrativa.

b. **ERRADO**. Como vimos acima, é necessário o dolo específico para a caracterização de um ato de improbidade administrativa. No entanto, o item está incorreto por afirmar que dolo representa uma mera voluntariedade do agente de executá-lo, quando, na verdade, representa a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado.

Art. 1º. (...)

§ 2º Considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, não bastando a voluntariedade do agente.

c. **ERRADO**. A instauração de processo administrativo para apuração dos ilícitos suspende o curso do prazo prescricional? Sim, perfeitamente. Todavia, a presente alternativa está incorreta por afirmar que a suspensão perdura enquanto o processo de investigação estiver formalmente em curso. Na verdade, a suspensão é por até 180 dias corridos. Vejamos:

Art. 23. (...)

§ 1º A instauração de inquérito civil ou de processo administrativo para apuração dos ilícitos referidos nesta Lei suspende o curso do prazo prescricional por, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias corridos, recomeçando a correr após a sua conclusão ou, caso não concluído o processo, esgotado o prazo de suspensão. [grifou-se]

e. **ERRADO**. Opa! É possível, sim, no âmbito da improbidade administrativa, a formalização de acordo para solucionar o caso. Nesse sentido, é a redação do art. 17-B:

Art. 17-B. O Ministério Público poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil, desde que dele advenham, ao menos, os seguintes resultados: (...) [grifou-se]

**Gabarito: D**

53. João é escrevente judiciário, trabalha na secretaria de uma Vara da Fazenda Pública e é responsável por, nos estritos limites de suas atribuições legais, dar andamento aos processos judiciais de improbidade administrativa.

Ao chegar ao seu local de trabalho e abrir o sistema de acompanhamento de processos do Tribunal de Justiça, deparou-se com uma ação de improbidade, na qual o Ministério Público, em incidente, apresenta pedido de indisponibilidade de bens dos réus, que foi acolhido pelo Magistrado.

Considerando a situação hipotética e o disposto na Lei nº 8.429/92, João poderá concluir, de forma correta, que

- A) o pedido está sendo processado de forma equivocada, pois não se admite a criação de incidente processual para tratar de pedido de declaração de indisponibilidade de bens.
- B) o Magistrado pode permitir a substituição da garantia por seguro-garantia judicial, caso seja realizada penhora em dinheiro.
- C) a indisponibilidade de bens, para ser válida, precisa ser precedida de prévia oitiva dos réus.
- D) a penhora, em regra, poderá incidir sobre bens de família dos réus, em função do princípio da supremacia do interesse público.
- E) a realização da penhora deverá considerar a preservação do princípio da moralidade e a indisponibilidade incidirá sobre os bens dos réus, ainda que isso acarrete prejuízo à prestação de serviços públicos.

Comentário:

### Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92).

a. **ERRADO**. Admite-se, sim, a criação de incidente processual para tratar de pedido de declaração de indisponibilidade de bens. Fazemos a leitura do art. 16, da Lei de Improbidade:

Art. 16. Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito. [grifou-se]

b. **CERTO\***. Perfeitamente possível, nos exatos termos do §6º, do art. 16, da supracitada lei.

Art. 16 (...)

§ 6º O valor da indisponibilidade considerará a estimativa de dano indicada na petição inicial, permitida a sua substituição por caução idônea, por fiança bancária ou por seguro-garantia judicial, a requerimento do réu, bem como a sua readequação durante a instrução do processo.

Assim, o gabarito preliminar foi a letra B. No entanto, devido à redação restritiva da alternativa B, a banca Vunesp optou por anulá-la, uma vez que o trecho “caso seja realizada penhora em dinheiro”, dá a entender que somente neste caso (penhora feita em dinheiro) seria permitida a substituição do valor da indisponibilidade, o que não é verdade.

c. **ERRADO**. Não precisa da prévia oitiva, conforme simples leitura do § 4º, do art. 16:

Art. 16 (...)

§ 4º A indisponibilidade de bens poderá ser decretada sem a oitiva prévia do réu, sempre que o contraditório prévio puder comprovadamente frustrar a efetividade da medida ou houver outras circunstâncias que recomendem a proteção liminar, não podendo a urgência ser presumida. [grifou-se]

d. **ERRADO**. Incidirá sobre os bens de família do réu? Em regra? Claro que não. Vejamos:

Art. 16 (...)

§ 14. É vedada a decretação de indisponibilidade do bem de família do réu, salvo se comprovado que o imóvel seja fruto de vantagem patrimonial indevida, conforme descrito no art. 9º desta Lei. [grifou-se]

Perceba que a REGRA é não ser permitida a decretação de indisponibilidade do bem de família do réu. A exceção é até justa e lógica: será permitida tal decretação quando o próprio bem de família tiver derivado de vantagem patrimonial indevida (um enriquecimento ilícito, por exemplo).

e. **ERRADO**. A realização da penhora deverá considerar a preservação do princípio da moralidade e a indisponibilidade incidirá sobre os bens dos réus? Sim! Porém, não pode acarretar prejuízo à prestação de serviços públicos.

Art. 16 (...)

§ 12. O juiz, ao apreciar o pedido de indisponibilidade de bens do réu a que se refere o caput deste artigo, observará os efeitos práticos da decisão, vedada a adoção de medida capaz de acarretar prejuízo à prestação de serviços públicos. [grifou-se]

**Gabarito: ANULADA**

**54. A respeito da prescrição da ação para aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.429/92, assinale a alternativa correta.**

- A) Caso o agente público responsável pela prática do ato de improbidade seja portador de mandato eletivo, a ação de improbidade administrativa poderá ser proposta em até oito anos após o término do exercício do mandato.
- B) A ação para aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade prescreve em 5 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato.
- C) Interrompe-se a prescrição pela publicação de sentença condenatória ou absolutória.
- D) Interrompida a prescrição, o prazo recomeça a correr do dia da interrupção, pela metade do prazo previsto em lei.
- E) A suspensão da prescrição produz efeitos individualmente para cada um dos que concorreram para a prática do ato de improbidade administrativa, ainda que não sejam parte do mesmo processo judicial.

## Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92).

Caro aluno, mais uma questão de improbidade. Percebeu que a banca Vunesp gosta, não é? Logo, não vá para a sua prova sem a dominar!

Em relação a essa questão, faz-se suficiente a leitura das disposições do art. 23, da lei em apreço. Vamos ver?

a. **ERRADO**. Opa. Ocorreu o fato? Então a ação de improbidade administrativa prescreverá em 8 anos. Sim, esses 8 anos são contados da data da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência. Por favor, não é da data da ciência por parte da Administração. Não caia em pegadinhas baratas, rrsr.

Art. 23. A ação para a aplicação das sanções previstas nesta Lei prescreve em 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.

- b. **ERRADO**. Vimos acima que a prescrição é em 8 anos.  
c. **ERRADO**. Interrompe-se a prescrição pela publicação de sentença condenatória. Absolutória é pegadinha!

Art. 23. (...)

§ 4º O prazo da prescrição referido no caput deste artigo interrompe-se:

II - pela publicação da sentença condenatória.

- d. **CERTO**. Perfeito! Literalidade do §5º, do art. 23:

Art. 23. (...)

§ 5º Interrompida a prescrição, o prazo recomeça a correr do dia da interrupção, pela metade do prazo previsto no caput deste artigo.

- e. **ERRADO**. Os efeitos não são individuais, mas para todos os que concorreram para a prática do ato de improbidade.

Art. 23. (...)

§ 6º A suspensão e a interrupção da prescrição produzem efeitos relativamente a todos os que concorreram para a prática do ato de improbidade. [grifou-se]

**Gabarito: D**

**55. A respeito das penas disciplinares, de acordo com a Lei nº 10.261/68, é correto afirmar que**

- A) o inativo, por não possuir vínculo estatutário, não está sujeito a penas disciplinares.
- B) a pena de repreensão poderá ser aplicada oralmente, nos casos de indisciplina ou falta no cumprimento dos deveres do servidor público.
- C) a pena de suspensão não excederá o prazo de 120 (cento e vinte) dias.
- D) o funcionário suspenso perderá metade de suas vantagens decorrentes do exercício do cargo.
- E) será aplicada a pena de demissão a bem do serviço público ao funcionário que praticar insubordinação grave.

## Comentário:

---

Trata-se de questão que versa sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo (Lei nº 10.261/1968).

a. **ERRADO**. Está sujeito, sim, a penas disciplinares. Fazemos a leitura atenta do art. 259, do Estatuto.

Artigo 259 - Será aplicada a pena de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, se ficar provado que o inativo:

I - praticou, quando em atividade, falta grave para a qual é cominada nesta lei a pena de demissão ou de demissão a bem do serviço público;

II - aceitou ilegalmente cargo ou função pública;

III - aceitou representação de Estado estrangeiro sem prévia autorização do Presidente da República; e

IV - praticou a usura em qualquer de suas formas. [grifou-se]

b. **ERRADO**. A pena de repreensão somente pode ser aplicada por escrito.

Artigo 253 - A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos de indisciplina ou falta de cumprimento dos deveres. [grifou-se]

c. **ERRADO**. A pena de suspensão não excederá de 90 (noventa) dias.

Artigo 254 - A pena de suspensão, que não excederá de 90 (noventa) dias, será aplicada em caso de falta grave ou de reincidência.

d. **ERRADO**. Perder metade das vantagens? Estranho, não é? Pois é! O funcionário suspenso perderá todas as vantagens decorrentes do exercício do cargo.

Artigo 254 - (...).

§ 1º - O funcionário suspenso perderá todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo. [grifou-se]

e. **CERTO**. Cuida-se da famosa DABESP (Demissão a bem do serviço público).

Artigo 257 - Será aplicada a pena de demissão a bem do serviço público ao funcionário que:

IV - praticar insubordinação grave.

Assim, pense bem quando você topar um chefe xarope, rrsrs.

### Gabarito: E

**56. Considere que Mário é oficial administrativo e trabalha no atendimento ao público. Certo dia, após uma longa discussão com João, seu antigo desafeto, Mário o agride fisicamente no local de trabalho e durante o horário de expediente.**

**Com base na situação hipotética e no disposto na Lei nº 10.261/68, é correto afirmar que Mário**

- A) estará sujeito à pena de apreensão ou multa, caso o ato tenha provocado lesões de natureza leve.
- B) estará sujeito à pena de demissão e a prescrição da pretensão punitiva da Administração se contará a partir do momento em que o ato for descoberto pelo seu superior hierárquico.
- C) deverá ser demitido a bem do serviço público, salvo se tiver praticado o ato em legítima defesa.
- D) deverá ser suspenso e a penalidade será aplicada pelo seu superior hierárquico imediato.
- E) somente será demitido por se tratar de ofensa física, já que a prática de ofensas morais importa a aplicação da pena de suspensão.

## Comentário:

---

Considerando que Mário cometeu ofensa física contra João, em princípio estará sujeito à penalidade de demissão a bem do serviço público. No entanto, caso a agressão tenha sido praticada em legítima defesa, ele deixará de ser punido com a demissão:

Artigo 257 - Será aplicada a pena de demissão a bem do serviço público ao funcionário que: (...)

V - praticar, em serviço, ofensas físicas contra funcionários ou particulares, salvo se em legítima defesa.

Portanto, o gabarito é a letra C.

### Gabarito: C

**57. Com base na Lei nº 10.261/68, a respeito “das práticas autocompositivas, do termo de ajustamento de conduta e da suspensão condicional da sindicância”, assinale a alternativa correta.**

- A) O conteúdo das sessões restaurativas é público, podendo ser utilizado como prova em processo administrativo ou judicial, desde que observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- B) O encaminhamento às práticas autocompositivas importará a suspensão da instauração da sindicância ou do processo administrativo.
- C) As práticas autocompositivas são orientadas pelos princípios da voluntariedade, da publicidade, do formalismo moderado e da consensualidade.
- D) O encaminhamento do processo disciplinar às práticas autocompositivas se dará por despacho fundamentado e não suspenderá o prazo prescricional.
- E) Para aplicação das práticas autocompositivas, é necessário que as partes reconheçam os fatos essenciais, sem que isso implique admissão de culpa.

## Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo (Lei nº 10.261/1968).

a. **ERRADO**. Na verdade, o conteúdo das sessões restaurativas é sigiloso. Ademais, não pode ser utilizado como prova em processo administrativo e nem em processo judicial.

Art. 267-B. (...)

§ 3º - O conteúdo das sessões restaurativas é sigiloso, não podendo ser utilizado como prova em processo administrativo ou judicial.

b. **ERRADO**. Não há que se falar em suspensão da instauração da sindicância ou do processo administrativo.

Artigo 267-C (...)

§ 1º - O encaminhamento às práticas autocompositivas poderá ocorrer de forma alternativa ou concorrente à sindicância ou ao processo administrativo.  
[grifou-se]

c. **ERRADO**. Questãozinha cobrando princípios. A Vunesp ama brincar com eles. Adora esse decoreba, infelizmente. Nessa esteira, não há princípio da publicidade nem formalismo moderado nas práticas autocompositivas, pelo contrário: confidencialidade e informalidade.

Artigo 267-B - As práticas autocompositivas, a serem regulamentadas por decreto, serão orientadas pelos princípios da voluntariedade, corresponsabilidade, reparação do dano, confidencialidade, informalidade, consensualidade e celeridade, observado o seguinte: (...) [grifou-se]

d. **ERRADO**. Nesse caso, há, sim, a suspensão do prazo prescricional.

Artigo 267-C (...)

§ 2º - Se o encaminhamento às práticas autocompositivas se der de forma alternativa ao procedimento disciplinar, o despacho fundamentado a que se refere este artigo suspenderá o prazo prescricional, enquanto realizadas.  
[grifou-se]

e. **CERTO**. Perfeito. Decorrência lógica §2º, do art. 267-B.

Art. 267-B. (...)

§ 2º - Para aplicação das práticas autocompositivas, é necessário que as partes reconheçam os fatos essenciais, sem que isso implique admissão de culpa em eventual sindicância ou processo administrativo.

**Gabarito: E**

**58. Caso a apuração de infrações disciplinares seja feita por processo disciplinar, de acordo a Lei nº 10.261/68, as partes poderão arrolar até**

- A) 5 (cinco) testemunhas.
- B) 2 (duas) testemunhas.
- C) 3 (três) testemunhas.
- D) 8 (oito) testemunhas.
- E) 4 (quatro) testemunhas.

### Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo (Lei nº 10.261/1968).

Questão decoreba e direta. Fazemos a leitura do art. 283, §1º, do Estatuto.

Artigo 283 - Comparecendo ou não o acusado ao interrogatório, inicia-se o prazo de 3 (três) dias para requerer a produção de provas, ou apresentá-las.

§ 1º - O presidente e cada acusado poderão arrolar até 5 (cinco) testemunhas.

Portanto, o gabarito é, de fato, a letra A.

**Gabarito: A**

59. Considere que Isaías praticou infração disciplinar e em razão disso passou por uma sindicância que resultou na aplicação da pena de suspensão. Apesar de corretamente intimado da decisão, optou, na época, por não interpor recurso. Inconformado com a medida e diante de novos elementos de prova, decide pedir a revisão de sua pena.

Diante dessa situação hipotética e do disposto na Lei nº 10.261/68, é correto afirmar que

- A) não será cabível o pedido de revisão, pois Isaías não interpôs todos os recursos cabíveis no respectivo processo disciplinar.
- B) o pedido de revisão poderá resultar na agravação de sua pena, caso comprovado que a conduta se enquadra em tipo mais grave.
- C) o pedido de revisão não comporta a produção de atos probatórios, devendo o interessado comprovar o direito líquido e certo da sua pretensão.
- D) Isaías deverá ser representado necessariamente por advogado, cabendo a ele o ônus da prova dos fundamentos de seu pedido.
- E) o pedido de revisão deverá ser apresentado no prazo de até 02 (dois) anos, a contar do trânsito em julgado administrativo da decisão.

## Comentário: Concursos

Trata-se de questão que versa sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo (Lei nº 10.261/1968).

a. **ERRADO**. Conforme se depreende da leitura do art. 315, do Estatuto, é cabível, sim, o pedido de revisão.

Artigo 315 - Admitir-se-á, a qualquer tempo, a revisão de punição disciplinar de que não caiba mais recurso, se surgirem fatos ou circunstâncias ainda não apreciados, ou vícios insanáveis de procedimento, que possam justificar redução ou anulação da pena aplicada.

b. **ERRADO**. Já ouviu falar da vedação ao *reformatio in pejus*? Aplica-se aqui. Assim, vale dizer, o pedido de revisão não poderá resultar na agravação de sua pena, caso comprovado que a conduta se enquadra em tipo mais grave.

Artigo 316 - A pena imposta não poderá ser agravada pela revisão.

c. **ERRADO**. Uai, se o servidor está pedindo revisão, é natural que seja possível a ele produzir provas. Viu que não faz sentido algum o teor desta alternativa?

Artigo 317 - A instauração de processo revisional poderá ser requerida fundamentadamente pelo interessado ou, se falecido ou incapaz, por seu curador, cônjuge, companheiro, ascendente, descendente ou irmão, sempre por intermédio de advogado.

Parágrafo único - O pedido será instruído com as provas que o requerente possuir ou com indicação daquelas que pretenda produzir. [grifou-se]

d. **CERTO**. Faça a leitura do *caput* do art. 317, mencionado acima, no comentário da alternativa C. Perceba que o pedido de revisão exige o intermédio do advogado (não confunda com processo administrativo disciplinar, ok?). Ademais, dados os princípios da supremacia do interesse público sobre o privado, inverte-se o ônus da prova, vale dizer: cabe a ele o ônus da prova dos fundamentos de seu pedido, tal como endossado no próprio parágrafo único.

e. **ERRADO**. Não há prazo para a apresentação de pedido de revisão. Assim, ele pode ser apresentado a qualquer tempo (art. 315, reproduzido no comentário da alternativa A), se surgirem fatos ou circunstâncias ainda não apreciados, ou vícios insanáveis de procedimento, que possam justificar redução ou anulação da pena aplicada.

**Gabarito: D**

## NORMAS DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

60. Em relação ao protocolo de petições intermediárias à luz do processo eletrônico, assinale a alternativa correta, de acordo com as Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

- A) Não há a previsão de materialização de processos que correm em meio digital e todas as petições a eles referentes devem sempre ser elaboradas digitalmente.
- B) Ocorrendo indevida protocolização de petição física em processo eletrônico, se o setor de protocolo de origem verificar o erro antes do cadastramento e envio ao Ofício de Justiça, deve-se cancelar o protocolo e intimar o peticionário para retirada da petição.
- C) Nos foros digitais não é permitida a protocolização integrada de petições físicas dirigidas a processos físicos de outras comarcas do Estado.
- D) Uma vez tramitando eletronicamente o processo, não há a previsão da possibilidade de recepção de petição pelo meio físico.
- E) Mesmo tramitando eletronicamente, é direito da parte optar pelo peticionamento por meio físico, devendo os setores de protocolo receber as petições físicas.

### Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

a. **ERRADO**. Alternativa completamente errada, caro aluno. Os erros são os seguintes:

Há, sim, previsão de materialização de processos que ocorrem em meio digital;

São admitidas petições em meio físico.

A baliza legal está no parágrafo único, do art. 1220, das Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

Art. 1.220. (...)

Parágrafo único. Na hipótese de materialização do processo, cuja tramitação era em meio eletrônico, passarão a ser admitidas petições em meio físico. Retomada a tramitação no meio eletrônico, não mais serão admitidas petições em meio físico. [grifou-se]

Vale destacar que “materializar processo” refere-se à transformação de um processo eletrônico em um processo físico, com a impressão dos documentos e a tramitação passando a ocorrer em meio físico (papel, por exemplo). Isso pode acontecer por diversos motivos, como a necessidade de acesso aos autos por pessoas ou órgãos que não têm infraestrutura para o processo eletrônico, ou por determinação judicial.

b. **CERTO**. Decorrência do §1º, do art. 1.221, das Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, a seguir reproduzido:

Art. 1.221. (...)

§ 1º Em caso de recebimento indevido, caberá ao Setor de Protocolo de origem cancelar o protocolo e intimar o peticionário pelo Diário da Justiça Eletrônico – DJE para retirada da petição. Se o Ofício de Justiça verificar o recebimento indevido antes do cadastramento, devolverá a petição ao protocolo de origem. Se a verificação ocorrer após o cadastramento da petição pelo Ofício de Justiça, caberá a este adotar as providências necessárias para a devida regularização. [grifou-se]

c. **ERRADO**. Alternativa que vai de encontro ao exposto no §2º, do Art. 1.221, das Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, adiante:

Art. 1.221. (...)

2º Admitir-se-á, nos Foros Digitais, o protocolo integrado de petições em papel dirigidas a processos físicos em tramitação nas demais Comarcas do Estado.

d. **ERRADO**. Opa! Há, sim, a previsão da possibilidade de recepção de petição pelo meio físico, conforme se depreende da leitura do *caput* do art. 1.222.

Art. 1.222. Em caso de indisponibilidade do serviço de peticionamento eletrônico ou impossibilidade técnica, a petição intermediária em papel será recebida desde que observados os requisitos do § 4º do artigo 1.205 destas Normas de Serviço.

e. **ERRADO**. Não se trata de um direito optar pelo peticionamento por meio físico. A regra é a tramitação eletrônica.

Art. 1.221. Ressalvado o disposto neste Capítulo, os Setores de Protocolo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo não poderão receber petições em papel dirigidas aos processos que tramitam eletronicamente. [grifou-se]

### Gabarito: B

**61. Com relação à tramitação do processo eletrônico e sua disciplina nas Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, assinale a alternativa correta.**

- A) Na elaboração de documentos pelo Ofício de Justiça no processo eletrônico, devem ser utilizados os documentos institucionais padronizados autorizados e homologados pelo Juiz Diretor do Foro.
- B) Na criação de modelos de grupo no processo eletrônico, o nome do modelo deve conter necessariamente o número do cartório onde foi elaborado.
- C) Sempre que cabível, a fim de possibilitar trabalho em lote e filtro nas filas de trabalho pela serventia judicial, deverão ser utilizados modelos de grupo.
- D) As previsões das Normas da Corregedoria relativas ao processo físico não têm aplicação ao processo eletrônico, tendo em vista a disciplina específica deste último.
- E) Há ampla liberdade na criação de modelos de grupo no processo eletrônico, em quaisquer categorias de documentos.

### Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

a. **ERRADO**. Quase! A autorização e a homologação é de competência da Corregedoria Geral da Justiça, nos termos do *caput* do art. 1237, das Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, elencado a seguir:

Art. 1.237. Na elaboração dos documentos, serão utilizados os modelos de expediente institucionais padronizados, autorizados e aprovados pela Corregedoria Geral da Justiça.

b. **ERRADO**. O número do cartório não é uma exigência legal. As normas da corregedoria exigem, por exemplo, nome do modelo, indicações quanto à necessidade de análise e cumprimento do ato judicial pelo cartório (art. 1.238, §3º).

c. **CERTO**. Literalidade do §3º, do art. 1.238:

Art. 1.238 (...)

§ 3º - Sempre que cabível, a fim de possibilitar trabalho em lote e filtro nas filas de trabalho pela serventia judicial, deverão ser utilizados modelos de grupo, que conterão, obrigatoriamente, as seguintes características: (...)

d. **ERRADO**. Assertiva que vai de encontro ao *caput* do art. 1.228, das Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo:

Art. 1.228. Aplicam-se aos Ofícios de Justiça Digitais e ao processo eletrônico, subsidiariamente, e no que compatível, os dispositivos previstos nos demais capítulos destas Normas de Serviço.

e. **ERRADO**. A criação de modelos de grupo ou usuário não é ampla, pelo contrário, é restrita. O *caput* do art. 1.238 afirma que tal criação deve se basear em modelos institucionais ou da autoria intelectual do magistrado, sendo permitida para certas categorias apenas.

Art. 1.238. A criação de modelos de grupo ou usuário realizar-se-á a partir dos modelos institucionais ou da autoria intelectual do magistrado e somente será permitida para as seguintes categorias: (...)

**Gabarito: C**

62. No que diz respeito à retirada e à consulta de autos físicos, assinale a alternativa correta à luz das Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

- A) Na fluência de prazo comum, é permitida a retirada dos autos mediante carga pelo procurador ou preposto, pelo prazo de 2 (duas) a 6 (seis) horas para obtenção de cópias, observado o término do expediente forense.
- B) O acesso aos autos judiciais de processos em andamento, quando não estejam sujeitos a segredo de justiça, é assegurado aos advogados ou estagiários de Direito que apresentem procuração, sendo vedado ao público em geral.
- C) O acesso aos autos judiciais de processos em andamento, quando não estejam sujeitos a segredo de justiça, é assegurado aos advogados ou estagiários de Direito, mesmo que não sejam procuradores de quaisquer das partes, sendo vedada a retirada dos autos para cópia.
- D) Não havendo fluência de prazo, é permitida às partes a retirada em carga, independentemente de requerimento.
- E) Para fins de controle de carga rápida de autos, é permitida a retenção, no ofício judicial, de documento de identificação de advogado ou estagiário de Direito.

## Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

a. **CERTO**. Literalidade do §2º, do art. 164, das Normas da Corregedoria Geral da Justiça:

Art. 164 (...)

§ 2º Na fluência de prazo comum, só em conjunto ou mediante prévio ajuste por petição nos autos os procuradores das partes ou seus prepostos retirarão os autos, ressalvada a obtenção de cópias para a qual cada procurador ou preposto poderá retirá-los pelo prazo de 2 (duas) a 6 (seis) horas, mediante carga, independentemente de ajuste, observado o término do expediente forense.

b. **ERRADO**. É permitido o acesso aos autos pelo público em geral. Ademais, não é necessário que os estagiários de Direito apresentem procuração. Vejamos:

Art. 157. O acesso aos autos judiciais e administrativos de processos em andamento ou findos, mesmo sem procuração, quando não estejam sujeitos a segredo de justiça, é assegurado aos advogados, estagiários de Direito e ao público em geral, por meio do exame em balcão do escritório de justiça ou seção administrativa, podendo ser tomados apontamentos, solicitadas cópias reprográficas, bem como utilizado escâner portátil ou máquina fotográfica, vedado, nestas hipóteses, o desencarte das peças processuais para reprodução. [grifou-se]

c. **ERRADO**. Não é vedada a retirada dos autos para a cópia.

Art. 158. Para garantia do direito de acesso aos autos que não corram em segredo de justiça, poderão os advogados ou estagiários de Direito, regularmente inscritos na OAB, que não tenham sido constituídos procuradores de quaisquer das partes, retirar os autos para cópia, pelo período de 1 (uma) hora, mediante controle de movimentação física, devendo o serventuário consultar ao sítio da Ordem dos Advogados do Brasil da Internet, à vista da Carteira da OAB apresentada pelo advogado ou estagiário de Direito interessado, com impressão dos dados obtidos, os quais serão conferidos pelo servidor antes da entrega dos autos, observadas, ainda, as demais cautelas previstas para a carga rápida, conforme o disposto no art. 165. [grifou-se]

d. **ERRADO**. Os autos somente serão retirados em carga mediante requerimento, caso não haja fluência de prazo (fique atento).

Art. 164. Não havendo fluência de prazo, os autos somente serão retirados em carga mediante requerimento. [grifou-se]

e. **ERRADO**. O art. 166 pontua que é vedada a retenção do documento de identificação do advogado ou do estagiário de Direito.

Art. 166. É vedada a retenção do documento de identificação do advogado ou do estagiário de Direito no escritório de justiça, para a finalidade de controle de carga de autos, em qualquer modalidade ou circunstância. [grifou-se]

**Gabarito: A**

**63. Em relação à atividade correicional, assinale a alternativa correta, de acordo com as Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.**

- A) A correição extraordinária consiste na fiscalização excepcional realizada a qualquer momento e sem prévio anúncio e abrangerá todo o serviço judiciário, devendo a ata ser encaminhada à Corregedoria Geral da Justiça no prazo de até 60 (sessenta) dias após sua realização.
- B) A visita correicional tem objetivo instrutório, devendo ser antecipada através da publicação de edital sucinto com antecedência de 5 (cinco) dias.
- C) Há a previsão da obrigatoriedade da realização de uma correição ordinária por ano, preferencialmente no mês de dezembro, sobre todas as serventias, repartições e estabelecimentos sujeitos à fiscalização do Juiz Corregedor.
- D) A correição ordinária e a visita correicional dependem de edital afixado no átrio do fórum, com pelo menos quinze dias de antecedência.
- E) As correições são presenciais, havendo a previsão de implementação gradativa de correições virtuais com o intuito de controlar temporariamente as atividades subordinadas à disciplina da Corregedoria Geral da Justiça.

## Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

a. **ERRADO.** Abrangerá todo o serviço judiciário? Não necessariamente, pois ela pode ser parcial. Ademais, a ata das correições e vistas, encaminhadas à Corregedoria Geral da Justiça, quando de correição extraordinária, deve ser encaminhada em até 15 dias após a sua realização.

Art. 6º (...)

§ 2º A correição extraordinária consiste em fiscalização excepcional, realizada a qualquer momento e sem prévio anúncio e poderá ser geral ou parcial, conforme as necessidades e conveniência do serviço correicional. (...)

§ 4º As atas das correições e visitas serão encaminhadas à Corregedoria Geral da Justiça nos prazos que seguem: (...)

II - correição extraordinária ou visita correicional – até 15 (quinze) dias após realizada. [grifou-se]

b. **ERRADO**. A visita correcional independe de edital ou qualquer outra providência

Art. 9º (...)

§ 1º A visita correcional independe de edital ou qualquer outra providência e dela se lançará sucinto termo no livro de visitas e correições, no qual também constarão as determinações que o Juiz Corregedor Permanente eventualmente fizer no momento. [grifou-se]

c. **CERTO**. Decorrência lógica do art. 8º, das Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

Art. 8º O Juiz Corregedor Permanente efetuará, uma vez por ano, de preferência no mês de dezembro, correição ordinária em todas as serventias, repartições e demais estabelecimentos sujeitos à sua fiscalização correcional, lavrando-se o correspondente termo no livro próprio.

d. **ERRADO**. Vide item B.

e. **ERRADO**. A implantação da correição virtual é feita com vista ao controle permanente das atividades subordinadas à disciplina da Corregedoria Geral da Justiça. Assim, o item peca ao afirmar que o tal controle é temporário.

Art. 6º (...)

§ 5º A Corregedoria Geral da Justiça implementará, gradativamente, a correição virtual, com vistas ao controle permanente das atividades subordinadas à sua disciplina. [grifou-se]

**Gabarito: C**

**64. Acerca da escrituração em meio físico de autos judiciais, assinale a alternativa correta, de acordo com as Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.**

- A) É obrigatória a subscrição pelo juiz nos mandados em que houver determinação de desconto de pensão alimentícia.
- B) Os mandados em cumprimento de ato judicial serão sempre subscritos pelo magistrado.
- C) Os documentos e papéis dirigidos a autoridades, como membros do Ministério Público, podem ser subscritos pelo escrivão, declarando que o fazem por ordem do juiz.
- D) Na escrituração, é vedada a utilização de abreviaturas, siglas ou símbolos convencionados por determinada área do conhecimento humano.
- E) Havendo equívoco na escrituração, é recomendado que o escrivão aponha o termo “sem efeito”, seguindo a redação correta.

## Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

a. **CERTO**. Perfeito, conforme se depreende da leitura do inc. II, do § 1º, do art. 85 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, a seguir reproduzido:

Art. 85. (...)

§ 1º A subscrição do juiz é obrigatória quando: (...)

II - houver determinação de desconto de pensão alimentícia;

b. **ERRADO**. A regra é que a subscrição de mandados, cartas postais, ofícios gerais de comunicação, expedidos em cumprimento de ato judicial, seja feita pelos escrivães, e não pelo magistrado.

Art. 85. Os mandados, as cartas postais, os ofícios gerais de comunicação, expedidos em cumprimento de ato judicial, em não havendo determinação do juiz em sentido contrário, serão assinados pelos escrivães, declarando que o fazem por ordem do juiz.

c. **ERRADO**. Nesse caso, a subscrição do juiz é obrigatória.

Art. 85. (...)

§ 1º A subscrição do juiz é obrigatória quando: (...)

III - os documentos ou papéis forem dirigidos a autoridades (por exemplo, membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Poder Legislativo; chefe do Poder Executivo; Delegados de Polícia; Comandantes da Polícia Militar e das Forças Armadas).

d. **ERRADO**. A utilização de símbolos convencionados por determinada área do conhecimento humano é possível!

Art. 82. Na escrituração é vedada: (...)

III - a utilização de abreviaturas, abreviações, acrônimos, siglas ou símbolos, excetuando-se as formas consagradas pelo Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras, as adotadas por órgãos oficiais e as convencionadas por determinada área do conhecimento humano; [grifou-se]

e. **ERRADO**. O termo “sem efeito” deve ser evitado!

Art. 81. Na escrituração serão evitadas as seguintes práticas: (...)

II - anotações de “sem efeito”;

**Gabarito: A**

## CONHECIMENTOS GERAIS

65.

Milhares de sacos de lixo se acumulam pelas ruas de Paris, na França, onde 5 400 toneladas de resíduos não foram recolhidas devido à greve dos garis. As greves contínuas pelo país, iniciadas na semana passada, não são apenas no serviço de coleta de lixo. Elas afetam outros setores da economia, como o fornecimento de combustível das refinarias francesas e o transporte ferroviário.

(Disponível em <https://g1.globo.com>, 13.03.2023. Adaptado)

### A revolta dos trabalhadores franceses se deve

- A) à tentativa do presidente Emmanuel Macron de fazer tramitar na Assembleia Nacional um projeto de lei que retira dos coletores o direito de receberem salário-insalubridade.
- B) à tramitação de projeto de lei na Assembleia Nacional que pretende privatizar os serviços de coleta de lixo da cidade de Paris.
- C) à redução do número de trabalhadores da coleta de lixo, causada pela substituição dos aposentados por máquinas de varrição.
- D) ao decreto presidencial que retira dos trabalhadores de coleta de lixo de todo o país o direito à gratuidade no transporte público.
- E) ao projeto de lei, apoiado pelo presidente Emmanuel Macron, que, entre outras providências, pretende aumentar a idade de aposentadoria de 62 para 64 anos a partir de 2030.

### Comentário:

O tema da nossa questão é a repercussão negativa da reforma da previdência proposta por Emmanuel Macron, presidente francês. O projeto de lei visava aumentar a idade mínima para a aposentadoria de 62 para 64 anos ao final do período de transição (2030). A medida foi aprovada, sob o argumento de que, do contrário, o sistema entraria em colapso.

A situação narrada pelo enunciado reflete o descontentamento de um grupo de trabalhadores, os coletores de lixo, diante da alteração. Após votação parlamentar, o projeto foi aprovado com efeitos a partir de setembro de 2023. Pelo exposto, gabarito na alternativa E. As demais são pegadinhas inventadas.

**Gabarito: E**

66.

A quebra do Silicon Valley Bank (SVB), banco californiano das *startups*, resultou em perdas de mais de 100 bilhões de dólares em valor para instituições nos Estados Unidos na última semana, se tornando a segunda maior falência bancária desde a crise financeira de 2008 que eclodiu com o Lehman Brothers.

(Disponível em <https://veja.abril.com.br>, 13.03.2023. Adaptado)

### A respeito do banco americano, é correto afirmar que

- A) o colapso do SVB é indicativo de uma crise financeira mais séria nos Estados Unidos e em outros países, inclusive o Brasil.
- B) a despeito de ser um banco regional, o SVB trabalhava com grandes somas, por ser uma instituição especializada no financiamento de novas tecnologias.
- C) o SVB tem uma filial em território brasileiro, desde 2007, e a sua falência prejudicará as empresas de inovação que têm altas somas depositadas no banco.
- D) se trata de uma instituição bancária especializada em atender *startups* que encontravam dificuldades em obter crédito de grandes bancos.
- E) a FDIC, órgão que tem a mesma função do Fundo Garantidor de Crédito brasileiro, teme que haja uma corrida dos depositantes aos outros bancos para retirar aplicações, causando transtornos ao sistema financeiro americano.

## Comentário:

---

O tema da nossa questão é a quebra do Silicon Valley Bank (SVB), banco californiano das *startups*.

O principal ramo de atuação do SVB desde sua fundação há 40 anos era o financiamento de empresas iniciantes de novas tecnologias - *startups* - que não conseguiam apoio creditício nos demais bancos tradicionais, pois o risco envolvido é mais alto.

O problema financeiro do banco se agravou com a inflação alta nos EUA, pois o Federal Reserve - FED (espécie de banco central americano) precisou elevar os juros da economia, ocasionando crise de liquidez que culminou na falência do SVB.

Pelo exposto, a melhor alternativa é realmente a D, inclusive por trazer a literalidade da notícia-fonte. Ainda, a questão foi anulada. Vejamos:

A alternativa B também poderia ser correta, pois o SVB realmente era um banco regional, focado na região do Vale do Silício, Califórnia, e era o 16º maior banco americano, logo, pode-se dizer que realmente manipulava grandes somas de dinheiro. No entanto, entendemos que essa assertiva peca ao dizer que, por ser uma instituição especializada no financiamento de novas tecnologias, o SVB trabalhava com grandes somas, pois não há nexo de causalidade aí.

Por fim, entendemos que, “forçando a barra”, poderíamos considerar a alternativa A também **correta**, pois a quebra do SVB realmente é indício de crise financeira mais séria nos EUA, o que PODE acarretar crise em outros países, uma vez que a economia americana tem enorme peso no cenário mundial.

Dito isso, realmente a melhor decisão foi pela anulação.

### Gabarito: ANULADA

67.

#### **Pelo segundo dia seguido, criminosos realizaram ataques em cidades do interior do estado.**

Ao menos seis municípios registraram cenas de violência na quarta-feira (15.03), segundo levantamento do portal G1, e o total chega a 24 cidades desde que as ações criminosas começaram, na madrugada de terça-feira (14.03). O governo do estado afirmou que havia sido alertado sobre a possibilidade de ataques e que tomou medidas preventivas. Mas isso não impediu tiros e incêndios em prédios públicos, comércios e veículos. Foram presas 30 pessoas até agora. Uma pessoa morreu em confronto com a polícia e duas ficaram feridas nos ataques.

Também foram apreendidas armas, munições, artefatos explosivos, veículos, dinheiro e drogas.

(Disponível em <https://www.bbc.com>, 14.03.2023. Adaptado)

#### **Esses fatos ocorreram no estado**

- A) de Sergipe.
- B) do Ceará.
- C) da Paraíba.
- D) de Pernambuco.
- E) do Rio Grande do Norte.

## Comentário:

O tema da nossa questão é violência urbana.

Começando em 15/03/2023 e ao longo dos dias seguintes, houve uma onda de ataques violentos em pelo menos 29 cidades do estado do Rio Grande do Norte, ao todo, incluindo a capital Natal.

Os ataques, que deixaram mortos e feridos, além de prejuízos vultosos, foram promovidos por uma facção criminosa que fazia exigências de melhorias nas condições dos presídios do estado.

Pelo exposto, nosso gabarito é a alternativa E, Rio Grande do Norte.

### Gabarito: E

68.

Com cartazes, estudantes realizaram na manhã desta quarta-feira (15) um ato pela revogação do Novo Ensino Médio. O protesto iniciou por volta das 9h no vão livre do Masp, na Avenida Paulista, e, às 10h, desceu para a Avenida Brigadeiro Luís Antônio. Depois, os estudantes seguiram destino para a Assembleia Legislativa de São Paulo. O Novo Ensino Médio, previsto numa lei aprovada em 2017, começou a ser implementado em 2022 em todo o país, nas escolas públicas e privadas, mas só se tornou obrigatório a partir deste ano.

(Disponível em <https://g1.globo.com>, 15.03.2023. Adaptado)

### A respeito do Novo Ensino Médio e das reivindicações dos alunos, é correto afirmar que os

- A) estudantes querem que os professores façam cursos de reciclagem antes da implementação do novo modelo.
- B) conteúdos são divididos em áreas do conhecimento de maneira similar à que acontece no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).
- C) novos conteúdos são voltados para a área tecnológica e houve drástica redução da carga horária de disciplinas humanísticas.
- D) manifestantes exigem que as aulas sejam ministradas em tempo integral.
- E) estudantes exigem que, após a implementação total do novo modelo, os alunos, ao terminarem o último ciclo, ingressem, sem exame vestibular, no curso superior de sua livre escolha.

## Comentário:

---

O tema da nossa questão é a reforma do ensino médio.

O novo modelo foi aprovado em 2017, mas sua implementação iniciou apenas em 2022. A alteração prevê os chamados itinerários formativos, disponíveis desde 2022, mas obrigatórios somente em 2023.

Esses itinerários formativos pressupõem divisão dos conteúdos em áreas do conhecimento, a exemplo do que ocorre no ENEM.

Pelo exposto, nosso gabarito é a alternativa B.

Das demais alternativas, a única que pode causar alguma dúvida para o candidato que conhece o tema é a A, pois uma das queixas e críticas ao novo sistema é justamente a falta de formação adequada dos professores, mas os alunos não exigem curso de reciclagem dos docentes, logo, a opção mais adequada é certamente a B. As outras são pegadinhas criadas pelo examinador.

### Gabarito: B

**69. Considere que João é pessoa com deficiência e, acompanhado por sua irmã, Maria, dirigiu-se ao balcão de uma Vara Cível para obter informações sobre processos judiciais de que é parte. Diante da situação hipotética e do disposto na Lei nº 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), é correto afirmar que**

- A) o Estatuto da Pessoa com Deficiência confere expressamente a João o direito de ser atendido de forma prioritária e fora do horário regular de funcionamento da Vara.
- B) João e Maria deverão ter atendimento prioritário no balcão e em qualquer serviço de atendimento ao público.
- C) Maria, apesar de ser acompanhante de João, não terá direito a qualquer tipo de prioridade.
- D) João deverá ter atendimento prioritário no atendimento no balcão, bem como gozará de prioridade na tramitação do processo judicial.
- E) João não terá direito a atendimento prioritário, pois a norma não se aplica a atendimentos ao público promovidos pelo Poder Judiciário.

## Comentário:

---

O tema da nossa questão é direitos da pessoa com deficiência, previstos na Lei 13.146/2015.

Para responder corretamente à questão, basta ao candidato conhecer a redação do do art. 9º e seu §1º da referida norma, a saber:

Art. 9º A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de:

I - proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;

II - atendimento em todas as instituições e serviços de atendimento ao público;

III - disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas;

IV - disponibilização de pontos de parada, estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros e garantia de segurança no embarque e no desembarque;

V - acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis;

VI - recebimento de restituição de imposto de renda;

VII - tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências.

§ 1º Os direitos previstos neste artigo são extensivos ao acompanhante da pessoa com deficiência ou ao seu atendente pessoal, exceto quanto ao disposto nos incisos VI e VII deste artigo.

Reparem que, pelo colacionado, nos termos do inciso II do art. 9º da Lei 13146/2015, é garantido à pessoa com deficiência a prioridade de atendimento em todas instituições e serviços de atendimento ao público (não somente instituições públicas! Cuidado!). Além disso, conforme o §1º, referida prioridade se estende ao acompanhante ou ao atendente pessoal, o que torna a B **correta**. Todavia, nos termos do inciso VII, a D também é correta. Por esse motivo, a banca anulou a questão.

Em tempo, a mesma norma dá o conceito de acompanhante e de atendente pessoal:

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se: (...)

XII - atendente pessoal: pessoa, membro ou não da família, que, com ou sem remuneração, assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas; (...)

XIV - acompanhante: aquele que acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal.

Aproveitamos para deixar a dica: o art. 3º é chave para responder muitas questões desse tema, uma vez que traz 14 conceitos, o que facilita a vida do examinador na hora de elaborar questões, bastando trocar um pelo outro. Vale a pena saber bem esse dispositivo, especialmente aqueles que parecem pouco intuitivos e podem ser confundidos com outros!

Destaquemos os erros das demais:

(A) o Estatuto da Pessoa com Deficiência confere expressamente a João o direito de ser atendido de forma prioritária e fora do horário regular de funcionamento da Vara.

**Errada.** O atendimento prioritário é garantido, mas não há dispositivo que prescreva atendimento fora do horário regular.

(C) Maria, apesar de ser acompanhante de João, não terá direito a qualquer tipo de prioridade.

**Errada.** Como visto, o §1º garante a extensão do benefício a Maria.

(E) João não terá direito a atendimento prioritário, pois a norma não se aplica a atendimentos ao público promovidos pelo Poder Judiciário.

**Errada,** pois a norma aplica-se a todas instituições e serviços de atendimento ao público, o que inclui o Judiciário.

**Gabarito: Anulada**

**70. De acordo com a Lei nº 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a colocação competitiva da pessoa com deficiência pode ocorrer por meio de trabalho com apoio, constituindo diretriz dessa atividade:**

- A) igualdade no atendimento à pessoa considerada deficiente, ainda que os graus de deficiência sejam distintos.
- B) provisão de suportes individualizados que atendam a necessidades específicas da pessoa com deficiência, excetuada a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva.
- C) respeito ao perfil vocacional e ao interesse da pessoa com deficiência.
- D) necessidade de participação de organizações da sociedade civil.
- E) realização de avaliação permanente.

## Comentário:

---

A alternativa A está **incorreta**, nos termos do art. 37, parágrafo único, I, do EPD. Vide comentário à letra C.

A alternativa C está **correta** e é o gabarito da questão. A fim de viabilizar a eliminação das barreiras presentes na sociedade, o parágrafo único abaixo estabelece um rol de diretrizes a serem observadas, dentre elas aquela prevista no art. 37, parágrafo único, III, do EPD:

Parágrafo único. A colocação competitiva da pessoa com deficiência pode ocorrer por meio de trabalho com apoio, observadas as seguintes diretrizes: I - prioridade no atendimento à pessoa com deficiência com maior dificuldade de inserção no campo de trabalho; (letra A) II - provisão de suportes individualizados que atendam a necessidades específicas da pessoa com deficiência, inclusive a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva, de agente facilitador e de apoio no ambiente de trabalho; (letra B) C) III - respeito ao perfil vocacional e ao interesse da pessoa com deficiência apoiada; (letra IV - oferta de aconselhamento e de apoio aos empregadores, com vistas à definição de estratégias de inclusão e de superação de barreiras, inclusive atitudinais; V - realização de avaliações periódicas; (letra E) VI - articulação intersetorial das políticas públicas; VII - possibilidade de participação de organizações da sociedade civil. (letra D)

A alternativa D está **incorreta**, nos termos do art. 37, parágrafo único, VII, do EPD. Vide comentário à letra C.

A alternativa E está **incorreta**, nos termos do art. 37, parágrafo único, V, do EPD. Vide comentário à letra C. A

alternativa B está **incorreta**, nos termos do art. 37, parágrafo único, II, do EPD. Vide comentário à letra C.

**Gabarito: C**

## MATEMÁTICA

71. A tabela apresentada a seguir, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresenta o peso mensal da variação dos grupos de produtos e serviços no índice geral do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), do mês de janeiro de 2023, com exceção do grupo Educação.

Grupos de produtos e serviços	Peso mensal no índice geral (%)
Alimentação e bebidas	21,86
Habitação	15,26
Artigos de residência	3,95
Vestuário	4,84
Transportes	20,44
Saúde e cuidados pessoais	13,05
Despesas pessoais	10,07
Educação	<input type="text"/>
Comunicação	4,88

(IBGE. Adaptado)

Sabendo-se que todos os grupos de produtos e serviços que são considerados para o cálculo da variação do referido índice constam na tabela, o peso mensal do grupo Educação, no IPCA de janeiro de 2023, foi de:

- A) 5,65%
- B) 4,75%
- C) 6,65%
- D) 4,65%
- E) 5,75%

## Comentário:

---

Para encontrar o peso mensal do grupo Educação no índice geral do IPCA de janeiro de 2023, precisamos somar os pesos mensais dos outros grupos e subtrair esse total de 100%. A tabela já nos dá os pesos mensais dos outros grupos. Vamos calcular:

Somando esses valores:

$$21,86 + 15,26 + 3,95 + 4,84 + 20,44 + 13,05 + 10,07 + 4,88 = 94,35\%$$

Agora, subtraímos esse total de 100% para encontrar o peso mensal do grupo Educação:

$$100\% - 94,35\% = 5,65\%$$

Portanto, o peso mensal do grupo Educação no IPCA de janeiro de 2023 foi de 5,65%.

### Gabarito: A

**72. Em reportagem publicada na internet no final de fevereiro de 2023, uma agência de notícias informou que a receita com as vendas de smartphones no varejo mundial, em 2022, foi de US\$ 330 bilhões, cerca de 10% menor, quando comparada à receita de 2021. Isso significa que, das alternativas a seguir, aquela que contém o valor que mais se aproxima da receita com a venda de smartphones no varejo mundial, em 2021, é:**

- A) US\$ 363 bilhões.
- B) US\$ 359 bilhões.
- C) US\$ 367 bilhões.
- D) US\$ 351 bilhões.
- E) US\$ 355 bilhões.

## Comentário:

---

Para determinar a receita com a venda de smartphones no varejo mundial em 2021, sabendo que a receita em 2022 foi de US\$ 330 bilhões e que essa receita foi cerca de 10% menor que a de 2021, podemos concluir que, se a receita em 2022 foi 10% menor que a de 2021, isso significa que a receita de 2022 é 90% da receita de 2021.

Denotando a receita de 2021 por  $R_{21}$ , temos a relação:

$$330 \text{ bilhões} = 0,9R_{21}$$

$$R_{21} = \frac{330}{0,9}$$

$$R_{21} = 366,67 \text{ bilhões}$$

### Gabarito: C

73. Em uma pesquisa realizada em 2019, com 200 pessoas, identificou-se que a razão entre o número de pessoas que não tinham filho ou filha e o número de pessoas que tinham filho(s) ou filha(s) era  $6/19$ . No ano passado, as mesmas pessoas participaram de outra pesquisa, ocasião em que foi identificado que o número de pessoas que não tinham filho ou filha havia diminuído em 12 unidades. Na pesquisa realizada no passado, a razão entre os números das pessoas que não tinham filho ou filha e das pessoas que tinham filho(s) ou filha(s) foi:

- A)  $3/10$ .
- B)  $9/41$ .
- C)  $9/38$ .
- D)  $3/7$ .
- E)  $12/41$ .

### Comentário:

Para resolver essa questão, primeiramente devemos identificar a razão inicial e do total de pessoas. A razão entre pessoas que não tinham filhos e pessoas que tinham filhos em 2019 era  $\frac{6}{19}$  e o total de pessoas envolvidas na pesquisa era 200.

Denotamos por  $A$  o número de pessoas sem filhos e por  $B$  o número de pessoas com filhos. Assim, podemos escrever que:

$$\frac{A}{B} = \frac{6}{19}$$

$$A + B = 200$$

Da primeira equação temos que:

$$\frac{A}{B} = \frac{6}{19}$$

$$A = \frac{6B}{19}$$

Substituímos  $A$  na equação do total:

$$\frac{6B}{19} + B = 200$$

$$\frac{25B}{19} = 200$$

$$B = 152$$

Com  $B$  encontrado, calculamos  $A$ :

$$A + B = 200$$

$$A = 48$$

No ano passado, o número de pessoas sem filhos diminuiu em 12, e essas pessoas passaram a ter filhos. Portanto, o novo número de pessoas sem filhos e com filhos será:

$$A' = 48 - 12 = 36$$

$$B' = 152 + 12 = 164$$

A nova razão entre pessoas sem filhos e pessoas com filho será de:

$$\frac{A'}{B'} = \frac{36}{164}$$

Simplificando a fração por 4, obtemos:

$$\frac{A'}{B'} = \frac{9}{41}$$

### Gabarito: B

74. Para a realização de um serviço, foram feitos três orçamentos. O que se sabe sobre esses orçamentos é que: a média aritmética simples dos seus valores é igual a R\$ 29.500,00; o maior deles ficou R\$ 1.200,00 mais alto que o valor do orçamento não menor; e o menor deles ficou R\$ 2.250,00 mais baixo que o valor do maior orçamento. O valor do menor orçamento foi de

- A) R\$ 29.450,00.
- B) R\$ 29.850,00.
- C) R\$ 28.500,00.
- D) R\$ 28.300,00.
- E) R\$ 28.400,00.

### Comentário:

Para resolver essa questão, vamos definir os três orçamentos como A, B e C, em que  $A \leq B \leq C$ . Sabemos que:

A média aritmética simples dos valores é R\$29.500,00:

$$A + B + C = 29.500$$

3

$$A + B + C = 88.500$$

O maior orçamento é R\$1.200,00 mais alto que o valor do orçamento não menor (B):

$$C = B + 1.200$$

O menor orçamento é R\$2.250,00 mais baixo que o valor do maior orçamento:

$$A = C - 2.250$$

Para deixarmos as equações em função de B, substituímos o valor de C na última equação:

$$C = B + 1.200$$

$$A = C - 2.250$$

$$A = B + 1.200 - 2.250$$

$$A = B - 1.050$$

Substituindo os valores de A e C na equação  $A+B+C=88.500$ , temos que:

$$A + B + C = 88.500$$

$$B - 1.050 + B + B + 1.200 = 88.500$$

$$3B + 150 = 88.500$$

$$3B = 88.350$$

$$B = R\$29.450,00$$

Agora encontramos o valor de A e C:

$$A = B - 1.050$$

$$A = 29.450 - 1.050$$

$$A = R\$28.400,00$$

$$C = B + 1.200$$

$$C = 29.450 + 1.200$$

$$C = R\$30.650,00$$

Portanto, o valor do menor orçamento é R\$28.400,00.

**Gabarito: E**

75. Em uma casa de venda no varejo e no atacado, se um cliente comprar quantidades  $80 < q \leq 150$  de cada produto A ou B, ele tem R\$ 10,00 de desconto em cada unidade do produto A e R\$ 15,00 de desconto em cada unidade do produto B. Se o cliente comprar quantidades  $q > 150$ , de cada produto, ele tem descontos unitários de R\$ 15,00 no produto A e de R\$ 20,00 no produto B. Sabendo que Fulano comprou 100 unidades de A e 50 unidades de B, pagando o valor total de R\$ 11.500,00, e que Beltrano comprou 200 unidades de A e 300 unidades de B, pagando o total de R\$ 34.000,00, quem comprar apenas uma unidade de cada produto pagará, nessa compra, o total de

- A) R\$ 155,00.
- B) R\$ 150,00.
- C) R\$ 165,00.
- D) R\$ 170,00.
- E) R\$ 160,00.

## Comentário:

Vamos resolver essa questão em partes. Primeiro, vamos identificar o preço original de cada unidade dos produtos A e B.

- **Compras de Fulano**

Fulano comprou:

- 100 unidades de A, com um desconto de R\$10,00 por unidade, pois  $80 < q \leq 150$ .
- 50 unidades de B, sem desconto, pois  $q \leq 80$ .

Fulano pagou no total R\$11.500,00.

Vamos denotar:

- $P_A$  = preço original do produto A
- $P_B$  = preço original do produto B

O valor pago por Fulano pode ser descrito como:

$$100 \times (P_A - 10) + 50 \times P_B = 11.500$$

$$100P_A - 1000 + 50P_B = 11.500$$

$$100P_A + 50P_B = 12.500$$

- **Compras de Beltrano**

Beltrano comprou:

- 200 unidades de A, com um desconto de R\$15,00 por unidade, pois  $q > 150$ .

- 300 unidades de B, com um desconto de R\$15,00 por unidade, pois  $q > 150$ .

Fulano pagou no total R\$34.000,00. O valor pago por Fulano pode ser descrito como:

$$200 \times (P_A - 15) + 300 \times (P_B - 20) = 34.000$$

$$200P_A - 3000 + 300P_B - 6000 = 34.000$$

$$200P_A + 300P_B = 43.000$$

- **Resolvendo o Sistema de Equações**

Temos o sistema de equações:

$$100P_A + 50P_B = 12.500$$

$$200P_A + 300P_B = 43.000$$

Dividindo a segunda equação por 2, obtemos:

$$100P_A + 50P_B = 12.500$$

$$100P_A + 150P_B = 21.500$$

Agora, subtraímos a primeira equação da nova equação:

$$(100P_A + 50P_B) - (100P_A + 150P_B) = 12.500 - 21.500$$

$$-100P_B = -9000$$

$$P_B = R\$90,00$$

Substituindo o valor de  $P_B$  na primeira equação:

$$100P_A + 50P_B = 12.500$$

$$100P_A + 50 \times 90 = 12.500$$

$$100P_A + 4.500 = 12.500$$

$$100P_A = 8.000$$

$$P_A = R\$80,00$$

Calculando quanto ficaria o preço total de uma unidade de cada produto sem desconto:

$$\text{Preço total} = 80 + 90 = R\$170,00$$

**Gabarito: D**

76. O logotipo de uma repartição pública tem o formato de triângulo retângulo e, para efeito de ampliação ou redução, sabe-se que o maior lado desse logotipo mede  $\frac{17}{8}$  da medida do menor lado. Em uma propaganda, esse logotipo foi impresso com o menor lado medindo 4 cm e, portanto, a área ocupada, somente com a impressão desse logotipo, em  $\text{cm}^2$ , foi de

- A) 23.
- B) 19.
- C) 30.
- D) 26.
- E) 15.

### Comentário:

---

Para resolver essa questão, precisamos determinar a área do triângulo retângulo dado, sabendo a relação entre os lados e a medida do menor lado.

Primeiro, definimos:

$a$  como o menor lado do triângulo

$c$  como a hipotenusa do triângulo

Sabemos que a hipotenusa é  $\frac{17}{8}$  vezes o menor lado:

$$c = \frac{17a}{8}$$

Na propaganda, o menor lado foi impresso com 4 cm:

$$a = 4 \text{ cm}$$

Portanto:

$$c = \frac{17 \times 4}{8}$$

$$c = 8,5 \text{ cm}$$

Para encontrar o terceiro lado (o cateto maior  $b$ ), usamos o Teorema de Pitágoras:

$$c^2 = a^2 + b^2$$

$$8,5^2 = 4^2 + b^2$$

$$72,25 = 16 + b^2$$

$$b^2 = 56,25$$

$$b = 7,5 \text{ cm}$$

Agora, calculamos a área do triângulo:

$$A = \frac{1}{2} \text{base} \times \text{altura}$$

$$A = \frac{1}{2} 4 \times 7,5$$

$$A = 15 \text{ cm}^2$$

**Gabarito: E**

## INFORMÁTICA

77. Para se utilizar várias Áreas de Trabalho em um computador com o sistema operacional Windows 10, em sua configuração padrão, alguns passos devem ser seguidos. Para se criar uma nova Área de Trabalho, esses passos são:

- A) 1 – No menu inferior do Windows 10, selecionar com o teclado ou com o *mouse* “Visão de Tarefas”; 2 – A aba da Área de Trabalho atual será aberta, e no canto superior esquerdo, clicar em “Nova área de trabalho”.
- B) 1 – No menu inferior do Windows 10, selecionar com o teclado ou com o *mouse* “Visão de Tarefas”; 2 – Uma janela de nome Área de Trabalho será aberta com as opções: “Criar”, “Deletar” e “Suspender”, devendo ser selecionada a opção “Criar”.
- C) 1 – No menu inferior do Windows 10, selecionar com o teclado ou com o *mouse* Área de Trabalho; 2 – Uma janela será aberta com diversas opções, devendo ser selecionada a opção “Criar nova área de trabalho”.
- D) 1 – No Painel de Controle do Windows 10, selecionar com o teclado ou com o *mouse* “Área de Trabalho”; 2 – Uma janela será aberta com as opções, devendo-se selecionar “Nova área de trabalho”.
- E) 1 – No menu Iniciar do Windows 10, selecionar com o teclado ou com o *mouse* “Área de Trabalho”; 2 – Uma janela de nome Área de Trabalho será aberta com as opções: “Criar” e “Deletar”, devendo ser selecionada a opção “Criar”.

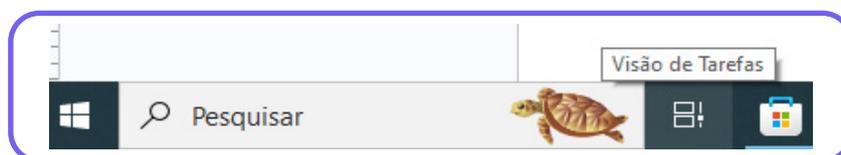
### Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre

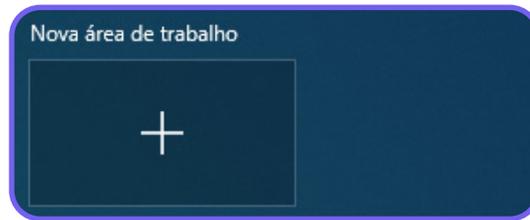
a. **CERTO**. O caminho que permite criar uma nova área de trabalho é:

1 – No menu inferior do Windows 10, selecionar com o teclado ou com o mouse “Visão de Tarefas”.

O menu inferior é a barra de tarefas. Nele, é possível vermos a “Visão de Tarefas”.



2 – A aba da Área de Trabalho atual será aberta, e no canto superior esquerdo, clicar em “Nova área de trabalho”.



O gabarito é, portanto, a letra A. Vejamos os erros das demais:

- b. **ERRADO**. É aberta a própria área de trabalho atual. Ademais, não há as opções “Criar”, “Deletar” e “Suspender”, mas sim a opção “Nova área de trabalho”.
- c. **ERRADO**. Seleciona-se “Visão de Tarefas” e, posteriormente, “Nova área de trabalho”.
- d. **ERRADO**. No painel de controle, não há a opção área de trabalho. Opção equivocada.
- e. **ERRADO**. A opção “Visão de tarefas” não está no menu Iniciar, mas no menu inferior (barra de tarefas). Além disso, idem ao item B.

### Gabarito: A

**78. Um usuário de um computador com o sistema operacional Windows 10, em sua configuração padrão, selecionou: botão Iniciar > Configurações > Sistema > Área de Transferência. Algumas opções são exibidas e podem ser ativadas ou desativadas, dentre elas:**

- A) o salvamento diário, em um arquivo enviado por e-mail ao usuário, de todo o conteúdo da Área de Transferência.
- B) a edição de mensagens (e-mails) a serem enviadas, e que ficam na Área de Transferência até que a conexão com a Internet seja estabelecida.
- C) o emprego de senha para utilizar a Área de Transferência.
- D) a criptografia do conteúdo da Área de Transferência.
- E) que o histórico da Área de Transferência seja salvo para que itens nela presentes possam ser utilizados em outro momento.

### Comentário:

(a) **ERRADO**. O Windows 10 não possui uma opção para salvar automaticamente o conteúdo da Área de Transferência em um arquivo enviado por e-mail.

- (b) **ERRADO**. O Windows 10 não oferece a funcionalidade de editar mensagens (e-mails) na Área de Transferência enquanto aguarda a conexão com a internet.
- (c) **ERRADO**. O Windows 10 não possui uma opção para proteger a Área de Transferência com uma senha.
- (d) **ERRADO**. O Windows 10 não oferece a funcionalidade de criptografar o conteúdo da Área de Transferência.
- (e) **CERTO**. O Windows 10 permite que o histórico da Área de Transferência seja salvo, permitindo que os itens presentes nela possam ser utilizados em outro momento.

**Gabarito: E**

**79. No MS-Word presente no Microsoft-365 (tendo como referência a versão 2016), considere o seguinte parágrafo, existente em um documento em edição.**

**A Ilha de Marajó é a maior ilha costeira do Brasil, sendo banhada, ao mesmo tempo, por águas fluviais e por águas oceânicas.**

**Suponha que o usuário do aplicativo posicionou o cursor de edição (por meio do ponteiro do *mouse* ou do teclado) exatamente no meio da palavra "Brasil", entre as letras "a" e "s". A seguir, selecionou o estilo de fonte itálico. Como consequência, a palavra "Brasil" será apresentada da seguinte forma:**

- A) Brasil.
- B) Brasil.
- C) *Brasil*.
- D) *Brasil*.
- E) *Brasil*.

## Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre Pacote Office.

No MS-Word, ao selecionar uma parte de uma palavra e aplicar um estilo de fonte, a formatação será aplicada a toda a palavra, não apenas à parte selecionada.

Logo, ao selecionar o estilo de fonte itálico no meio da palavra "Brasil", a palavra completa será apresentada em itálico, ou seja, "Brasil" será exibido como "*Brasil*". Todas as letras da palavra estarão em itálico!

**Gabarito: C**

80. No MS-Word, presente no Microsoft-365 (tendo como referência a versão 2016), é possível inserir objetos, como um SmartArt, em um documento em edição. São exemplos de grupos de SmartArts presentes no MS-Word:

- A) Processo e Hierarquia.
- B) Lista e Tabela.
- C) Imagem e Som.
- D) Matriz e Vetor.
- E) Relação e Conjunto.

## Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre Pacote Office.

a. **CERTO**. Os grupos possíveis são os seguintes: Lista, Processo, Ciclo, Hierarquia, Relação, Matriz, Pirâmide e Imagem, conforme a Microsoft:<sup>1</sup>



<sup>1</sup> Saiba mais sobre os elementos Gráficos SmartArt. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/saiba-mais-sobre-os-elementos-gr%C3%A1ficos-smartart-6ea4fdb0-aa40-4fa9-9348-662d8af6ca2c>.

Assim, o gabarito está perfeitamente descrito na letra A. Vejamos as demais alternativas:

- b. **ERRADO**. Tabela não está presente na figura acima.
- c. **ERRADO**. Som não está presente na figura acima.
- d. **ERRADO**. Vetor não está presente na figura acima.
- e. **ERRADO**. Conjunto não está presente na figura acima.

**Gabarito: A**

81. Considere a seguinte planilha editada no MS-Excel, presente no Microsoft-365 (tendo como referência a versão 2016).

	A	B	C
1	12	2	6
2	8	2	1
3	7	0	3
4	6	4	5

Caso na célula A5 seja inserida a fórmula  $SE(E((A1>A2);(B1>B2));C1+C2;C3+C4)$ , o resultado produzido nessa célula será:

- A) 15.
- B) 8.
- C) 7.
- D) 10.
- E) 12.

## Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre Pacote Office.

Primeiramente, avaliamos as condições dentro da função E():

- $(A1 > A2)$ : Comparamos o valor em A1 (12) com o valor em A2 (8). Como 12 é maior que 8, essa condição é verdadeira (Verdadeiro).
- $(B1 > B2)$ : Comparamos o valor em B1 (2) com o valor em B2 (2). Como são iguais, essa condição é falsa (Falso).

Em seguida, avaliamos a função E(): Como uma das condições é falsa, a função E() retorna Falso.

Agora, utilizamos a função SE(), que possui três argumentos:

- O primeiro argumento é o resultado da função E(), que é Falso.
- O segundo argumento é  $C1 + C2$ , ou seja, a soma dos valores em C1 (6) e C2 (1), que resulta em 7.
- O terceiro argumento é  $C3 + C4$ , ou seja, a soma dos valores em C3 (3) e C4 (5), que resulta em 8.

Como o resultado da função E() é Falso, a fórmula retorna o terceiro argumento, ou seja,  $C3 + C4$ , que é igual a 8. Logo, o resultado produzido na célula A5 será:  $A5 = 8$ .

### Gabarito: B

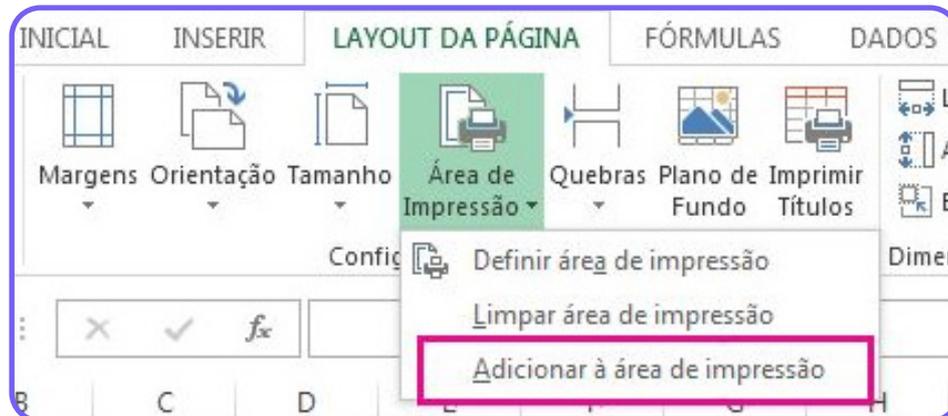
**82. No MS-Excel, presente no Microsoft-365 (tendo como referência a versão 2016), por meio da guia Layout da Página, tem-se o botão Área de Impressão, que permite, diretamente por meio dele, duas ações:**

- A) Definir área de impressão; Limpar área de impressão.
- B) Impressão para arquivo; Impressão em rede.
- C) Preencher área de impressão; Completar área de impressão.
- D) Impressão completa; Impressão personalizada.
- E) Impressão colorida; Impressão em preto e branco.

## Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre Pacote Office.

Vejamos como a Microsoft trata do assunto: <sup>2</sup>



Assim, o gabarito é a letra A.

### Gabarito: A

**83. Um usuário de um computador enviou um e-mail utilizando um programa típico para essa finalidade, como o Gmail. Esse e-mail continha um arquivo anexado de nome texto.pdf, e os destinatários foram: Cc: A@empresax.com, e Cco: B@empresax.com e C@empresax.com. Sobre esse envio, tem-se que:**

- A) A mensagem e o texto.pdf foram entregues a A@empresax.com, B@empresax.com e C@empresax.com. B@empresax.com sabe que A@empresax.com e C@empresax.com receberam a mensagem e o texto.pdf.
- B) A mensagem foi entregue a A@empresax.com. B@empresax.com e C@empresax.com receberam o texto.pdf, mas não receberam a mensagem.
- C) A mensagem e o texto.pdf foram entregues a A@empresax.com, B@empresax.com e C@empresax.com. A@empresax.com não sabe que a mensagem e o texto.pdf também foram entregues a B@empresax.com e C@empresax.com.
- D) A mensagem não foi enviada, pois a opção Cco: permite a especificação de um único destinatário. Uma mensagem de erro foi exibida.
- E) A mensagem foi entregue a A@empresax.com, B@empresax.com e C@empresax.com. O texto.pdf foi entregue exclusivamente a [A@empresax.com](mailto:A@empresax.com).

<sup>2</sup> Definir ou limpar a área de impressão em uma planilha. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/definir-ou-limpar-a-%C3%A1rea-de-impress%C3%A3o-em-uma-planilha-27048af8-a321-416d-ba1b-e99ae2182a7e>.

## Comentário:

---

Trata-se de questão que versa sobre Correio Eletrônico.

- (a) **ERRADO**. O destinatário B@empresax.com não tem conhecimento se os outros destinatários receberam a mensagem e o anexo.
- (b) **ERRADO**. Se o texto.pdf foi enviado como anexo, é esperado que todos os destinatários recebam tanto a mensagem quanto o anexo.
- (c) **CERTO**. A mensagem e o anexo foram entregues a todos, mas o destinatário A@empresax.com não tem conhecimento de que os outros destinatários também receberam a mensagem e o anexo.
- (d) **ERRADO**. A opção Cco (Cópia Oculta) permite especificar vários destinatários separados por vírgula, portanto, não haveria erro nesse caso.
- (e) **ERRADO**. Se o texto.pdf foi anexado ao e-mail, é esperado que todos os destinatários recebam tanto a mensagem quanto o anexo.

### Gabarito: C

**84. A chefia de uma empresa enviou um e-mail, especificando na opção Cc: os funcionários que deveriam recebê-la. A empresa e seus funcionários utilizam um programa típico para essa finalidade, como o Gmail. Um funcionário deseja responder esse e-mail, e existem diversas opções que o programa de e-mail permite selecionar, como a opção:**

- A)** Responder Cco:, que envia a resposta a todos os destinatários ocultos que receberam a mensagem e a quem a enviou.
- B)** Encaminhar, que envia a resposta automaticamente a quem enviou a mensagem e a todos que a receberam também.
- C)** Responder a todos, que envia a resposta a todos que receberam a mensagem, exceto a quem a enviou.
- D)** Responder, que envia a resposta exclusivamente a quem enviou a mensagem.
- E)** Responder Cc:, que envia a resposta a todos que receberam a mensagem e a quem a enviou.

## Comentário:

---

Trata-se de questão que versa sobre Webmails.

- (a) **ERRADO**, não existe a opção "Responder Cco:".
- (b) **ERRADO**, essa opção não envia a resposta a quem enviou a mensagem e a todos que a receberam – ela encaminha a mensagem para outros destinatários.
- (c) **ERRADO**, idem ao item A.
- (d) **CERTO**. Perfeito. A opção "Responder" permite enviar a mensagem para o autor da primeira mensagem, ficando o campo "Para" automaticamente preenchido.
- (e) **ERRADO**, não existe a opção "Responder Cc:".

### Gabarito: D

#### 85. Assinale a alternativa correta relacionada a URL (*Uniform Resource Locator*).

- A) O Esquema refere-se a um protocolo de rede, e corresponde ao primeiro grupo de caracteres de uma URL, que ficam antes do ":".
- B) A *Query String* é uma parte obrigatória da URL, e que corresponde a um conjunto de perguntas e respostas que permitem encontrar os assuntos pesquisados por um usuário na Internet.
- C) O Caminho especifica o local no qual se encontra o protocolo que se vai executar.
- D) O Fragmento é uma parte obrigatória da URL, que especifica o caminho para um recurso.
- E) O Domínio de uma URL é o protocolo que se está considerando em um dado momento, como FTP e HTTP.

## Comentário:

---

Trata-se de questão que versa sobre internet.

- a. **CERTO**. De fato, em termos de estrutura, um URL consiste em um protocolo de comunicação de rede que conecta servidores da web com os navegadores por meio de elementos HTTP ou HTTPS. Fica antes do "://".
- b. **ERRADO**. Uma *query string* é um componente essencial de uma URL, permitindo a transferência de parâmetros para uma página web. Ela proporciona flexibilidade, capacidade de rastreamento, compartilhamento de dados e otimização para motores de busca. Quando a *query string* é otimizada, pode-se aumentar a visibilidade e a posição nos resultados de pesquisa.

Em resumo, a *query string* compreende parâmetros e filtros que facilitam a busca, vale dizer, permite filtros mais dinâmicos. Assim, o item está errado, porque não tem nada a ver com perguntas e respostas.

c. **ERRADO**. Não! O caminho não especifica o local de execução do protocolo, o qual vem no começo da URL, como vimos na letra A. Na verdade, o caminho é a parte que identifica a localização do recurso no servidor, vindo logo após o nome do domínio.

Exemplo:

`https://www.estrategiaconcursos.com/produtos/ebkTJSP`

`https://` é o protocolo.

`www.estrategiaconcursos.com` é o nome do domínio.

`/produtos/ebkTJSP` é o caminho.

d. **ERRADO**. O Fragmento vem após o símbolo (#) e é utilizado para identificar uma seção específica ou um ponto dentro do recurso carregado, permitindo que os navegadores rolem automaticamente para essa seção quando a página é carregada. Ademais, ele não é obrigatório, mas sim, opcional.

e. **ERRADO**. Como vimos anteriormente, domínio não é o protocolo. Este último especifica o método de acesso, definindo conjunto de regras e padrões que determinam como os dados são transmitidos entre o cliente e um servidor web.

Por sua vez, o domínio identifica o servidor onde determinado recurso está hospedado.

**Gabarito: A**

**86. Na Internet, é possível refinar as pesquisas. Por exemplo, no navegador Google Chrome, tem-se que, ao se digitar**

- A) **related:empresax.com.br<Enter>**, será realizada uma busca excluindo da pesquisa o *site* empresax.com.br.
- B) **maior \* do Brasil<Enter>**, será realizada uma pesquisa quando não se sabe a palavra a se colocar após maior.
- C) **velocidade do jaguar >carro<Enter>**, exclui-se da pesquisa a palavra carro.
- D) **smartphone\$5000<Enter>**, realiza-se a pesquisar de preço do produto *smartphone* com valores superiores a 5.000 reais.
- E) **site:empresax.com.br<Enter>**, será realizada uma busca em todos os *sites* que citam a empresax.com.br, exceto ela própria.

## Comentário:

---

Trata-se de questão que versa sobre Sites de Busca (Google, Bing, Yahoo etc).

- a. **ERRADO**. Essa consulta permite pesquisar sites relacionados.
- b. **CERTO**. Esse operador permite pesquisar caracteres curinga ou palavras desconhecidas, logo, essa consulta retornaria – por exemplo – “maior torcida do Brasil”, “maior cidade do Brasil”, “maior estátua do Brasil”.
- c. **ERRADO**. O operador para excluir da pesquisa uma palavra é o hífen.
- d. **ERRADO**. A consulta correta seria smartphone > \$5000.
- e. **ERRADO**. Essa consulta permite pesquisar palavras em um site específico.

### Gabarito: B

**87. A Microsoft disponibiliza duas versões do software Microsoft Teams: a versão gratuita e a versão premium, sendo correto afirmar que, considerando a atual política da Microsoft, a versão**

- A) gratuita tem limitação de até 50 mensagens no chat.
- B) premium permite a realização de reuniões de, no máximo, 6 horas.
- C) gratuita permite a realização de reuniões de até 120 minutos.
- D) premium suporta até 500 participantes em uma reunião.
- E) gratuita suporta até 100 participantes em uma reunião.

## Comentário:

---

Trata-se de questão que versa sobre Microsoft Teams.

- e. **CERTO**. A versão gratuita suporta até 100 participantes em uma reunião por até 1 hora, o que nos faz assinalar a letra E.
- a. **ERRADO**. Invenção do examinador. Não há limite para mensagens no chat.
- b. **ERRADO**. Na versão premium, a realização de reuniões é de até 30 horas.
- c. **ERRADO**. Como vimos na letra E, na versão gratuita, a duração de reuniões é de até 60 min (1 hora).
- d. **ERRADO**. Na versão premium, o limite máximo de participantes é de 300.

Um resumo das diferenças entre a versão gratuita e premium está a seguir:

Microsoft Teams (gratuito)	Microsoft 365 Personal
<b>Grátis</b>	<b>R\$ 36,00</b> /mês
<a href="#">Inscreva-se gratuitamente</a>	<a href="#">Compre agora</a>
	<a href="#">Ou compre por R\$ 359,00/ano</a>
<ul style="list-style-type: none"><li>Chamada em grupo de até 60 minutos e até 100 participantes</li><li>Chat ilimitado com amigos e família</li><li>Planejamento colaborativo com tarefas e votações</li><li>5 GB de armazenamento em nuvem</li><li>Criptografia de dados para reuniões, chats, chamadas e arquivos</li></ul>	<p>Todos os recursos oferecidos no Microsoft Teams, mais:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>Para uma pessoa</li><li>Chamada em grupo de até 30 horas e até 300 participantes</li><li>As versões premium do Word, Excel, PowerPoint para computador, Mac, para Web e celular</li><li>1 TB de armazenamento em nuvem</li><li>Email, calendário, contatos sem anúncios em um só lugar</li><li>Ferramentas criativas para escrita, design e gráficos</li><li>Suporte avançado de gramática, ortografia e edição</li><li>Suporte técnico contínuo durante a assinatura</li><li>Acesso às atualizações mais recentes e novos recursos</li><li>Legendas ao vivo de reuniões (inglês)<sup>1</sup></li><li>Benefícios adicionais</li></ul>

3

**Gabarito: E**

<sup>3</sup> <https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-teams/compare-microsoft-teams-home-options>.

**88. Em uma reunião feita por meio do software Microsoft Teams, um participante deseja compartilhar um determinado conteúdo. Para tanto, ele deve selecionar o seguinte ícone presente na barra de ferramentas da reunião:**

- A) Pessoas.
- B) Exibição.
- C) Chat.
- D) Compartilhar.
- E) Reagir.

## Comentário:

---

Trata-se de questão que versa sobre Microsoft Teams.

No Microsoft Teams, para compartilhar um determinado conteúdo durante uma reunião, o participante deve selecionar o ícone "Compartilhar" na barra de ferramentas da reunião. Esse recurso permite ao participante compartilhar sua tela, um aplicativo específico, uma janela ou um arquivo com os demais participantes da reunião.



Compartilhar conteúdo 

## Gabarito: D

**89. O agendamento de reuniões no Microsoft Teams pode ser feito de modo que se tenham reuniões agendadas de forma periódica. Assim, o Teams, além de agendamentos personalizados, tem um conjunto de períodos predeterminados, composto, dentre eles, por reuniões a serem agendadas:**

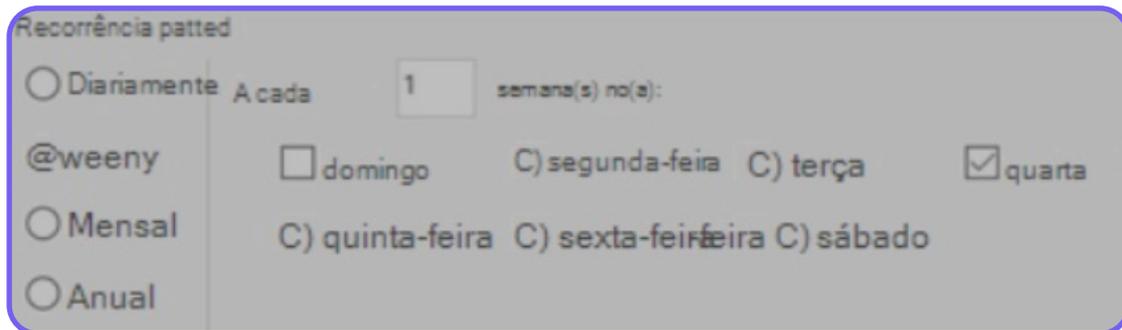
- A) De hora em hora e Anualmente.
- B) Diariamente e Semanalmente.
- C) Trimestralmente e Semanalmente.
- D) Bimestralmente e Todos os dias da semana.
- E) Um final de semana a cada mês e Diariamente.

## Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre Microsoft Teams.

- a. **ERRADO**. De hora em hora, sim. Porém, não é possível o agendamento anual.
- b. **CERTO**. Perfeito, no Teams, é possível o agendamento diário e semanal.

4



- c. **ERRADO**. Não há a opção “trimestralmente”.
- d. **ERRADO**. Não há a opção “bimestralmente”.
- e. **ERRADO**. Não há a opção “Um final de semana a cada mês”;

### Gabarito: B

**90. Com relação ao acesso ao Microsoft OneDrive, é correto afirmar que apresenta como uma de suas características o seguinte:**

- A) não permite o compartilhamento de arquivos por ele tratados.
- B) somente é acessível a partir de dispositivos móveis.
- C) necessita de conexão do tipo 5G nos dispositivos.
- D) seu acesso não poder ser feito a partir de um tablet.
- E) o acesso poder ser feito por meio de um navegador de internet.

4 <https://support.microsoft.com/pt-br/office/agendar-uma-reuni%C3%A3o-no-microsoft-teams-943507a9-8583-4c58-b5d2-8ec8265e04e5>.

## Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre *Cloud Computing* (Computação em Nuvem) - OneDrive.

- a. **ERRADO**. Oxe, estamos falando de computação em nuvem. Será mesmo que não é permitido o compartilhamento de arquivos? Claro que é, caro aluno. Não faz sentido!
- b. **ERRADO**. Desktops, então, não conseguem acessar o OneDrive? Sem lógica também, não é? Assim, qualquer dispositivo que se conecte à internet poderá acessar esse serviço em nuvem.
- c. **ERRADO**. Conexão via cabo, dados móveis inferiores ao 5G (4G, 3G...), satélite, discada, à lenha (rsrsrs) permitem a conexão ao OneDrive.
- d. **ERRADO**. Pode, sim! Vimos isso no comentário da letra B.
- e. **CERTO**. Opa, aí sim! É perfeitamente possível acessar pelo Opera, pelo Chrome, pelo Mozilla, pelo Explorer, Edge, dentre outros.

**Gabarito: E**

## RACIOCÍNIO LÓGICO

91. Nesta questão, estão sendo consideradas quatro modalidades esportivas: A, B, C e D. É sabido que:

- Todo praticante de B é praticante de A.
- Alguns praticantes de C são praticantes de B.
- Alguns praticantes de A são praticantes de D.

A partir dessas informações, é necessariamente verdade que

- A) não existe quem pratique apenas B e C.
- B) alguns praticantes de B são praticantes de D.
- C) não há praticante de B que seja praticante de D.
- D) qualquer praticante de A que seja praticante de C é também praticante de B.
- E) todo praticante de C é praticante de D.

## Comentário:

---

Vamos analisar cada alternativa:

O conjunto B está dentro do conjunto A.

O conjunto C passa por B e A, já que alguns praticantes de C são praticantes de B. Porém, dentro do conjunto C, pode-se ou não possuir elementos somente do conjunto A, não sendo possível afirmar isso com certeza.

O conjunto D passa por A, mas ele pode ou não passar por B ou C, então não há como afirmar isso.

Analisando as alternativas:

A) Não existe quem pratique apenas B e C.

Certa, pois todo B é A, logo a intersecção entre B e C necessariamente tem A. Assim, não pode haver alguém que pratique apenas B e C sem também praticar A.

B) Alguns praticantes de B são praticantes de D.

**Errada**, pois a questão só nos confirma que algum D é A, e A pode ou não ter B. Portanto, não temos certeza se algum praticante de B também é praticante de D, logo, a alternativa está errada.

C) Não há praticante de B que seja praticante de D.

**Errada**, pois novamente não podemos afirmar se há relação entre B e D. A questão não fornece informações suficientes para concluir que não existe praticante de B que seja praticante de D. Portanto, não há como afirmar isso com certeza.

D) Qualquer praticante de A que seja praticante de C é também praticante de B.

**Errada**, pois a questão diz que alguns praticantes de C são praticantes de B, mas é possível que haja praticantes de A que sejam praticantes de C sem serem praticantes de B. Portanto, não há como afirmar que qualquer praticante de A que seja praticante de C e também praticante de B.

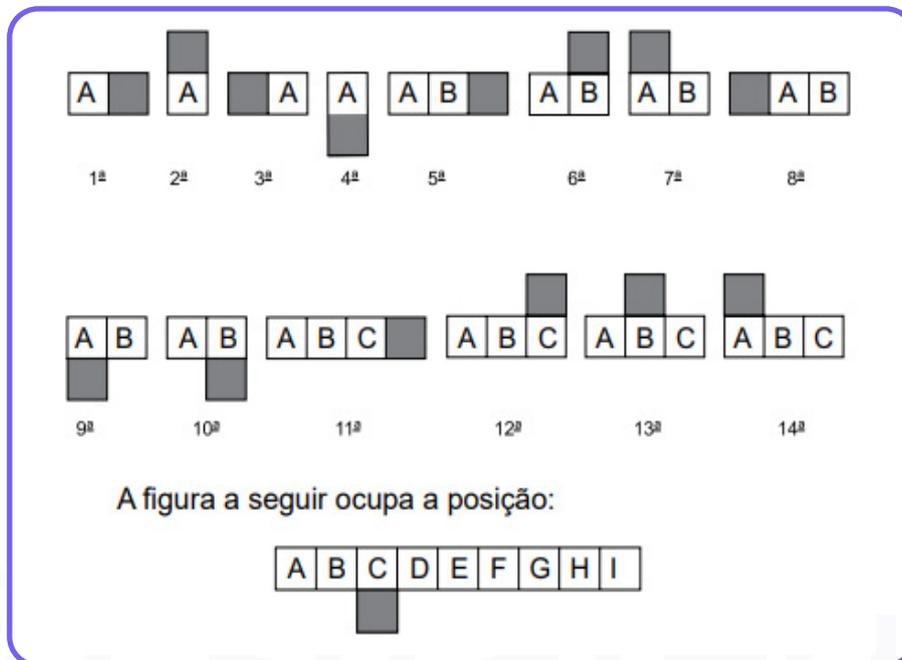
E) Todo praticante de C é praticante de D.

**Errada**, pois também não dá para afirmar que C tem relação com D. A questão não fornece informações suficientes para concluir que todos os praticantes de C são praticantes de D. Portanto, se não há como afirmar, a alternativa está errada também.

Portanto, a alternativa **correta** é a letra A: “Não existe quem pratique apenas B e C”.

**Gabarito: A**

92. Estão, a seguir, as 14 primeiras figuras de uma sequência figural ilimitada, criada com um padrão lógico.



- A) 100ª.
- B) 103ª.
- C) 102ª.
- D) 99ª.
- E) 101ª.

### Comentário:

Perceba que o quadrado cinza ocupa todas as posições possíveis ao redor das letras, movendo-se em um padrão que emula os ponteiros de um relógio. Inicialmente, com a presença da letra A, o quadrado percorre quatro posições: começa ao lado direito de A (posição 1), move-se para cima de A (posição 2), para o lado esquerdo de A (posição 3) e finalmente para baixo de A (posição 4). Após completar um ciclo ao redor de A, a letra B é adicionada, e o padrão se repete, aumentando o número de posições que o quadrado pode ocupar.

A cada nova letra adicionada, o quadrado ganha mais duas posições para se movimentar, aumentando o total de posições possíveis, conforme segue:

- Com uma letra (A), temos 4 posições.

- Com duas letras (AB), são 6 posições.
- Com três letras (ABC), aumenta para 8 posições.
- Com quatro letras (ABCD), são 10 posições, e assim sucessivamente.

A sequência continua até que todas as letras de A até I sejam incluídas:

$$A = 4$$

$$AB = 6$$

$$ABC = 8$$

$$ABCD = 10$$

$$ABCDE = 12$$

$$ABCDEF = 14$$

$$ABCDEFG = 16$$

$$ABCDEFGH = 18$$

$$ABCDEFGHI = 20$$

Somando todas essas posições, chegamos a um total de 108 movimentos. No entanto, o quadrado cinza está localizado seis posições antes do fim dessa sequência, abaixo da letra C, o que indica que estamos na posição 102. Esse movimento sistemático do quadrado cinza ao redor de cada letra, no sentido anti-horário, é crucial para entender como cada posição é contabilizada e como o padrão evolui ao longo da sequência. Isso nos ajuda a determinar a localização precisa do quadrado em qualquer etapa da sequência.

### Gabarito: C

**93. Alguns homens, familiares entre si, estão em uma sala e verificam que, entre eles, 1 é bisavô, 2 são avôs, 6 são pais, 6 são netos e 2 são bisnetos. O bisavô desses 2 bisnetos está na sala. Cada um dos 6 netos olha pela sala e pode ver o seu avô. Cada um dos 6 pais olha pela sala e pode ver o seu pai, exceto o bisavô que olha, e seu pai não está sala.**

**O menor número possível de pessoas que podem estar nessa sala é igual a**

- A) 17.
- B) 10.
- C) 11.
- D) 8.
- E) 9.

## Comentário:

---

Para determinar o menor número possível de pessoas na sala, consideramos a hierarquia familiar e o relacionamento entre bisavôs, avôs, pais, netos e bisnetos. Vamos seguir uma lógica para minimizar a quantidade de pessoas, considerando a sobreposição de papéis:

1. Bisavô (1 pessoa): ele também deve ser considerado como avô e pai de outros na sala.
2. Avôs (2 pessoas no total): incluindo o bisavô, precisamos apenas de mais um indivíduo que seja tanto avô quanto pai.
3. Pais (6 pessoas no total): com o bisavô e o segundo avô já sendo pais, precisamos de mais 4 pais. Podemos usar alguns dos netos como pais para minimizar o número de pessoas adicionais.
4. Netos (6 pessoas): alguns desses netos podem ser pais e também bisnetos.
5. Bisnetos (2 pessoas): esses estão contados entre os netos, mas também devem ser descendentes de pelo menos um dos avôs.

Agora, distribuindo os papéis para minimizar o número de pessoas:

- 1 bisavô, que também é um dos avôs e um dos pais.
- 1 avô adicional, que também é pai.
- 4 pais adicionais, que podem incluir alguns dos netos para cobrir tanto os papéis de pais quanto de netos.
- 4 netos, considerando que 2 dos pais adicionais também são netos, totalizando os 6 netos necessários.
- 2 bisnetos, que já estão contados entre os netos.

Assim, o número mínimo de pessoas presentes na sala, evitando duplicação de indivíduos e mantendo as relações familiares necessárias, é:

- 1 (bisavô/avô/pai)
- 1 (avô/pai)
- 4 (outros pais, alguns dos quais são netos)
- 2 (outros netos)
- 2 (bisnetos, que também são netos)

Totalizando 10 pessoas.

**Gabarito: B**

94. A sequência a seguir foi criada com um padrão lógico:

1, 3, 9, 13, 25, 31, 49, 57, ...

Nessa sequência, a diferença entre o menor termo maior que 1000 e o maior termo menor que 1000 é

- A) 119.
- B) 108.
- C) 87.
- D) 96.
- E) 128.

## Comentário:

Para resolver essa questão, precisamos analisar a sequência numérica apresentada: 1, 3, 9, 13, 25, 31, 49, 57, ... e identificar um padrão lógico.

Observando a sequência, percebemos que ela é formada por números ímpares consecutivos intercalados com quadrados perfeitos. Vamos detalhar essa observação:

1. O primeiro número é 1, que é tanto um número ímpar quanto um quadrado perfeito.
2. O segundo número é 3, que é o próximo número ímpar.
3. O terceiro número é 9, que é o próximo quadrado perfeito.
4. O quarto número é 13, que é o próximo número ímpar após 9.
5. O quinto número é 25, que é o próximo quadrado perfeito após 9 (ou seja,  $5^2$ ).
6. O sexto número é 31, que é o próximo número ímpar após 25.

Seguindo esse padrão, podemos prever os próximos termos da sequência e identificar os termos menores e maiores que 1000. Para encontrar a diferença entre o menor termo maior que 1000 e o maior termo menor que 1000, realizamos os seguintes cálculos:

1. O maior quadrado perfeito menor que 1000 é 961 (que é  $31^2$ ).
2. O menor número ímpar maior que 1000 é 1057 (que é o 33º número ímpar, pois  $33^2$  é 1089, o próximo quadrado perfeito).

Assim, a diferença entre o menor termo maior que 1000 e o maior termo menor que 1000 é:

$$1057 - 961 = 96$$

Portanto, a resposta **correta** é a opção D, que é 96.

**Gabarito: D**

95. Um pouco antes de entrarem para prestar a prova de um concurso, 5 pessoas fizeram afirmações que soaram um tanto parecidas.

Letícia afirmou: "Se o concurso é longo e é difícil, então os candidatos estudam".

Pedro afirmou: "Se os candidatos estudam, então o concurso é longo e é difícil".

Mércia afirmou: "Se os candidatos não estudam, então o concurso não é longo e não é difícil".

Célia afirmou: "Se o concurso não é longo ou não é difícil, então os candidatos não estudam".

Rodrigo afirmou: "Se o concurso é longo ou é difícil, então os candidatos não estudam".

Duas dessas pessoas disseram afirmações logicamente equivalentes entre si. Essa dupla de pessoas é

- A) Letícia e Rodrigo.
- B) Rodrigo e Mércia.
- C) Célia e Mércia.
- D) Pedro e Mércia.
- E) Pedro e Célia.

## Comentário:

Para resolver essa questão, precisamos analisar as afirmações de cada pessoa e identificar quais são logicamente equivalentes. Vamos revisar cada uma das afirmações e determinar suas formas lógicas:

A condicional possui duas importantes equivalências que devem ser memorizadas:

$$\textit{Contrapositiva: } A \rightarrow B \Leftrightarrow \sim B \rightarrow \sim A$$

$$A \rightarrow B \Leftrightarrow \sim A \vee B$$

Além disso, não podemos esquecer das Leis de De Morgan:

$$\sim(A \wedge B) = \sim A \vee \sim B$$

$$\sim(A \vee B) = \sim A \wedge \sim B$$

Letícia: "Se o concurso é longo e é difícil, então os candidatos estudam".

$$(L \wedge D) \rightarrow E$$

$$\textit{Equivalências: } (L \wedge D) \rightarrow E \Leftrightarrow \sim E \rightarrow (\sim L \vee \sim D) \Leftrightarrow (\sim L \vee \sim D) \vee E$$

Pedro: "Se os candidatos estudam, então o concurso é longo e é difícil".

$$E \rightarrow (L \wedge D)$$

$$\text{Equivalências: } E \rightarrow (L \wedge D) \Leftrightarrow (\sim L \vee \sim D) \rightarrow \sim E \Leftrightarrow \sim E \vee (L \wedge D)$$

Mércia: "Se os candidatos não estudam, então o concurso não é longo e não é difícil".

$$\sim E \rightarrow (\sim L \wedge \sim D)$$

$$\text{Equivalências: } \sim E \rightarrow (\sim L \wedge \sim D) \Leftrightarrow (L \vee D) \rightarrow E \Leftrightarrow E \vee (\sim L \wedge \sim D)$$

Célia: "Se o concurso não é longo ou não é difícil, então os candidatos não estudam".

$$(\sim L \vee \sim D) \rightarrow \sim E$$

$$\text{Equivalências: } (\sim L \vee \sim D) \rightarrow \sim E \Leftrightarrow E \rightarrow (L \wedge D) \Leftrightarrow (L \wedge D) \vee \sim E$$

Rodrigo: "Se o concurso é longo ou é difícil, então os candidatos não estudam".

$$(L \vee D) \rightarrow \sim E$$

$$\text{Equivalências: } (L \vee D) \rightarrow \sim E \Leftrightarrow E \rightarrow (\sim L \wedge \sim D) \Leftrightarrow (\sim L \wedge \sim D) \vee \sim E$$

Analisando as afirmações logicamente equivalentes, percebemos que Pedro e Célia, ao formularem suas proposições, acabaram expressando essa equivalência lógica de formas diferentes.

Célia: "Se o concurso não é longo ou não é difícil, então os candidatos não estudam".

$$(\sim L \vee \sim D) \rightarrow \sim E$$

$$\text{Equivalências: } (\sim L \vee \sim D) \rightarrow \sim E \Leftrightarrow E \rightarrow (L \wedge D) \Leftrightarrow (L \wedge D) \vee \sim E$$

Pedro: "Se os candidatos estudam, então o concurso é longo e é difícil".

$$E \rightarrow (L \wedge D)$$

$$\text{Equivalências: } E \rightarrow (L \wedge D) \Leftrightarrow (\sim L \vee \sim D) \rightarrow \sim E \Leftrightarrow \sim E \vee (L \wedge D)$$

**Gabarito: E**

96. Seguem algumas afirmações sobre pessoas.

- I. “Se Ana é generosa, então Bernardo é gastador”. Considere essa afirmação VERDADEIRA.
- II. “Bernardo é gastador ou Claudete é gentil”. Considere essa afirmação VERDADEIRA.
- III. “Eduardo é tímido e Claudete é gentil”. Considere essa afirmação FALSA.
- IV. “Ou Gerson é ligeiro ou Eduardo é tímido”. Considere essa afirmação VERDADEIRA.
- V. “Bernardo é gastador”. Considere essa afirmação FALSA.
- VI. “Se Hugo é rico, então Ana é generosa”. Considere essa afirmação VERDADEIRA.

A partir das informações apresentadas, é logicamente verdadeiro que

- A) Claudete não é gentil.
- B) Hugo não é rico.
- C) Gerson não é ligeiro.
- D) Eduardo é tímido.
- E) Ana é generosa.

### Comentário:

Para resolver essa questão, precisamos analisar cada uma das afirmações dadas e usar a lógica para determinar a verdade de cada proposição. Também é fundamental que saibamos a tabela-verdade para cada um dos conectivos lógicos:

P	Q	$P \wedge Q$	$P \vee Q$	$P \rightarrow Q$	$P \leftrightarrow Q$	$P \oplus Q$
V	V	V	V	V	V	F
V	F	F	V	F	F	V
F	V	F	V	V	F	V
F	F	F	F	V	V	F

É fundamental ter memorizado a tabela-verdade para a resolução desse tipo de questão.

Vamos analisar uma por uma.

I. “Se Ana é generosa, então Bernardo é gastador”. (Verdadeira)

$A \rightarrow B$

II. “Bernardo é gastador ou Claudete é gentil”. (Verdadeira)

$B \vee C$

III. “Eduardo é tímido e Claudete é gentil”. (Falsa)

$E \wedge C$

IV. “Ou Gerson é ligeiro ou Eduardo é tímido”. (Verdadeira)

$G \underline{\vee} E$

V. “Bernardo é gastador”. (Falsa)

B é falso

VI. “Se Hugo é rico, então Ana é generosa”. (Verdadeira)

$H \rightarrow A$

Analisando as afirmações:

Afirmação I

Se  $A \rightarrow B$  é verdadeiro, sendo que B é falso, então A deve ser falso.

Afirmação II

Se  $B \vee C$  verdadeiro, sendo que B é falso, então C deve ser verdadeiro.

Afirmação III

Se  $E \wedge C$  é falso, sendo C verdadeiro, então E deve ser falso.

Afirmação V

B é falso

Afirmação IV

Se  $G \underline{\vee} E$  verdadeiro, sendo E falso, então G deve ser verdadeiro.

Assim, concluímos que:

Claudete é gentil (C é verdadeiro).

Bernardo não é gastador (B é falso).

Ana não é generosa (A é falso).

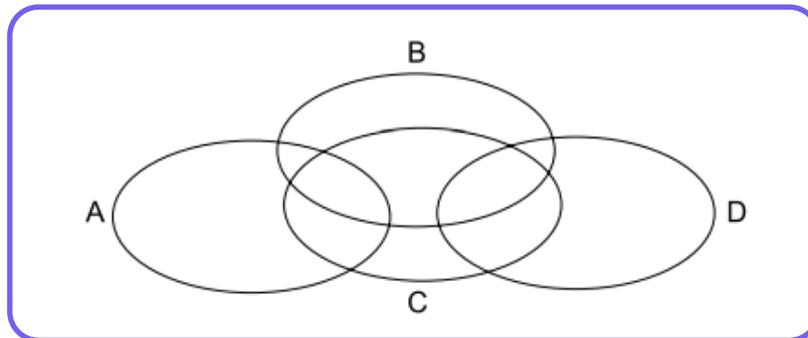
Eduardo não é tímido (E é falso).

Gerson é ligeiro (G é verdadeiro).

Hugo não é rico (H é falso).

**Gabarito: B**

97. A figura a seguir representa um diagrama lógico composto por 4 conjuntos. Nesse diagrama, há regiões de intersecção de 3 e apenas 3 conjuntos, regiões de intersecção de 2 e apenas 2 conjuntos e regiões que são de apenas 1 conjunto.



Nesse diagrama lógico, cada região que possui elementos de apenas 1 conjunto possui 24 elementos, e em cada região que se caracteriza por ser intersecção de 3 e apenas 3 conjuntos possui 40 elementos. Sabe-se que, no total, são 416 elementos que fazem parte desse diagrama e que o número de elementos que pertencem a cada região, que se caracteriza por ser intersecção de 2 e apenas 2 conjuntos, é igual entre si. Esse número é

- A) 40.
- B) 36.
- C) 48.
- D) 60.
- E) 80

## Comentário:

Sabemos que:

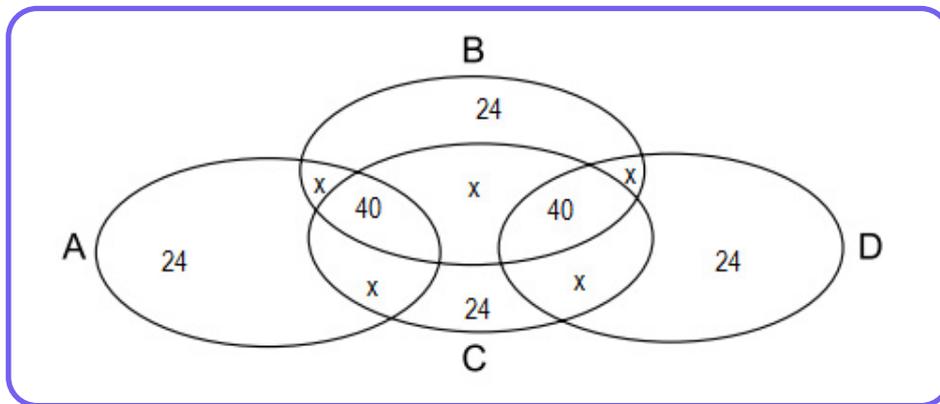
Cada região que possui elementos de apenas 1 conjunto possui 24 elementos.

Cada região de intersecção de 3 e apenas 3 conjuntos possui 40 elementos.

O total de elementos no diagrama é 416.

O número de elementos em cada região de intersecção de 2 e apenas 2 conjuntos é igual.

Representado no diagrama, temos que:



Somando todos os elementos do diagrama, devemos ter 416 elementos. Assim:  
Portanto, a intersecção entre dois conjuntos terá 48 elementos.

**Gabarito: C**

98. A alternativa que corresponde à negação lógica da afirmação:

“Qualquer processo deve ser considerado ou não há trabalho eficiente neste escritório”, é

- A) Algum processo não deve ser considerado e há trabalho eficiente neste escritório.
- B) Há trabalho eficiente neste escritório ou todos os processos não devem ser considerados.
- C) Qualquer processo não deve ser considerado e não há trabalho eficiente neste escritório.
- D) Se qualquer processo não deve ser considerado, então há trabalho eficiente neste escritório.
- E) Se há trabalho eficiente neste escritório, então todo processo deve ser considerado.

## Comentário:

O conectivo que liga as duas proposições é a disjunção inclusiva (ou) e sua negação é feita utilizando a Lei de De Morgan:

$$\sim(A \vee B) = \sim A \wedge \sim B$$

Ou seja, precisamos negar as duas proposições e trocar o conectivo "ou" pelo "e".

A primeira proposição é uma proposição categórica. Para negar "qualquer processo deve ser considerado", basta afirmar que "algum processo não deve ser considerado". Vale ressaltar que não se nega o todo com "nenhum" e vice-versa.

Fazendo essa consideração, a negação de: "Qualquer processo deve ser considerado ou não há trabalho eficiente neste escritório" será "Algum processo não deve ser considerado e há trabalho eficiente neste escritório."

### Gabarito: A

**99. Três amigas, Juliana, Nádia e Marluce, praticam atletismo, não necessariamente nesta ordem de modalidades: 100 metros rasos, 400 metros com barreiras e 5000 metros. As alturas de cada uma delas são, não necessariamente nesta ordem: 1,68 m, 1,72 m e 1,81 m. Sobre elas, sabe-se que Juliana não corre os 100 metros rasos e mora perto da amiga cuja altura é de 1,72 m. Já Nádia, que não é a mais baixa, não pratica provas com menos de 1000 m e não mora perto das outras duas amigas.**

**A partir dessas informações, tem valor lógico verdadeiro a afirmação:**

- A) A atleta que tem 1,72 m de altura pratica 100 metros rasos e Juliana pratica os 5000 metros.
- B) Ou Juliana pratica os 400 metros com barreiras ou Nádia tem 1,81 m de altura.
- C) Se Nádia tem 1,72 m de altura, então Marluce tem 1,81 m de altura.
- D) Se Juliana tem 1,68 m de altura, então Nádia pratica os 400 metros com barreiras.
- E) Nádia pratica 5000 metros e Marluce tem 1,81 m de altura.

### Comentário:

Vamos analisar as informações fornecidas e resolver o problema:

- Juliana não corre os 100 metros rasos e mora perto da amiga cuja altura é de 1,72 m.
- Nádia, que não é a mais baixa, não pratica provas com menos de 1000 m e não mora perto das outras duas amigas.

Primeiro, vamos inferir as alturas:

- Nádia não é a mais baixa, portanto, Nádia não tem 1,68 m.
- Juliana mora perto da amiga de 1,72 m, então Juliana não tem 1,72 m.
- Como Nádia não mora perto das outras duas, ela não pode ser a amiga de 1,72 m.

Portanto, Juliana tem 1,68 m e Nádia tem 1,81 m, deixando Marluce com 1,72 m.

Agora vamos inferir as modalidades:

- Nádia não pratica provas com menos de 1000 m, então Nádia pratica 5000 metros.
- Juliana não corre os 100 metros rasos, então ela corre os 400 metros com barreiras.
- Marluce corre os 100 metros rasos.

Então temos:

- Juliana: 1,68 m, 400 metros com barreiras
- Nádia: 1,81 m, 5000 metros
- Marluce: 1,72 m, 100 metros rasos

Precisamos analisar as alternativas, considerando a tabela-verdade dos conectivos:

P	Q	$P \wedge Q$	$P \vee Q$	$P \rightarrow Q$	$P \leftrightarrow Q$	$P \oplus Q$
V	V	V	V	V	V	F
V	F	F	V	F	F	V
F	V	F	V	V	F	V
F	F	F	F	V	V	F

É fundamental ter memorizado a tabela-verdade para a resolução desse tipo de questão. Vamos analisar uma por uma.

A) A atleta que tem 1,72 m de altura pratica 100 metros rasos e Juliana pratica os 5000 metros.

Sabemos que quem tem 1,72 pratica 100 metros rasos e Juliana pratica 400 metros com barreiras. Para o conectivo “ $\wedge$ ”, falso e falso resulta em uma proposição falsa.

B) Ou Juliana pratica os 400 metros com barreiras ou Nádia tem 1,81 m de altura.

Sabemos que Juliana pratica 400 metros e Nádia tem 1,81m. Para o conectivo “ $\vee$ ”, verdade e verdade resulta em uma proposição verdadeira.

C) Se Nádia tem 1,72 m de altura, então Marluce tem 1,81 m de altura.

Sabemos que Nádia tem 1,81m e Marluce 1,72m. Para o conectivo “ $\rightarrow$ ”, falso e falso resulta em uma proposição verdadeira, sendo o nosso gabarito.

D) Se Juliana tem 1,68 m de altura, então Nádia pratica os 400 metros com barreiras.

Sabemos que Juliana tem 1,68m e que Nádia pratica 5000 metros. Para o conectivo “ $\rightarrow$ ”, verdadeiro e falso resulta em uma proposição falsa.

E) Nádia pratica 5000 metros e Marluce tem 1,81m de altura.

Sabemos que Nádia pratica os 5000 metros e que Marluce tem 1,72m. Para o conectivo “ $\wedge$ ”, verdadeiro e falso resulta em uma proposição falsa.

### Gabarito: C

**100. Considere duas sequências, A e B, cada uma criada com o próprio padrão lógico. Na sequência A, o primeiro termo apresentado é o 1, e o último termo é o 97.**

**$A = (1, 2, 4, 7, 9, 10, 12, 15, 17, 18, 20, 23, 25, \dots, 97)$**

**Na sequência B, o primeiro termo apresentado é o 100, e o último termo é o 4.**

**$B = (100, 97, 95, 94, 92, 89, 87, 86, 84, 81, 79, 78, 76, \dots, 4)$**

**Observe os exemplos a seguir.**

**A diferença, em valor absoluto, entre os números do par formado pelos primeiros termos de cada sequência, o 1 e o 100, é igual a 99 ( $100 - 1$ ). A diferença, em valor absoluto, entre os números do par formado pelos sétimos termos de cada sequência, o 12 e o 87, é igual a 75 ( $87 - 12$ ).**

**O par de termos de cada sequência que, pareados conforme os exemplos anteriores, apresenta a menor diferença absoluta entre seus termos, está localizado na posição**

- A) 24.
- B) 25.
- C) 23.
- D) 27.
- E) 26.

## Comentário:

---

A sequência A alterna entre adicionar 1, 2 e 3 (+1, +2, +3, +2, +1, +2, +3, +2...)

A = 1, 2, 4, 7, 9, 10, 12, 15, 17, 18, 20, 23, 25, 26, 28, 31, 33, 34, 36, 39, 41, 42, 44, 47, 49, 50, 52, 55, 57, 58, 60, 63, 65, 66, 68, 71, 73, 74, 76, 79, 81, 82, 84, 87, 89, 90, 92, 95, 97.

A sequência B alterna entre subtrair 1, 2 e 3: (-3, -2, -1, -2, -3, -2, -1, -2...)

B = 100, 97, 95, 94, 92, 89, 87, 86, 84, 81, 79, 78, 76, 73, 71, 70, 68, 65, 63, 62, 60, 57, 55, 54, 52, 49, 47, 46, 44, 41, 39, 38, 36, 33, 31, 30, 28, 25, 23, 22, 20, 17, 15, 14, 12, 9, 7, 6, 4.

Para encontrar o par de termos que apresenta a menor diferença absoluta, vamos verificar as diferenças entre os termos de ambas as sequências nas mesmas posições.

$$1^\circ - [100 - 1] = 99$$

$$2^\circ - [97 - 2] = 95$$

$$3^\circ - [95 - 4] = 91$$

$$4^\circ - [94 - 7] = 87$$

...

Perceba que a sequência dos valores da diferença absoluta diminui de 4 em 4. Assim, podemos construir a sequência desses valores como:

99, 95, 91, 87, 83, 79, 75, 71, 67, 63, 59, 55, 51, 47, 43, 39, 35, 31, 27, 23, 19, 15, 11, 7, 3, 1, 5, 9, 13, 17, 21, 25, 29, 33, 37, 41, 45, 49, 53, 57, 61, 65, 69, 73, 77, 81, 85, 89, 93.

Note que a sequência de valores da diferença absoluta começa em 99 e diminui de 4 em 4, até atingir o menor valor possível de 1 na posição 26. Portanto, o menor valor de diferença absoluta entre os termos das duas sequências ocorre na posição 26.

**Gabarito: E**

